

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES**

URI – CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO – RS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – STRICTO SENSU

MESTRADO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ORGANIZAÇÕES

FRANCINE MINUZZI GÖRSKI

**GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ICES
ESTABELECIDO NA REGIÃO DO VALE DO JAGUARI NO RIO GRANDE DO SUL**

Santo Ângelo

2017

FRANCINE MINUZZI GÖRSKI

**GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ICES
ESTABELECIDO NA REGIÃO DO VALE DO JAGUARI NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Estratégica das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff
Co-orientadora: Prof^a. Ma. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

Santo Ângelo, março de 2017

G674g Görski, Francine Minuzzi
Gestão estratégica de custos : estudo de caso em
uma ICES estabelecida na região do Vale do Jaguari
no Rio Grande do Sul / Francine Minuzzi Görski. –
Santo Ângelo : URI, 2017.
117 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. –
Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de
Organizações, 2017.

1. Gestão de custos 2. Ensino superior 3. Instituições
Comunitárias de Ensino Superior - Gestão I. Título.

CDU: 657.4:378

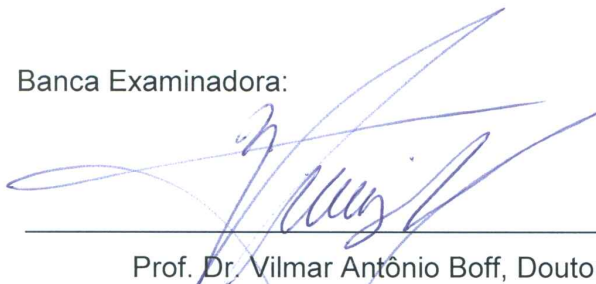
Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720

FRANCINE MINUZZI GÖRSKI

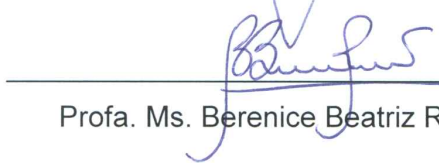
GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS: ESTUDO DE CASO EM UMA ICES
ESTABELECIDNA NA REGIÃO DO VALE DO JAGUARI NO RS

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Gestão de Organizações e Desenvolvimento; Linha de Pesquisa: Estratégias Organizacionais.

Banca Examinadora:




Prof. Dr. Vilmar Antônio Boff, Doutor em Desenvolvimento Regional
Orientador/Presidente



Profa. Ms. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba, Mestre em Desenvolvimento
Coorientadora



Prof. Dr. Cesar Eduardo Stevens Kroetz, Doutor em Contabilidade e Finanças
Examinador Externo



Profa. Dra. Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla, Doutora em Ciências Contábeis
e Administração
Examinadora Interna

Santo Ângelo (RS), 06 de Março de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e ao meu noivo que sempre me motivam a ir em busca da minha evolução, à URI, *campus* de Santiago, especialmente à direção, ao colegiado do curso de Ciências Contábeis e ao Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação que trabalham para o desenvolvimento da Instituição e da região.

AGRADECIMENTOS

Seria egoísta se atribuísse o mérito da materialização desta dissertação somente a mim. Ela é fruto não só da minha dedicação, mas também da cooperação de muitos outros. Convém, pois, que os leitores desta dissertação entendam que sem a colaboração de cada um dos mencionados a seguir não haveria este trabalho.

Assim, em um primeiro momento, agradeço a Deus pela oportunidade de evolução a cada passagem, como também por ter guiado e deixado prevalecer a minha vontade na escolha dos meus caminhos.

Aos meus pais (Ivani e Francisco), pela educação, pelo alicerce e pelos valores transmitidos, sou eternamente grata, pois eles têm a maior fã aqui e farei de tudo para que se orgulhem de mim.

Aos meus irmãos, Bruna e Guilherme, pelo apoio, pelo amor, pelas descontrações e por acreditarem em mim, o que prova que não importa o momento e nem a distância para estar-se juntos, unidos, solidificando ainda mais os laços de sangue e de alma. À minha avó, Margarida, pela preocupação, pelas noites sem dormir, pelas orações. Se existissem mais pessoas como ela, a fé transformaria este mundo e a humanidade para melhor.

Ao meu noivo, Rafael, uma das pessoas que mais admiro e que escolhi para compartilhar sonhos da vida, obrigada pelo amor, pela paciência, pela compreensão, pelo ombro, pelas energias positivas e por ter acreditado que tudo iria dar certo.

À Zelia Maria, madrinha minha, de quem não pude despedir-me pessoalmente deste plano, mas que a sinto a cada momento, a cada vez que escuto a música Maria Maria e Sol de Paz. Honrou um de seus nomes e deixou uma marca, e cada vez que

me enfraquecia, mentalmente uma força, em forma de luz, surgia e me energizava logo. Inesquecível a companhia e a paz transmitida.

Aos meus familiares, que me acompanham física e espiritualmente, tias e tios, primos e primas, e à minha família do coração (Cláudio, Kica, Rodrigo, Alessandra e Lucas), bem como os meus cunhados, irmãos que a vida proporcionou, Cássio e Rosana. Também um agradecimento especial à tia Dete, que me auxiliou e me apoiou muito durante toda a escrita.

Aos meus amigos, aos meus colegas de setor (Carmen, Claudir, Iane, Ju, Liane, Lucas, Nice, Raphael e Yuri), aos meus colegas de colegiado (Eduardo, Lucineide e Padilha) e aos meus colegas do Grupo Gorski (Andi, Braz, Celso, Delehom, Eda, Gilson, Jane, Luana, Luciano, Maiara, Raquel, Rodrigo, Sabrina e Silvana). Não poderia deixar de agradecer a Saletinha, grande amiga da família, que sempre apoiou incondicionalmente e que despendeu algumas horas para fazer a correção ortográfica desta dissertação.

Aos mestres que estiveram presentes nesta caminhada e nas caminhadas anteriores, em especial, ao professor Tiago, que, além de primo, foi meu orientador na graduação, bem como aos professores orientadores Vilmar e Berenice, que estiveram ao meu lado, sanaram minhas dúvidas e iluminaram minha maneira de pensar.

Aos colegas de Mestrado, especialmente a Vanessa, Cláudia e Clairton, os quais conseguiram transformar momentos de tensão em alegrias que se eternizaram.

Enfim, à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santiago, que abriu as portas para mim e permitiu que eu realizasse este trabalho e anteriormente também os das graduações.

Gratidão a todos, à vida e as oportunidades!!

Olhe não apenas com a mente. Olhe com a alma. A vida que está chegando já está diante de nós, esperando o mundo abrir. Apenas olhe mais de perto. Encontre os olhos para ver.

A Profecia Celestina

RESUMO

A partir do estudo realizado para esta dissertação, percebeu-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) possibilitou a expansão do Ensino Superior mais significativamente nas denominadas “privadas” que disponibilizam graduações. Em virtude dessa visão, a concorrência pelo mercado educacional está cada vez mais acirrado e exige dessas instituições de Ensino Superior uma gestão profissionalizada e estratégica. Não obstante essa realidade, encontram-se as ICES – Instituições Comunitárias de Ensino Superior –, conforme Lei 12.881/13, diferentemente das IES privadas, pois aquelas não visam lucro e devem reinvestir integralmente os resultados superavitários nas próprias atividades fins, e mais, garantir a autossustentabilidade econômico-financeira, sem aporte por parte do Estado, como recebem as IES públicas. Em face ao exposto e à preocupação em manter uma ICES sustentável diante da realidade imposta, é que o estudo pretendeu estruturar um Módulo de Gestão de Custos para uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (MGCICES) por meio da gestão de custos para uma ICES localizada na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como recorte empírico os cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Para tal, foram analisados profundamente os custos dos cursos de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis e Direito. Buscou-se explorar as informações constantes nos Demonstrativos de Resultado, nos Balanços Patrimoniais e nos documentos e legislações sobre o tema, a fim de obter um maior conhecimento para atingir o objetivo proposto que é de identificar a margem de contribuição global e unitária de cada curso, o ponto de equilíbrio em moeda, em quantidade de alunos por ano, e ainda quantidade de alunos por turma, além de ter a situação problema respondida. Sabe-se que a análise das informações resultantes do Módulo de Gestão de Custos em Instituições Comunitárias do Ensino Superior, produto desta dissertação, contribui para a projeção de melhores resultados e para um embasamento real da situação econômica e financeira da ICES, possibilitando-lhe, então, uma tomada de decisão mais assertiva.

Palavras-chave: Ensino Superior - Comunitária – Gestão de Custos.

ABSTRACT

Based on a conducted study, it became apparent that the Law of Directives and Basis for National Education has made it possible for higher education to expand through a chain of private higher education institutions, and nowadays they offer both undergraduate and graduate programs by distance learning. On account of that, competition has been on the rise, and it is notorious that several institutions have arisen and have been arising to supply the new demand. In face of the current higher education institution scenario and the educational competition, the organizations ought to have strategic management. For the purpose of contributing to the managing of the institution, which besides being private, is community based, the current research appears with the purpose of aiding through the analysis of economic and financial indicators, as well as analyzing the contribution margin and the break-even point of programs in the field of applied social sciences. The thesis fulfills with applied methodology, since it has been run at URI Câmpus de Santiago, analyzing deeply the costs of programs such as Business Administration, Architecture, Accounting Sciences and Law. We sought to explore the constant information in the Statement of Income, Financial Statement and the documents and laws surrounding the theme, in order to obtain a further knowledge on the indicators, the contribution margin and break-even point. Eventually, it has been able to reach the desired purpose, identifying the global contribution margin and the average unit margin of each program, the break-even point in currency, in students quantity per year, and yet, the quantity of students per class, besides having the problem situation responded, because it is known that the analysis of the resulting information on the Cost-Management Module in higher education community institutions, which is a result of this thesis, contribute to better project the results and an understanding of the real economic and financial situation of the HECl, making it possible a more assertive decision-making approach.

Key Words: Higher Education – Community - Financial Statements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Municípios <i>Campus</i> da URI	49
Figura 2: Estrutura Organizacional URI	50
Figura 3: Fórmula da Receita Líquida	58
Figura 4: Margem de Contribuição Global	59
Figura 5: Percentual de Rateio dos Custos Fixos – 2014	60
Figura 6: Rateio de Custos Fixos	61
Figura 7: Cálculo do Ponto de Equilíbrio	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de Exclusão das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos.....	19
Quadro 2: Princípios Fundamentais da Gestão Estratégica de Custos.....	31
Quadro 3: Fórmula da Margem de Contribuição.....	36
Quadro 4: Fórmula do Ponto de Equilíbrio.....	38
Quadro 5: Fórmula do Ponto de Equilíbrio Contábil.....	39
Quadro 6: Fórmula do Ponto de Equilíbrio Econômico.....	39
Quadro 7: Fórmula do Ponto de Equilíbrio Financeiro.....	40
Quadro 8: Cálculo da Margem de Contribuição.....	54
Quadro 9: Cálculo do Ponto de Equilíbrio.....	55
Quadro 10 – Cálculo por meio do MGCICES do Curso de Ciências Contábeis.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

CEPP – Centro de Estágio e Práticas Profissionais

CF – Custos Fixos

COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas

CREDIURI – Programa de Crédito Educativo da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FAFIS – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago

FASFIL – Fundações e Associações sem Fins Lucrativos

FEEVALE – Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo

FESAN – Fundo Educacional de Santiago

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FURI – Fundação da Universidade Regional Integrada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES – Instituição Comunitária de Educação Superior

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPA – Centro Universitário Metodista – IPA

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MC – Margem de Contribuição

MEC – Ministério da Educação

MGCICES – Módulo de Gestão de Custos em uma Instituição Comunitária de Ensino Superior

PAIUNG – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Integrantes do Comung

PEC – Ponto de Equilíbrio Contábil

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Q_o – Ponto de Equilíbrio

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta

UNIFRA – Centro Universitário Franciscano

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNILASALLE – Centro Universitário La Salle

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIVATES – Universidade Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social

UPF – Universidade de Passo Fundo

URCAMP – Universidade da Região da Campanha

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	17
1.1 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	17
1.1.1 Instituições de Ensino Superior – IES	20
1.1.2 Instituições comunitárias de ensino superior	24
1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA	27
1.2.1 Gestão estratégica de custos	28
1.3 CUSTOS	32
1.3.1 Quanto à facilidade de alocação	32
1.3.2 Quanto ao critério de variabilidade	33
1.4 ANÁLISE DE CUSTOS – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E SISTEMAS DE CUSTEIO	34
1.4.1 Margem de contribuição	34
1.4.2 Ponto de equilíbrio	36
1.4.2.1 Ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico	37
1.4.3 Sistemas de custeio	39
1.4.3.1 Custeio variável.....	40
1.4.3.2 Custeio por absorção	41
2 METODOLOGIA	42
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	42
2.1.1 Quanto aos fins	42
2.1.2 Quanto aos procedimentos metodológicos	42
2.1.3 Quanto aos objetivos	43
2.1.4 Quanto aos meios	43
2.1.5 Quanto à natureza dos dados	43
2.2 COLETA DE DADOS	44
2.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS	44
2.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	44
2.5 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PRODUTO.....	44
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
3.1 INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JAGUARI	46
3.2 MÓDULO DE GESTÃO DE CUSTOS EM UMA INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR – MGCICES	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
APÊNDICES	74
ANEXOS	87

INTRODUÇÃO

Dados divulgados pelo Censo da Educação Superior, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014), apontam que o número de alunos, no ano de 2013, chegou a 7,3 milhões, havendo um acréscimo de 300 mil matrículas em relação aos números registrados em 2012, distribuídos na rede pública (1,9%) e na rede privada (4,5%).

Ainda, segundo o INEP (2014) referido, há 32 mil cursos de graduação oferecidos, sendo ofertados por 2,4 mil instituições de Ensino Superior, sendo 301 públicas e 2 mil instituições particulares.

Comparando o ingresso no Ensino Superior entre um aumento de 76,4%, um índice extremamente significativo, abarcando o ensino presencial e o ensino à distância, com base nos dados divulgados pelo INEP, observa-se que em 2003 havia somente 52 cursos de ensino à distância disponibilizados no País e que dez anos depois, ou seja, em 2013, o número representava mais de 1,2 mil cursos com essa modalidade de estudo.

A partir da realidade exposta, que corrobora a política pública expansionista do acesso ao Ensino Superior regulada a partir da Lei de Diretrizes e Bases (1996) e proposta no PNE – Plano Nacional de Educação (2014) –, percebe-se claramente que essa expansão repercutiu de forma distinta nas várias IES (públicas, privadas e comunitárias) e que, por essa razão, não permite uma leitura linear dessa expansão do acesso ao Ensino Superior.

Um dos reflexos dessa política pública de expansão do Ensino Superior refere-se ao aumento da competitividade entre as IES e a sustentabilidade dessas, especialmente no assunto desenvolvido na presente pesquisa.

Destaca-se que as ICES, por não estarem por força dos princípios que regem seu modelo (não serem empresariais no sentido estrito nem reconhecidas como públicas e inteiramente subsidiadas pelo Estado), encontram-se num espaço muito restrito de possibilidades de atuação e reação em frente aos desafios econômicos impostos, cujos limites vêm gerando-lhes uma situação de desequilíbrio (SPERONI, 2010).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como preocupação primordial a realidade das ICES, optando investigar empiricamente, no entanto, uma delas, a ICES

localizada no Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de contribuir para a eficácia da gestão administrativa, promover uma adequada gestão de custos dos cursos oferecidos e, em contrapartida, garantir-lhe a sobrevivência e a continuidade na sua região de abrangência.

Justifica-se a escolha dessa categoria de IES (comunitária) em detrimento das demais instituições de Ensino Superior, denominadas de públicas e de privadas, em razão de se constituir em um campo institucional diferenciado, com história singular e relevante, especialmente no RS, onde passou a substituir o Estado nos municípios em que a cobertura pública estatal de ensino era insuficiente.

Ademais, justifica-se ainda a escolha de uma ICES como objeto de estudo o fato de essa destacar-se pela trajetória alicerçada a partir de uma construção de identidade regional, o que, por si só, revela o grau de importância que ela tem no contexto do desenvolvimento regional.

Dessa forma, esta pesquisa se propôs a verificar quais foram os custos variáveis e os custos fixos, bem como a forma de rateio mais adequada, a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio dos cursos de graduação que integram o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões no *campus* de Santiago.

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) que ofertam curso na modalidade presencial, como é o caso da instituição ora em estudo, devem dar uma atenção mais abrangente para uma adequada gestão estratégica de custos. Os custos dessas instituições e nessas modalidades de estudos são bem maiores que os existentes nas instituições que oferecem somente estudos de Ensino Superior à distância. Essas diferenças de custos dão-se, principalmente, em virtude da estrutura física e das exigências a elas impostas em razão de sua categoria administrativa enquanto universidade.

Abordando o tema Gestão de Custos em uma instituição comunitária de educação superior, a presente pesquisa pretendeu conhecer de que forma a análise de custo pode influenciar a gestão estratégica de uma instituição de Ensino Superior Comunitária.

O interesse pelo tema surgiu a partir do fato das dificuldades de ordem política e econômica vivenciadas no País afetar diretamente as IES, principalmente as instituições comunitárias de Ensino Superior na modalidade de ensino presencial. O governo federal vem praticando com atraso, nos últimos dois anos, o repasse de

verbas referentes ao FIES – Fundo de Financiamento Estudantil –, além de restrições e cortes significativos nos recursos destinados às políticas de financiamento estudantil.

Considerando as disposições anteriormente apresentadas, o objetivo geral do presente estudo é a estruturação de um módulo de custos, que possibilite o conhecimento da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, definindo-se os cursos integrantes do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI, *campus* de Santiago – RS, como categoria empírica de análise.

Dentro da mesma linha, objetivando relacionar-se com a visão sistêmica e específica do tema e com seus procedimentos práticos, dentro de um contexto que revelasse o que se pretendia executar, adotam-se como objetivos específicos a realização de uma pesquisa bibliográfica vinculando teorias e conceitos fundamentais referentes à gestão de custos, a análise da estrutura dos custos diretos e indiretos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, a identificação e cálculo da margem de contribuição e ponto de equilíbrio, como também a elaboração de um módulo de gestão de custos em uma ICES (MGCICES).

O objetivo geral e os específicos mencionados acima apontam à resolução de uma problemática com alcance limitado que se atrela a um determinado contexto vinculado e relacionado a um tema. Dessa forma, diante do que foi exposto e da atual conjuntura da URI, *campus* de Santiago, faz necessário responder a seguinte indagação do estudo: De que forma a gestão de custos contribui na gestão de uma IES comunitária?

De forma sucinta, para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa está estruturada da seguinte forma: em um primeiro momento, aborda-se uma revisão bibliográfica sobre as instituições de ensino superior, com o fim de caracterizar as mesmas, dando ênfase às ICES, especificamente à categoria das universidades comunitárias, acerca do objeto empírico estudado. Na continuidade, apresentam-se aspectos introdutórios a respeito da gestão, com ênfase na gestão de custos, embasados na análise da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, com foco nos custos. Na terceira parte, explana-se a metodologia que norteia o processo construtivo da pesquisa. E na quarta parte apresentam-se os resultados do estudo empírico, juntamente com as análises e inferências teóricas. E, em derradeiro, seguem as considerações finais do estudo, as referências bibliográficas e os apêndices.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo e a implementação de um módulo de gestão de custos aplicável à Universidade Regional Integrada, *campus* de Santiago, como ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisões, consiste num conjunto de informações que se caracteriza em conhecimentos capazes de evidenciar critérios, visando a eficiência e a economicidade dos gastos institucionais, assim como a mensuração do quanto os cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, alocados no *campus* de Santiago, contribuem na receita da Universidade como um todo.

Assim, esta parte tem a pretensão de apresentar as bases teóricas que dão a sustentação ao estudo empírico e permitem uma análise aprofundada do tema em questão e das inferências teóricas necessárias para a compreensão e resolução da problemática proposta pela pesquisa.

1.1 ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Há um Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE que menciona que as entidades sem fins lucrativos possuem enquadramento simultâneo nos seguintes critérios:

- (I) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- (II) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- (III) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- (IV) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- (V) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (2005, p. 13).

No Brasil, há a possibilidade de enquadramento dessas instituições sem fins econômicos em três pessoas jurídicas de direito privado, regulamentadas pelo Código Civil, constituídas por meio de associações, fundações ou organizações religiosas.

Sendo assim, as associações podem ser criadas por meio da união de pessoas que se associam para prestar alguma atividade sem fim econômico, conforme o artigo 53 do Código Civil. Já as fundações estão dispostas no artigo 62 do referido Código

e sua criação se dá por meio de um patrimônio que objetiva realizar uma determinada atividade de interesse público, sem fins lucrativos, sendo que seu instituidor adquire personalidade jurídica e é criada por meio de escritura pública ou testamento. Segundo Alves (2005), há a dotação especial de bens livres e deve ser especificado o fim a que se destina.

Já as organizações religiosas foram caracterizadas por meio da Lei nº 10.825/2003, denominadas como pessoas jurídicas de direito privado que, anteriormente, estavam enquadradas como associações.

Conforme demonstrado acima, das 16 categorias de entidades sem fins lucrativos, somente são consideradas como FASFIL as enquadradas de acordo com o IBGE (2005):

- 304-2: Organização Social;
- 305-0: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP;
- 306-9: Outras Fundações Mantidas com Recursos Privados;
- 320-4: Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira;
- 322-0: Organização Religiosa;
- 323-9: Comunidade Indígena; e
- 399-9: Outras Formas de Associação.

Embora algumas entidades sejam criadas como entidades sem fins lucrativos, elas não se enquadram, simultaneamente, nos cinco critérios exigidos para o universo das Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), demonstrados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Critérios de Exclusão das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativo

Grupos	Critérios de exclusão das FASFIL
10.1 Condomínios	Ademais, as regras da administração do condomínio, as competências do síndico, os principais direitos e deveres dos condôminos e outras regras gerais são definidos em lei, não havendo autonomia organizativa. Embora sejam autoadministrados, essa administração é limitada e condicionada ao disposto em lei.

10.2 Cartórios	<p>Segundo a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31.12.1973), os serviços concernentes aos registros públicos ficam a cargo de serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados.</p> <p>Os cartórios não atendem aos critérios de organizações privadas, autoadministradas e voluntárias, pois podem ser organizações públicas ou organizações privadas estabelecidas mediante uma concessão do Estado. Ademais, exercem uma função pública delimitada em lei, referente aos registros públicos no País.</p>
10.3 Sistema S	<p>Os serviços sociais autônomos, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, são criados ou autorizados por lei. São também mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.</p> <p>Diante dessas características, foram excluídos do grupo das FASFIL, por não atenderem ao critério de organizações voluntárias, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas.</p>
10.4 Entidades de mediação e arbitragem	<p>De acordo com a Lei nº 9.307, de 23.09.1996, as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.</p> <p>O árbitro escolhido pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes. Pode ser escolhido também um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.</p> <p>Essas organizações, embora sejam privadas, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias, não atendem plenamente ao critério de "não lucrativas", pois são criadas, em sua maioria, visando uma finalidade lucrativa de prestação de serviço de arbitragem.</p>
10.5 Comissão de conciliação prévia	<p>A Lei nº 9.958, de 12.01.2000, facultou às empresas e aos sindicatos a possibilidade de instituir comissões de conciliação prévia, que devem ter composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.</p> <p>A lei citada, entre outras questões, define o número de membros da comissão, o mandato de seus membros, procedimentos e prazos para a resolução dos conflitos trabalhistas.</p> <p>Diante dessas características, foram excluídas das FASFIL as comissões de conciliação prévia, por não atenderem ao critério de organização "voluntária", na medida em que só podem ser constituídas por empresas e sindicatos a partir de exigências legais específicas.</p>
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	<p>Não atendem ao critério de entidades 'privadas'. Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público, normalmente criadas por atos normativos emanados por um agente público.</p>
10.7 Cemitérios e funerárias	<p>Estas organizações podem assumir a forma de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado com ou sem fins lucrativos. Não atendem ao critério de organização privada, sem fins lucrativos e voluntária.</p>

Fonte: IBGE¹, 2010.

¹Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf

Sabe-se que, como qualquer entidade, as sem fins lucrativos também estão sujeitas a oportunidades e ameaças, como qualquer empresa de outros setores, necessitando, então, utilizar ferramentas que as auxiliem no processo decisório e na orientação aos desafios que surgem.

1.1.1 Instituições de Ensino Superior – IES

No Brasil, conforme o Ministério da Educação, o Ensino Superior é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Quanto aos tipos de graduações, as IES podem se apresentar como bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos em *lato sensu*, que são as especializações e os MBAs, e *stricto sensu*, que são os cursos de mestrado e doutorado.

Sabe-se que o Ensino Superior pode ser oferecido de forma presencial, semipresencial e a distância. O ensino presencial é aquele em que o aluno deve ter frequência mínima de 75% das aulas e avaliações. Assim, ele deve ir ao local da sede da universidade, assistir às aulas e fazer as avaliações.

Com base no Ministério da Educação (2016), educação a distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou em tempos diversos.

Além dessas, como já mencionado, há a modalidade semipresencial, na qual o acadêmico participa de aulas na instituição de ensino, como também existe a modalidade de ensino a distância.

Sabe-se que o governo elabora e disponibiliza programas e ações que têm o intuito de facilitar o acesso à educação superior. Como exemplos desses programas e ações, estão o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

O Fundo de Financiamento Estudantil teve sua criação pela Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, e é um programa do Ministério da Educação que objetiva financiar cursos superiores não gratuitos.

Conforme o art. 1º da Lei 11.096/2005, o Programa Universidade para Todos objetiva conceder bolsas de estudos integrais, parciais de 50% ou de 25% para

estudantes de cursos de graduação, em instituições privadas e comunitárias de Ensino Superior, sejam elas com ou sem fins lucrativos. Conforme a referida lei, esse programa beneficia estudantes que cursaram o Ensino Médio completo em escolas da rede pública, ou se cursaram em redes privadas, que tenham a condição de bolsista integral. Esse programa beneficia, também, o estudante portador de deficiência e o professor da rede pública de ensino para cursar graduação de licenciatura, normal superior ou pedagogia, desde que estejam enquadrados nos demais requisitos da lei.

Sabe-se com base em Didoné (2015) que há implicações políticas, econômicas e sociais do papel que o Ensino Superior desempenha na atualidade, pois promove mudanças, contribui com o desenvolvimento humano e social e busca vincular o global com o local e vice-versa. Entende-se que os profissionais com Ensino Superior desempenham um papel fundamental e decisivo na sociedade, visto que contribuem na forma de vida e no desenvolvimento mundial no que diz respeito aos ensinamentos, valores e habilidades.

O Decreto nº 5.773/2006, no seu art.12, estabelece que as instituições de educação superior sejam e são credenciadas de acordo com a sua organização e prerrogativas acadêmicas, podendo ser enquadradas, desse modo, como faculdades, centros universitários ou universidades.

Em um primeiro momento, a instituição de educação superior fica restrita ao ato de credenciamento pelo Ministério da Educação (MEC), sendo originalmente cadastrada como faculdade, para posterior credenciamento como centro universitário ou universidade. Conforme disserta o art. 2º do decreto supracitado, “o credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade”. Após o credenciamento, visando esse funcionamento e esse padrão, haverá prazo de três anos para faculdades e centros universitários e de cinco anos para universidades.

Atualmente, de acordo com o MEC (2016), há 2.751 instituições de Ensino Superior reconhecidas. Dessas, 2.427 são instituições privadas, 155 são centros universitários, 2.175 são faculdades, 90 são universidades e 7 são instituições credenciadas para cursos de *lato sensu*. O MEC também informa que há 1.193 instituições de Ensino Superior privadas, sem fins lucrativos, entre as quais 101 estão classificadas como Centro Universitário, 1.020 como faculdades, 3 como instituições

especialmente credenciadas para oferta de cursos de *lato sensu* e 69 classificadas como universidades. No Estado do Rio Grande do Sul, há 74 IES privadas sem fins lucrativos, uma das quais, a Universidade Regional Integrada.

As instituições de Ensino Superior, segundo Pimentel; Pereira (2004), não formam somente profissionais capacitados ao mercado de trabalho, mas também procuram atender, simultaneamente, às pretensões da sociedade, ou seja, ao desenvolvimento social, à minimização de problemas sociais e ao aumento da qualidade de vida.

Petrelli (2004) e Negra et al. (2001) mencionam que, devido ao processo de globalização, essas instituições de ensino devem estar conscientes dos problemas culturais, ambientais e sociais, devendo adotar, também por essas razões, em suas atividades, programas e projetos que visem à assistência educativa e cultural com e para a comunidade local e regional

Para que uma IES consiga ser credenciada como faculdade, centro universitário ou universidade, é necessário que cumpra as regras dispostas na Lei de Diretrizes e Bases (1996). Posto isso, para diferenciar esses três tipos de instituições de Ensino Superior, o Portal Brasil (2009) conceitua como faculdades “todas aquelas instituições de ensino superior que exercem um número menor de áreas do conhecimento em seus cursos, onde comumente são especializadas e apresentam exclusivamente cursos de área específica, como, por exemplo, saúde, administração e economia”.

No mesmo sentido, o Portal Brasil (2009) elenca que os centros universitários são equiparados às universidades no que se refere a possuir “cursos em múltiplas áreas do conhecimento e por possuir independência para criar cursos de nível superior”. Geralmente, eles são menores que as universidades e não possuem tanta exigência quanto os cursos de pós-graduações. Há, porém, algumas regras que devem ser cumpridas. Uma delas é acerca do quadro de docentes com doutorado ou mestrado que deve totalizar, no mínimo, um terço do quadro total e ter um quinto deles contratados em regime integral.

Finalizando essa caracterização conforme o art. 52, da Lei 9.394/2003, as universidades são consideradas as “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”.

Com base nesse artigo, elas apresentam, em síntese, estas características: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Na mesma linha de pensamento, Pimentel e Pereira (2004) mencionam a expectativa da contribuição de uma universidade, ou seja,

A missão acadêmica não se limita a formar bons profissionais, mas há uma expectativa de que a universidade seja o grande instrumento de coesão social, dotando os indivíduos da consciência de sua responsabilidade, com capacidade e liberdade para defender o bem da sociedade e do próprio ser humano. Além disso, que ela cumpra seu papel também por meio das áreas dedicadas à criação de competências e apoie propostas que beneficiem os trabalhadores e os estratos desvalidos da sociedade (2004, p. 9).

Conforme o art. 19 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as instituições de ensino se classificam, conforme as categorias administrativas, em públicas e privadas. As privadas, por sua vez, classificam-se em particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Veiga (2012) disserta que as IES públicas são aquelas mantidas e administradas pela Administração Pública. Esta, portanto, fica responsável pelo repasse dos recursos financeiros. São pessoas jurídicas legalmente constituídas e não possuem nenhuma finalidade lucrativa. Os recursos recebidos devem ser investidos na educação.

Em uma IES privada, a principal fonte de recursos financeiros provém das mensalidades cobradas de seus acadêmicos. Essas instituições são mantidas e administradas por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, conforme o art. 19, II, da LDB (1996). Para que haja a aplicação desses seus recursos, é necessário que estes estejam de acordo com o Estatuto e o Conselho Superior da Instituição ou que sejam revertidos totalmente na educação.

O art. 20 da LDB classifica as IES privadas nestas quatro categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. O Ministério da Educação (2016) define as instituições de ensino privadas particulares como aquelas instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não se enquadram em comunitárias, em confessionais nem em filantrópicas. Estas têm como principal fonte de recursos financeiros as mensalidades e possuem fins

lucrativos. A aplicação de recursos é realizada conforme o que dispõe no Estatuto e deve estar em conformidade com o Conselho Superior da Instituição. Não estão obrigadas a prestar contas ao Poder Público.

O outro tipo de classificação são as universidades comunitárias. As principais fontes de recursos dessas são tais quais das particulares, ou seja, as mensalidades dos acadêmicos. O que diferencia a comunitária da particular é que a aplicação dos recursos daquela deve ser totalmente revertida em investimento com a educação, pois não possui finalidade lucrativa, e deve prestar, obrigatoriamente, contas ao Poder Público no que refere aos recursos recebidos.

Como terceira classificação, conforme o art. 20, inciso III, da LDB (1996), as confessionais são aquelas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoa jurídica que possuem uma religião intrínseca à instituição. Da mesma forma que as comunitárias, as confessionais não possuem fins lucrativos e sua principal fonte de recurso é a mensalidade dos acadêmicos.

Para finalizar esta caracterização, existem ainda as IES filantrópicas. São caracterizadas como instituições que prestam serviços gratuitos à população. Segundo Schommer (2002, p. 92-93) expressa que “um termo muito usado em outros países é filantropia, que significa amor ao homem ou à humanidade, pressupondo uma ação altruísta e desprendida. É também relacionado à caridade.” Não possuem, portanto, fins lucrativos. A principal fonte de recursos vem das mensalidades dos acadêmicos. A aplicação dos recursos deve ser integralmente revertida em investimentos com a educação. E deve prestar contas ao Poder Público sobre a aplicação dos recursos recebidos. A administração da referida IES se dá por pessoa física ou jurídica de direito privado.

1.1.2 Instituições comunitárias de ensino superior

Um fato extremamente importante foi a aprovação, no mês de novembro de 2013, da Lei nº 12.881, que regulamenta as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) quanto a sua definição, qualificação, prerrogativas e finalidades.

Frantz e Silva (2002) mencionam que essas instituições têm dimensão pública, porém não pertencentes ao Estado. Destacaram-se mais e obtiveram maior

transparência política e social a partir da década de 1980. Enfim, foram motivadas pela elaboração da nova Carta Magna (1988) e da nova LDB (1996).

Mousquer (2015) destaca que em 1996 o termo “comunitário” foi incluído na nova LDB, denominada como Lei nº 9.394. No art. 20 dessa lei, há esta conceituação da instituição comunitária, ou seja, é aquela “instituída por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais jurídicas, inclusive cooperativa de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora a participação da sociedade, através de representantes da comunidade”.

Conforme o art. 1º da referida lei, que aborda o conceito e as características das Instituições Comunitárias de Educação Superior, estas são organizações da sociedade civil brasileira e se caracterizam por:

- a) estarem constituídas como associações ou fundações, possuindo personalidade jurídica de direito privado, mesmo sendo instituídas pelo poder público;
- b) seu patrimônio pertencer à entidade da sociedade civil e/ou poder público;
- c) não possuir fins lucrativos, devem observar cumulativamente os requisitos de não distribuir parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título; aplicar de todos os seus recursos no País na manutenção dos objetivos da Instituição; e manter a escrituração exata de seus receitas e despesas em livros formais;
- d) ter transparência administrativa, em conformidade com seu estatuto no qual as normas estão definidas; e
- e) ter seu patrimônio, em caso de extinção, destinado a uma instituição pública ou congênere (LDB, 1996).

Na mesma linha, Frantz e Silva (2002) conceituam e caracterizam como as instituições comunitárias de Ensino Superior como sendo aquelas:

Que se entendem como públicas não-estatais, permitindo apontar diferenças fundamentais com as outras categorias de organizações do ensino superior consta do documento das universidades públicas não-estatais, comunitárias-fundacionais, produzido em 7 de dezembro de 1998, em Passo Fundo, por ocasião de uma reunião dos reitores das universidades integrantes do Comung – consórcio das universidades comunitárias gaúchas (FRANTZ E SILVA, 2002, p., 91).

Os parágrafos do art. 1º da Lei 12.881/2013 mencionam que as Instituições de Ensino Superior Comunitárias deverão realizar programas permanentes de extensão e de ações comunitárias voltados à formação e desenvolvimento dos acadêmicos e da sociedade. Deverão, também, ofertar serviços gratuitos à população na mesma proporção dos recebimentos de recursos do Poder Público.

Com base no mencionado acima, observa-se que no Estado do Rio Grande do Sul as universidades comunitárias se organizaram em um consórcio, denominado Comung – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. Nesse consórcio, há quinze instituições de Ensino Superior, das quais onze são universidades: FEEVALE, PUCRS, UCPEL, UCS, UNICRUZ, UNIJUÍ, UNISC, UNISINOS, UPF, URCAMP e URI. Outras quatro são centros universitários: UNIVATES, UNIFRA, IPA e UNILASALLE.

O Comung foi criado em 1993 por meio de um Protocolo de Ação Conjunta com o intuito de viabilizar uma integração que fortalecesse as instituições e, conseqüentemente, a comunidade universitária rio-grandense e a sociedade gaúcha como um todo. A constituição oficial deste consórcio se deu em 27 de abril de 1996 e é de conhecimento de todos que o Comung hoje representa:

Uma série de conquistas para as instituições: programas e experiências compartilhadas, avaliação institucional, intercâmbios de professores e de alunos, qualificação e treinamento de funcionários e professores, fórum de tecnologia da informação, integração entre diversos segmentos como assessorias jurídicas, recursos humanos, assessorias de comunicação e bibliotecários. Além disso, busca de forma conjunta, por meio de convênios e políticas públicas, incentivos à formação acadêmica da população, à promoção de atividades culturais, bem como ao desenvolvimento de ações de inovação e empreendedorismo, entre outras (COMUNG, 2016).

O consórcio atende mais de 50% dos universitários gaúchos. Abrange quase todos os municípios do Estado. Conta com 1.489 cursos de graduação e pós-graduação. Tem 62 doutorados. Ele totaliza 202,02 mil alunos, 9.190 professores e mais de 11 mil funcionários (COMUNG, 2016).

O PPI do Comung registra como princípios norteadores o compromisso com a qualidade universitária, com a democracia, com a comunidade, com o desenvolvimento social, cultural e econômico da região, e com a manutenção das características de instituição pública não estatal (PAIUNG, 2016).

Mousquer (2015) ressalta que sem fins lucrativos, com gestão democrática e participativa, as IES Comunitárias constituem autênticas instituições públicas não-estatais em favor da inclusão social e do desenvolvimento do País e reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional.

Essas instituições são claramente diferenciadas das demais instituições de Ensino Superior. São caracterizadas pela inexistência de fins lucrativos. Apresentam

uma gestão democrática, ou seja, a participação da comunidade. Mostram transparência administrativo-financeira, com controle social, pois devem prestar contas à sociedade e ao Poder Público. Enfim, objetivam o desenvolvimento social local e regional (SCHMIDT, 2009).

Entretanto, há de se destacar o cenário em que as ICES atuam. Apresenta-se bastante complexo e turbulento, o que lhes dificulta a própria sobrevivência e reprodução institucional. Dado o modelo constitutivo delas, não se configuram em entidades privadas, no sentido estrito, cujos objetivos destas norteiam a lucratividade (fins empresariais), tampouco em entidades públicas, estas reconhecidas pelo Estado como estatais e subsidiadas inteiramente por recursos públicos (SPERONI, 2010).

Atrelada a esta situação, a maioria das ICES encontra-se em dificuldades decorrentes da insuficiência de fundos devido à inadimplência, ao atraso no repasse das verbas do Financiamento Estudantil – FIES – e à própria redução no aporte de recursos por parte do Governo Federal destinados a este fim, nos últimos dois anos, além de sofrerem todas as outras variáveis econômicas e políticas do País, comuns a todas as organizações educacionais.

Este cenário tem conduzido a situações de desequilíbrio econômico-financeiro das ICES, desafiando-as a dispor, hoje, de alternativas criativas para garantir a sobrevivência e a reprodução institucional.

Portanto, fazer a gestão equilibrada das práticas administrativas, contábeis e do planejamento educacional não é tarefa fácil nos dias atuais. Traz à tona, permanentemente, novas discussões, tanto no campo teórico educacional quanto no campo do dia a dia dessas ICES, como também no campo dos debates políticos federais, estaduais e regionais.

Como alternativa para o enfrentamento ao desafio de sobrevivência e reprodução institucional das ICES, essas procuram encontrar uma gestão profissionalizada e estratégica, que utilize a gestão de custos como ferramenta imprescindível para a tomada de decisão, tanto na seara da sobrevivência, quanto na seara da reprodução institucional.

1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão estratégica é considerada um modelo de gestão que abrange princípios subjetivos, ferramentas do planejamento, execução, controle e avaliação de

uma organização. É complexa por englobar a instituição e o ambiente em que está e atua (PORTER, 1999).

Maximiano (2000) relata que esse modelo de gestão é um processo completo, contínuo, flexível e criativo. Serve de orientação a outros componentes de gestão, como planos táticos e operacionais, e, principalmente, como base para o controle de avaliação da organização educacional.

A gestão estratégica é aplicável em qualquer tipo de empresas, públicas ou privadas, bem como em quaisquer setores: recursos humanos [pessoas], custos e processos, entre outros. Nesta pesquisa, fez-se um recorte, ou seja, aprofundou-se o estudo na gestão estratégica de custos em uma Instituição Comunitária de Ensino Superior em solo gaúcho, sediada em Santiago.

1.2.1 Gestão estratégica de custos

Kaplan; Cooper (1998) atentam para o fato de que a contabilidade de custos, em seus primórdios, tinha como papel a avaliação de estoques e a definição do impacto financeiro das respectivas tomadas de decisões.

A gestão de custos ficou limitada ao demonstrar sua capacidade em assessorar também os usuários internos no que concerne às decisões gerenciais. Ela não tinha até então como objetivo atender somente os usuários externos (SANTOS; SCHMIDT; PINHEIRO, 2006).

Lauschner; Beuren (2004) asseveram que devido às transformações ocorridas no mundo empresarial, ou seja, o avanço tecnológico em grande parte dos setores econômicos, nos quais o processo de produção de bens acabou se tornando mais complexo e a competitividade intensificada, os gestores necessitam de informações mais acuradas para as decisões, tanto no âmbito operacional, quanto no âmbito estratégico.

No mesmo sentido, Nakagawa (1991) relata que os sistemas tradicionais foram desenvolvidos devido à necessidade da elaboração de demonstrações contábeis e fiscais, porém esses não proporcionam aos gestores as necessárias informações precisas e oportunas à gestão em um ambiente de tecnologias avançadas.

Por conseguinte, entende-se que os sistemas tradicionais de gestão de custos se tornaram obsoletos e inadequados à realidade atual dos negócios, não se mostram,

portanto, eficientes no que se refere às informações gerenciais contábeis. As principais deficiências dos sistemas tradicionais, relatadas por Martins (2010), são as distorções no custeio dos produtos, a não mensuração dos custos da não qualidade e a não separação dos custos de atividade que não agregam valor, entre outras.

Beuren (2000) reitera que é imprescindível o conhecimento pleno, por parte dos gestores, das suas organizações, visto que só assim será possível avaliar o impacto da turbulência no ambiente, projetar cenários para uma solução eficaz e utilizar informações na identificação de oportunidades e de ameaças futuras.

Posto isso, os gestores estão cada vez mais em busca de novas técnicas gerenciais que possibilitem que a organização desenvolva vantagem competitiva, fortalecimento do posicionamento e a sua continuidade no mercado. Santos; Schimdt; Pinheiro (2006) reforçam que é indispensável que a contabilidade forneça ou disponibilize aos gestores informações de custos de relevância estratégica que possam dar suporte às decisões tomadas na empresa.

Shank e Govindarajan (1997, p. 4) conceituam a gestão estratégica de custos como:

Uma análise de custos vista sob um contexto mais amplo, em que os elementos estratégicos tornam-se mais conscientes, explícitos e formais. Aqui, os dados de custos são usados para desenvolver estratégias superiores a fim de se obter uma vantagem competitiva sustentável. Não há dúvida de que os sistemas de contabilidade de custos podem ajudar em outras áreas também.

Da mesma forma, Hansen; Mowen (2001) afirmam que a gestão estratégica de custos se faz pelo uso de dados de custos a fim de que sejam desenvolvidas e identificadas estratégias superiores que objetivam produzir vantagem competitiva sustentável à organização.

Porter (1991) afirma que há estas três estratégias gerais identificadas: liderança de custos, diferenciação de produtos e focalização. Levando-se em conta a primeira delas, liderança em custos, ela objetiva oferecer, de acordo com Hansen e Mowen (2001), um valor melhor ou igual aos clientes a um custo menor do que aquele oferecido pelos competidores.

Martins (2010) menciona que a expressão “Gestão Estratégica de Custos” vem sendo utilizada ultimamente com a finalidade de demonstrar que deve haver a interação entre o processo de gestão de custos e o processo de gestão da empresa, pois ela possibilita a sobrevivência no mercado globalizado e competitivo atual.

Seguindo, a diferenciação é aquela estratégia com a qual se busca aumentar o valor ao cliente no momento em que aumenta o que recebe, ou seja, oferece-lhe algo que não é oferecido pelas outras empresas do mesmo ramo. Para que haja esse valor maior e melhor, os clientes devem reconhecer que essas diferenças e variações são por demais importantes (PORTER, 1989).

Já a focalização, segundo Hansen e Mowen (2001), é aquela técnica que seleciona ou enfatiza um grupo de clientes ou segmento de mercado no qual pretende competir. Em outras palavras, é a técnica de focar em determinado segmento ou em características de clientes em que se pretende atuar.

Na verdade, a maioria das empresas não opta por somente uma estratégia, mas utiliza as três estratégias, surgindo, dessa maneira, o posicionamento estratégico, que nada mais é do que, segundo Hansen e Mowen (2001, p. 424), “o processo da seleção da combinação ótima das três abordagens estratégicas gerais”. Essa combinação selecionada objetiva criar, em teoria e prática, uma vantagem competitiva sustentável.

Kaplan e Norton (1997) conceituam estratégia como selecionar os segmentos de mercado e clientes que a unidade de negócios intenta atender, identificar os processos internos críticos do negócio em que a unidade precisa se destacar para entregar as proposições de valor aos clientes nos segmentos-alvo do mercado, e selecionar as capacidades individuais e organizacionais necessárias para os objetivos internos, financeiros e do cliente.

Nesse sentido, percebe-se que o conceito contempla as três estratégias. Enquanto a focalização está expressa no “selecionar segmentos de mercado e clientes”, a liderança em custos e a diferenciação estão contemplados no “entregar proposições de valor”.

A gestão estratégica de custos é embasada em diversos princípios, divididos em três grupos, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 2: Princípios Fundamentais da Gestão Estratégica de Custos

PRINCÍPIOS DE CUSTOS	PRINCÍPIOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHOS	DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS
-----------------------------	--	-----------------------------------

<ul style="list-style-type: none"> • Custos relevantes devem ser apropriados, preferencialmente, diretamente aos objetos que se pretender custear; • Devem ser identificadas bases de alocação que reflitam, adequadamente, as relações de causa e efeito entre os recursos consumidos e as atividades, e entre estas e os objetos que se pretende custear; • O custo real deve ser confrontado com o custo-meta; • Devem ser estabelecidos centros de custos com base em grupos homogêneos de atividades; • A utilização do Custeio Baseado em Atividades deverá melhorar o processo de apropriação. 	<p style="text-align: center;">ser</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devem ser estabelecidas mensurações de desempenho para as atividades relevantes; • Essas mensurações de desempenho devem ser de natureza financeira e não financeira; • As mensurações de desempenho devem ser consistentes com os objetivos da empresa; • As mensurações de desempenho devem melhorar a visibilidade dos direcionadores de custos, quando utilizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • A gestão de investimentos deve ser mais do que um processo de orçamento de capital; • A gestão de investimentos deve ser consistente com os objetivos da empresa; • As decisões de investimentos devem ser tomadas com suporte de múltiplos critérios; • A gestão de investimentos deve dar suporte ao processo de redução ou eliminação de atividades que não adicionam valor; • A gestão de investimentos deve dar suporte para atingimento do custo-meta; • A gestão de investimentos deve considerar os impactos na cadeia de valor em que a empresa atua; • A gestão de investimentos deve levar em consideração os dados relativos às atividades desempenhadas antes e depois da adoção de novas tecnologias; • Todos os investimentos devem ter efetivo acompanhamento posterior para que seu desempenho possa ser comparado com o que fora originalmente previsto.
--	--	---

Fonte: Adaptado (MARTINS, 2010).

Enfim, percebe-se que a gestão estratégica de custos vai além dos limites empresariais, pois é necessário análise e conhecimento de toda cadeia de valor da organização para fins de encontrar alternativas de redução de custos e maior

competitividade dos produtos ou serviços no mercado, assegurando-lhe a sobrevivência.

1.3 CUSTOS

Martins (2010) explica que todo gasto relacionado à produção de bens e serviços é considerado como custos de uma empresa. Em paralelo, conforme conceito Leone (2010), o custo é considerado o valor de todos os fatores consumidos para a obtenção de produtos, de serviços ou de ambos conjuntamente. Então pode perceber-se que custo é um consumo, ou seja, só será custo a partir do momento em que o insumo será utilizado para produzir outro bem ou outro serviço.

No mesmo sentido, Bornia (2010) afirma que os valores dos insumos consumidos para o funcionamento da empresa, excluindo os identificados para a fabricação, são despesas. Ou seja, despesas referem-se às atividades que não estejam diretamente vinculadas à fabricação. De modo geral, são aquelas atividades que se relacionam com a área administrativa, financeira e comercial da empresa.

Sabe-se que os custos e as despesas possuem diversas classificações. As mais utilizadas, conforme Bornia (2010), são o critério de variabilidade e o critério de facilidade de alocação.

1.3.1 Quanto à facilidade de alocação

Leone (2010) classifica os custos e as despesas em diretos e indiretos, dependendo da forma que os componentes estão relacionados ao produto/serviço. Então, para o referido autor, custos e despesas diretas são aquelas que são claramente identificadas com o objeto de custeio, ou seja, não há a necessidade de rateio.

Na mesma linha, Bornia (2010) conceitua os custos e as despesas diretas como aqueles que são facilmente alocados e analisados. Conforme Leone (2000), eles podem ser identificados de modo mais econômico e lógico.

Seguindo o mesmo pensamento, Horngren; Datar; Foster conceituam os custos diretos como aqueles:

Relativos ao objeto de custo em particular, e podem ser rastreados para aquele objeto de custo de forma economicamente viável (de custo eficaz). Por exemplo, o custo das latas ou garrafas é um custo direto da Pepsi. O custo das latas ou garrafas pode ser facilmente rastreado para, ou identificado com a bebida (2004, p. 26).

Já os custos e despesas indiretas, para Leone (2010), são aqueles que não são facilmente identificados no produto/serviço. Assim sendo, devem ser alocados ao objeto por meio do rateio.

Segundo Horngren; Datar; Foster:

Os custos indiretos são relativos ao objeto de custo em particular, mas não podem ser rastreados para aquele objeto de custo de forma economicamente viável (de custo eficaz). Por exemplo, os salários de supervisores que inspecionam a produção dos muitos produtos diferentes de refrigerantes engarrafados em uma fábrica de Pepsi é um custo indireto da Pepsi. Custos de supervisão são relativos ao objeto de custo (Pepsi) porque a supervisão é necessária para administrar a produção e a venda da Pepsi. [...] Diferentemente do custo de latas ou garrafas, é difícil rastrear os custos da supervisão para a linha da Pepsi ((2004, p. 27)

Para Bornia (2010), os indiretos são os que não podem ser facilmente atribuídos às unidades, necessitando, assim, de critérios de rateio para essa alocação.

1.3.2 Quanto ao critério de variabilidade

Os custos e as despesas fixas, na classificação de Leone (2010), são aqueles que independem do nível de atividade da empresa no curto prazo, ou seja, são constantes e não variam com a variabilidade da atividade escolhida. Da mesma forma, Ludícibus (2009) conceitua os custos e despesas fixas como aqueles que se mantêm inalterados, independentemente das variações da atividade ou venda.

Com base na tese de Perez Junior et al. (2012), os custos e despesas fixas devem ter um volume total fixo dentro de um intervalo; diminuir, unitariamente, à medida que aumenta o volume de produção; e o controle depender de níveis superiores da administração.

Para Bornia (2010), os custos e despesas variáveis são aqueles que estão em uma ligação restrita com a produção, ou seja, quanto maior for o nível de atividade da empresa (produção), tanto maior serão os custos.

Sendo assim, custos variáveis e despesas variáveis na conceituação de Ludícibus (2009, p. 141), são:

Os que variam na mesma proporção das variações ocorridas no volume da produção ou outra medida de atividade. Exemplos comumente apresentados como sendo de custos variáveis: matéria-prima, mão-de-obra direta, comissões sobre vendas, etc. Algumas despesas variam proporcionalmente com a variação das vendas, mais do que a produção. É o caso típico de comissões sobre vendas.

Perez Junior *et al.* (2012) trazem como características dos custos e despesas variáveis a variação no total em relação à proporção direta do volume de atividades. Assim, com relação ao ponto de vista unitário, eles permanecem constantes, independentemente da produção. Eles são apropriados com maior precisão aos produtos. E o controle de consumo tem como responsáveis os níveis inferiores da administração.

Matz (1974) conceitua custo e despesa variável como um método de custo, que utiliza somente os custos que variam diretamente com o volume. Para finalizar esse assunto, Garrison; Noreen; Brewer (2013) afirmam que um custo variável vai variar em proporção direta às mudanças no nível da atividade. E mencionam, também, que um custo variável deve ser variável em relação a alguma coisa. No caso aqui estudado, seria em relação ao volume de atividades.

1.4 ANÁLISE DE CUSTOS – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, PONTO DE EQUILÍBRIO E SISTEMAS DE CUSTEIO

1.4.1 Margem de contribuição

A margem de contribuição é considerada uma das principais ferramentas da gestão de custos. Visa mensurar a quantidade necessária de venda/prestação de serviço que a instituição precisa para cobrir seus custos variáveis e quanto a unidade está contribuindo para o próprio ganho.

Para Perez Junior *et al.* (2012), a margem de contribuição é de extrema importância para o custeio variável e para a tomada de decisões gerenciais, pois ela é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.

Sendo assim, aplicando-se o conceito ao objeto empírico da pesquisa, pode-se dizer que a margem de contribuição é a sobra positiva de cada mensalidade paga por aluno após o pagamento de todos os custos variáveis.

Bornia (2010, p. 63) conceitua a margem de contribuição como “o montante da receita diminuído dos custos variáveis”, ou seja, é o preço de venda menos os custos variáveis unitários do produto. Essa margem representa o valor que o preço de venda dispõe para cobrir os custos e as despesas fixas e, em acréscimo, para a geração de lucro.

Outra conceituação, trazida por Martins (2010), diz que a margem de contribuição é o valor que cada unidade traz à empresa em forma de sobra entre a receita e o custo que provocou. O cálculo encontra-se ilustrado no quadro 10.

Quadro 3 – Fórmula da Margem de Contribuição

$$\text{Margem de Contribuição Unitária} = \text{Preço} - \text{Custos Variáveis Unitários}$$

Fonte: Adaptado de Análise Gerencial de Custos (BORNIA, 2010).

Assim, pode-se dizer que quanto maior for a margem de contribuição unitária do produto ou serviço, tanto maior será a produção para a empresa.

Para esta pesquisa, o conhecimento da margem de contribuição de cada pagamento de mensalidade dos cursos englobados pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas é de grande relevância, visto que este lhe é um importante aliado no processo de tomada de decisões. A partir do momento em que se conhece o valor de contribuição de cada curso, pode-se pensar em estratégias para incentivar a divulgação dos cursos que obtiverem o maior percentual de ganho.

Martins (2008) menciona que, quando são alocados somente os custos variáveis ao produto/serviço, utiliza-se o método de custeio variável, no qual os custos fixos ficam separados e são considerados como despesas, indo diretamente ao resultado. Sendo assim, somente são alocados ao custeio variável os custos variáveis, ou seja, aqueles que variam de acordo com o processo produtivo.

Cardoso et. al. (2007, p. 233) mencionam que,

Pela própria natureza dos custos fixos – invariabilidade no todo e variação por unidade, e por propiciar valores de lucro não muito úteis para fins decisórios – criou-se um critério alternativo ao custeio por absorção.

Trata-se do custeio variável, também denominado custeio gerencial e custeio por contribuição, no qual só são agregados aos produtos seus custos variáveis, considerando-se os custos fixos como se fossem despesas diretamente no resultado.

Com isso, aplicando-se esses dados à instituição na qual se realizou a presente pesquisa, convém ressaltar que aqui foram considerados como custos variáveis aqueles ligados às atividades fins da ICES, ou seja, somente aqueles utilizados na produção de ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, para finalizar este ponto, Garrison; Noreen; Brewer (2013) afirmam que os gestores necessitam conhecer os dados dos custos organizados conforme os comportamentos, fixos ou variáveis, pois eles influenciarão muito no momento de decisão de planejamento e controle.

1.4.1.1 Limitações da Margem de Contribuição

Quando não houver limitações na capacidade produtiva, é de relevância o produto que produz maior Margem de Contribuição por unidade, porém, se houver esta limitação, a maior relevância se dá ao produto/serviço que produz maior Margem de Contribuição pelo fator limitante da capacidade. (MARTINS, 2003)

No mesmo sentido, Bornia (2010, p. 56) menciona que “quando existir um fator que limita a produção (tempo escasso, falta de matéria-prima, etc.), a análise deve ser feita em função desse fator limitante”.

Com isso, é de extrema importância para tomada de decisão, o cálculo da Margem de Contribuição pelo fator limitante da produção, para incentivar ou não a prestação de determinado serviço ou a produção de algum produto específico.

1.4.2 Ponto de equilíbrio

Conforme Padoveze:

Denomina-se ponto de equilíbrio em que o total da margem de contribuição da quantidade vendida/produzida se iguala aos custos e despesas fixas. Assim, o ponto de equilíbrio calcula os parâmetros que mostram a capacidade mínima em que a empresa deve operar para não ter prejuízo, mesmo que a um custo de lucro zero ((2009, p. 379).

Para Perez Junior et al. (2012), a expressão *ponto de equilíbrio* é a tradução da expressão inglesa *break-even point* e refere-se àquele nível de venda em que não há lucro nem prejuízo, ou seja, as receitas totais e os custos totais se igualam. Noutros termos, se uma empresa obtiver um maior valor de custos e despesas com relação às receitas, encontrar-se-á em prejuízo.

Nas palavras de Leone (2010, p. 377), “o ponto de equilíbrio é o ponto de produção e vendas em que os custos se igualam às receitas, ou seja, não há nem lucro nem prejuízo”. Dando seguimento a esse conceito, Maher (2001) menciona que o ponto de equilíbrio é o volume de vendas para o qual o lucro é igual a zero, ou seja, deve-se calcular qual o volume de vendas necessário para que o lucro seja nulo. Esse cálculo tem a fórmula constante no quadro 4.

Quadro 4: Fórmula do Ponto de Equilíbrio

$$Q_o = \frac{CF}{mc}$$

Fonte: Adaptado de Análise Gerencial de Custos (BORNIA, 2010).

Com base no que foi exposto, em uma Instituição Comunitária de Ensino Superior – ICES –, o ponto de equilíbrio pode ser explicado como a quantidade de alunos necessários para cobrir todos os custos variáveis e fixos.

Na mesma linha de pensamento, Martins (2010, p. 257) expõe que “O Ponto de Equilíbrio (também denominado Ponto de Ruptura (*Break-even Point*) nasce da conjugação dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais”. Vasconcelos; Garcia (2004, p. 104) complementam dizendo que o ponto de equilíbrio “representa o nível de produção em que a receita total é igual ao custo total e a partir do qual a empresa passa a gerar lucros”.

Assim, pode-se dizer que o lucro é obtido a partir das vendas que totalizam o ponto de equilíbrio. Os autores supracitados afirmam que o ponto de equilíbrio é mensurado por três formas: contábil, financeiro e econômico.

1.4.2.1 Ponto de equilíbrio contábil, financeiro e econômico

A diferença fundamental entre essas formas do ponto de equilíbrio são, conforme Borna (2010), os custos e as despesas fixas a serem considerados.

No ponto de equilíbrio *contábil*, são levados em conta todos os custos e despesas contábeis relacionados com o funcionamento da empresa. Já no ponto de equilíbrio *econômico*, são também incluídos nos custos e despesas fixos considerados todos os custos de oportunidade referentes ao capital próprio, ao possível aluguel das edificações (caso a empresa seja a proprietária) e a outros itens do gênero. No caso do ponto de equilíbrio *financeiro*, os custos considerados são apenas os custos desembolsados que realmente oneram financeiramente a empresa (BORNIA, 2010, p. 79).

Em resumo, o ponto de equilíbrio contábil, representado pela fórmula expressa no quadro 5, é o quanto se precisa obter para cobrir os gastos fixos, uma vez que a margem de contribuição já cobriu os gastos variáveis. Neste sentido, Bruni; Fama (2004, p. 254) asseveram que “a análise dos gastos variáveis e fixos torna possível obter o ponto de equilíbrio da empresa: representação do volume (em unidade ou R\$) de vendas necessário para cobrir todos os custos no qual o lucro é nulo”.

Quadro 5: Fórmula do Ponto de Equilíbrio Contábil

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \frac{\text{Custos Fixos}}{\text{Margem de Contribuição}}$$

Fonte: Adaptado de Contabilidade de Custos: inclui o ABC (MARTINS, 2003).

O ponto de equilíbrio econômico, segundo Martins (2003), refere-se ao quanto é necessário produzir/vender para cobrir os custos fixos e chegar à projeção de lucratividade desejada. Com isso, tem-se esse ponto de equilíbrio quando a margem de contribuição totalizar os gastos fixos acrescidos dos juros desejados sobre o capital. Esses dados são mostrados no quadro 6.

Quadro 6 – Fórmula do Ponto de Equilíbrio Econômico

$$\text{Ponto de Equilíbrio Econômico} = \frac{\text{Custos Fixos} + \text{Lucro}}{\text{Margem de Contribuição}}$$

Fonte: Adaptado de Contabilidade de Custos: Inclui o ABC (MARTINS, 2003).

Já o ponto de equilíbrio financeiro é considerado como o que se produziu/vendeu consegue pagar o que será desembolsado. Ou, noutras palavras, é aquele em que a margem de contribuição atinge o montante dos gastos fixos, devendo ser subtraídas as depreciações, pois não representam um desembolso de caixa para a entidade.

Bruni; Fama (2004, p. 259) mencionam que “o ponto de equilíbrio financeiro corresponde à quantidade que iguala a receita total com a soma dos gastos que representam desembolsos financeiros”, cuja fórmula está ilustrada no quadro 7.

Quadro 7 – Fórmula do Ponto de Equilíbrio Financeiro

$$\text{Ponto de Equilíbrio Financeiro} = \frac{\text{Custos Fixos} - \text{Custos não Desembolsados}}{\text{Margem de Contribuição}}$$

Fonte: Adaptado de Contabilidade de Custos: Inclui o ABC (MARTINS, 2003).

Para a presente pesquisa, utilizou-se somente o PEC, pois este é base para os demais.

1.4.3 Sistemas de custeio

De acordo com a ideia de Santos *et. al.* (2006), os sistemas de custeio se subdividem em integral e parcial, nos quais os principais custeios parciais são o variável, por absorção, e o baseado em atividade.

Neste sentido, utilizaram-se nesta pesquisa os custeios parciais, visto que todos os custos fixos e variáveis não são embutidos no custo unitário do produto, pois há alguns custos e despesas da instituição que devem/precisam ser rateados de acordo com sua utilização, não cabendo, no entanto, o custeio integral.

Sendo assim, conforme mencionado acima, os principais sistemas de custeio parcial são o custeio variável ou direto, custeio por absorção e o custeio baseado em atividade. A pesquisa focou no método de custeio direto e variável, por ser básico e utilizado para a apropriação de custos que, na sequência, serão abordados.

1.4.3.1 Custeio variável

O custeio variável é também denominado de custeio direto. Utiliza e considera somente os custos variáveis como os únicos custos que realmente são atribuíveis ao produto. Em outras palavras, este sistema de custeio não inclui os custos indiretos fixos como custos dos produtos, somente como custos da capacidade instalada. Interfere, pois, somente no resultado do período (CREPALDI E CREPALDI, 2014).

Com base em Van Derbeck; Nagy (2001, p. 443), o custeio direto é o “método de contabilidade para custos de manufatura que debitam no produto apenas os custos que variam diretamente com o volume: materiais diretos, mão-de-obra direta e CIF variáveis”. Esse método também é conhecido como “custeio variável”. O mesmo autor menciona que sob esse método de custeio o custo do produto está relacionado apenas aos custos que variam diretamente com o volume, ou seja, materiais diretos, mão de obra direta e custos indiretos fixos variáveis.

Com base em Martins (2010), essa forma de apropriação de custos aloca aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesas do período. Esses dados vão ao encontro da teoria de Crepaldi; Crepaldi (2014), ou seja, só interferiram no resultado do período.

Sabe-se que o custeio variável não é aceito pela contabilidade propriamente dita. Conforme Bruni; Fama,

Embora questionável segundo o ponto de vista dos princípios e normas contábeis, o custeio variável assume grande importância na análise de decisões relativas a custos e preços. No método do custeio variável. Apenas gastos variáveis são considerados no processo de formação dos custos dos produtos individuais. Custos e despesas indiretas são lançados de forma global contra os resultados (2004, p. 207).

Além dos autores acima, Martins (2010) menciona que o custeio variável ou direto foi criado como critério alternativo em que, nas demonstrações com base nesse critério, obtém-se um lucro que segue consecutivamente a direção das vendas, diferentemente do que ocorre com o custeio por absorção.

Neste sentido, conforme explana Ciotti (2011), o custeio variável não atende aos princípios fundamentais da contabilidade e não é aceito pelas autoridades fiscais. Tem, porém, um valor imensurável quando utilizado para fins gerenciais, pois fornece

ferramentas para controles internos da empresa. Bomfim; Passarelli (2008) complementam que no Brasil esse método de custeio só pode ser utilizado para fins gerenciais. Possui, portanto, essa limitação. Para fins contábeis e fiscais, deve ser aplicado o método de custeio por absorção.

1.4.3.2 Custeio por absorção

O custeio por absorção é o método de apropriação de custos derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos e em vigor pela legislação brasileira em que são alocados todos os custos de produção aos bens/serviços elaborados, ou seja, todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços realizados (MARTINS, 2010).

No mesmo sentido, Ciotti (2011) complementa que consiste na apropriação de todos os custos, sejam eles diretos, indiretos, fixos e variáveis por rateio. Acrescenta Crepaldi; Crepaldi (2014) que é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade e é adotado, no Brasil, pela legislação empresarial e fiscal, mas não é considerado um princípio, apenas um método decorrente da aplicação deles, ou seja, dos princípios.

No entendimento de Bomfim; Passarelli (2008), além de atribuir os custos variáveis aos produtos ou serviços realizados pela empresa, são atribuídos, também, os custos fixos, caracterizando, assim, a modalidade de custeio por absorção. O autor lembra também que

Esta atribuição de custos fixos, entretanto implica, naturalmente, a utilização de rateios. E nisso, reside a principal falha do custeio por absorção como instrumento de controle. Por mais objetivos que pretendam se os critérios de rateios, sempre apresentarão um forte componente arbitrário, que distorce os resultados apurados por produto e dificulta (quando não desorienta) as decisões da gerência com relação a assuntos de vital importância para a empresa (BOMFIM; PASSARELLI, 2008, p. 134).

O custeio por absorção é bastante criticado para fins de tomada de decisão gerencial com base em fins gerenciais, visto que é inflexível no que se refere a estratégias de preços, além de ser um método de custeio que demonstra uma segurança ilusória. Diz-se ilusória, visto que apropria todos os custos e despesas aos produtos, mercadorias ou serviços, assegurando que o preço de venda cubra todos eles, o que deve não acontecer, devido à quantidade de vendas.

Tendo percorrido brevemente sobre os principais conceitos e teorias que embasam o tema proposto por esta pesquisa, segue-se na exposição dos procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo e no conseqüente alcance dos objetivos propostos, bem como na resolução da problemática.

2 METODOLOGIA

2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia tem a finalidade de nortear o processo construtivo da realização desta pesquisa, desde a fase de elaboração até a fase de execução. Vergara (2014) classifica os tipos de pesquisa segundo os fins e os meios, e Gil (2010), segundo a natureza dos dados.

2.1.1 Quanto aos fins

Quanto aos fins, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, que, segundo Gil (2010), é “voltada à aquisição de conhecimento com vistas à aplicação numa situação específica”. Nesse caso, a pesquisa foi aplicada na Instituição Comunitária de Ensino Superior – URI – *campus* de Santiago, onde se pretendeu obter conhecimentos acerca dos cursos oferecidos com o fim de resolver um problema específico, qual seja, uma gestão estratégica e adequada de custos.

2.1.2 Quanto aos procedimentos metodológicos

De acordo com os objetivos propostos, a pesquisa caracterizou-se como “estudo de caso”.

Para Gil (2009), a pesquisa pode ser qualificada como estudo de caso quando houver um estudo aprofundado e detalhado sobre determinada unidade. Sendo assim, o presente trabalho é classificado como estudo de caso, pois atende às necessidades da pesquisa, uma vez que a pesquisadora realizou uma análise profunda sobre os custos dos cursos de graduação que integram o Departamento de

Ciências Sociais Aplicadas ofertados pela ICES e também acerca dos cálculos da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio de cada curso.

2.1.3 Quanto aos objetivos

Com base nessa classificação, a presente pesquisa configura-se como exploratória, em virtude da ICES estudada não fazer nenhum tipo de levantamento oficial, somente uma estimativa da margem de contribuição e ponto de equilíbrio, não havendo, portanto, nada formalizado e/ou institucionalizado.

Conforme Vergara (2014), esse tipo de pesquisa é realizado quando há pouco conhecimento sobre o assunto. No mesmo sentido, Gil (2010) explica que a pesquisa exploratória não tem outro intuito senão o de proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito.

2.1.4 Quanto aos meios

A pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois, conforme conceituação de Gil (2010), foi baseada em trabalhos já publicados, livros, teses, revistas científicas, etc. Cervo; Bervian; Silva (2007) mencionam que a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo para qualquer pesquisa científica.

Também pode ser classificada como uma pesquisa documental, por analisar os dados primários da instituição, que constam no sistema, como relatórios, demonstrativos, etc. A esse respeito, Gil (2010) constata que há uma aproximação com a pesquisa bibliográfica, cujo diferencial entre as duas está na natureza das fontes.

Assim, a presente pesquisa utiliza-se de meios bibliográficos e documentais, visto que foram realizadas pesquisas para a base teórico-conceitual em fontes secundárias e analisados documentos em fontes primárias, tais como os relatórios, demonstrativos, balanços e PDIS da ICES.

2.1.5 Quanto à natureza dos dados

Segundo Gil (2010), o método qualitativo é um estudo que identifica as variáveis, analisa os documentos e observa o objeto em estudo, enquanto o quantitativo sintetiza os dados de forma numérica e faz a tabulação deles.

Para a realização do estudo, utilizou-se da abordagem qualitativa e quantitativa. A escolha desse método se deu pelo fato de a pesquisa ter levantado dados numéricos e cálculos de índices, bem como tê-los analisados qualitativamente e formulado ações para embasar a gestão estratégica de custos proposta pelo módulo de gestão de custos para ICES. De posse desses pontos, analisam-se esses dados e formulam-se ações para gestões estratégicas.

2.2 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados no Departamento de Contabilidade da ICES em estudo, cujos dados se encontram no sistema da própria instituição. Foram coletadas informações em relatórios de mensuração financeira e orçamentária, como, por exemplo, balanços, demonstrações de resultado e outros julgados necessários.

2.3 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram importados para uma planilha do *software Microsoft Excel* e deles selecionados os dados pertinentes para a realização dos cálculos necessários à análise da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio dos cursos integrantes do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ICES URI Santiago.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados com base nos resultados extraídos da Planilha do Excel e interpretados qualitativamente, com o intuito de auxiliar a instituição na tomada de decisões. Por meio da análise dos dados, o gestor tem um norte para decidir qual curso divulgar mais, por trazer uma margem de lucro maior, e com quantos alunos uma turma pode ser formada, que cursos deverão ser mantidos e que estratégias são necessárias para recuperar determinado um curso deficitário, entre outros.

2.5 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PRODUTO

A proposta de criação do produto consiste na elaboração de um Módulo de Gestão de Custos para Instituições Comunitárias de Ensino Superior, que objetiva esclarecer e orientar de que forma deverá ser realizada a gestão estratégica de

custos, com base na análise da margem de contribuição e ponto de equilíbrio dos cursos, tendo como recorte empírico os cursos que integram o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI Santiago.

O propósito deste módulo é auxiliar a gestão estratégica da ICES, buscando um embasamento mais próximo da realidade, para que ela consiga manter-se no mercado de maneira competitiva e garantir sua sobrevivência e reprodução institucional. Serve, também, como base para análise estratégica de custos dos demais cursos já existentes e dos próximos cursos de graduação que forem implantados no *campus*, bem como para as demais unidades da ICES que apresentem as mesmas especificidades e particularidades.

Sabe-se que a gestão de uma organização, o que abrange a gestão da instituição comunitária estudada, não deve se basear e tomar decisões somente com base no Módulo de Gestão de Custos, ou seja, nos números em que ele representa. Há diversas estratégias que devem ser analisadas em uma empresa, podendo inclusive decidir por manter determinado produto ou serviço mesmo que não traga a rentabilidade desejada, mas que, a partir disso, é possível que outras oportunidades surjam através deste.

Por isso, nesses casos, ratifica-se que em uma gestão institucional, deve ser levado em conta todas as análises, qualitativas e quantitativas, não somente as quantitativas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta parte, apresenta-se a análise dos dados e os resultados da pesquisa. Para um melhor entendimento, a Instituição Comunitária de Ensino Superior – URI de Santiago – será contextualizada.

Na sequência, o resultado do cálculo dos índices financeiros da organização em estudo. Esses índices foram calculados com base no exercício financeiro de 2014 e 2015.

Por último, encontra-se a análise referente à margem de contribuição e ponto de equilíbrio dos cursos que compõem o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI, *campus* de Santiago: Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis e Direito.

3.1 INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JAGUARI

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – é uma instituição comunitária e de muitos campos, reconhecida pela Portaria nº 708, de 19 de maio de 1992, reconhecida pela Portaria nº 1.295, de 23 de outubro de 2012, com sede na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação Regional Integrada, entidade de caráter técnico-educativo e cultural, com sede e foro na cidade de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Possui autonomia didático-científica e administrativa, de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PLANO DE GESTÃO, 2014).

A URI nasceu como resultado da integração de instituições de Ensino Superior isoladas que integravam o Distrito Geoeducacional 38, como também da integração e inserção regionais. Devido a sua estrutura ser *multicampi*, possui um projeto institucional diferenciado, em que o conhecimento e a diversidade cultural são levados em conta. Faz vinte e quatro anos que assume o compromisso com o desenvolvimento pleno das regiões nas quais está inserida (PLANO DE GESTÃO, 2014).

A unificação em somente uma instituição possibilitou o cumprimento de uma função social que até então não era possível cumprir devido ao isolamento das instituições. Essa integração possibilitou não só a união dos patrimônios, mas também a união dos conhecimentos, fontes que fortaleceram e fortalecem as regiões em que ela se insere.

Em um primeiro momento, o nascimento da instituição levou a união das IES de Erechim, Santo Ângelo, Frederico Westphalen, São Luiz Gonzaga e Cerro Largo. A IES de Santiago passou a integrar o grupo posteriormente, ou seja, em 1994 (PLANO DE GESTÃO, 2014).

No que se refere ao *campus* da URI Santiago, convém esclarecer que ele foi fundado em 1969 como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santiago e que deu início de suas atividades no ano de 1970 como extensão da Universidade Federal de Santa Maria. Os cursos ofertados na época eram somente Letras e Estudos Sociais. No ano de 1975, no mês de dezembro, pelo Decreto 76.790, a FAFIS, que era mantida pela FESAN (Fundo Educacional de Santiago), foi reconhecida (PORTAL URI SANTIAGO, 2016).

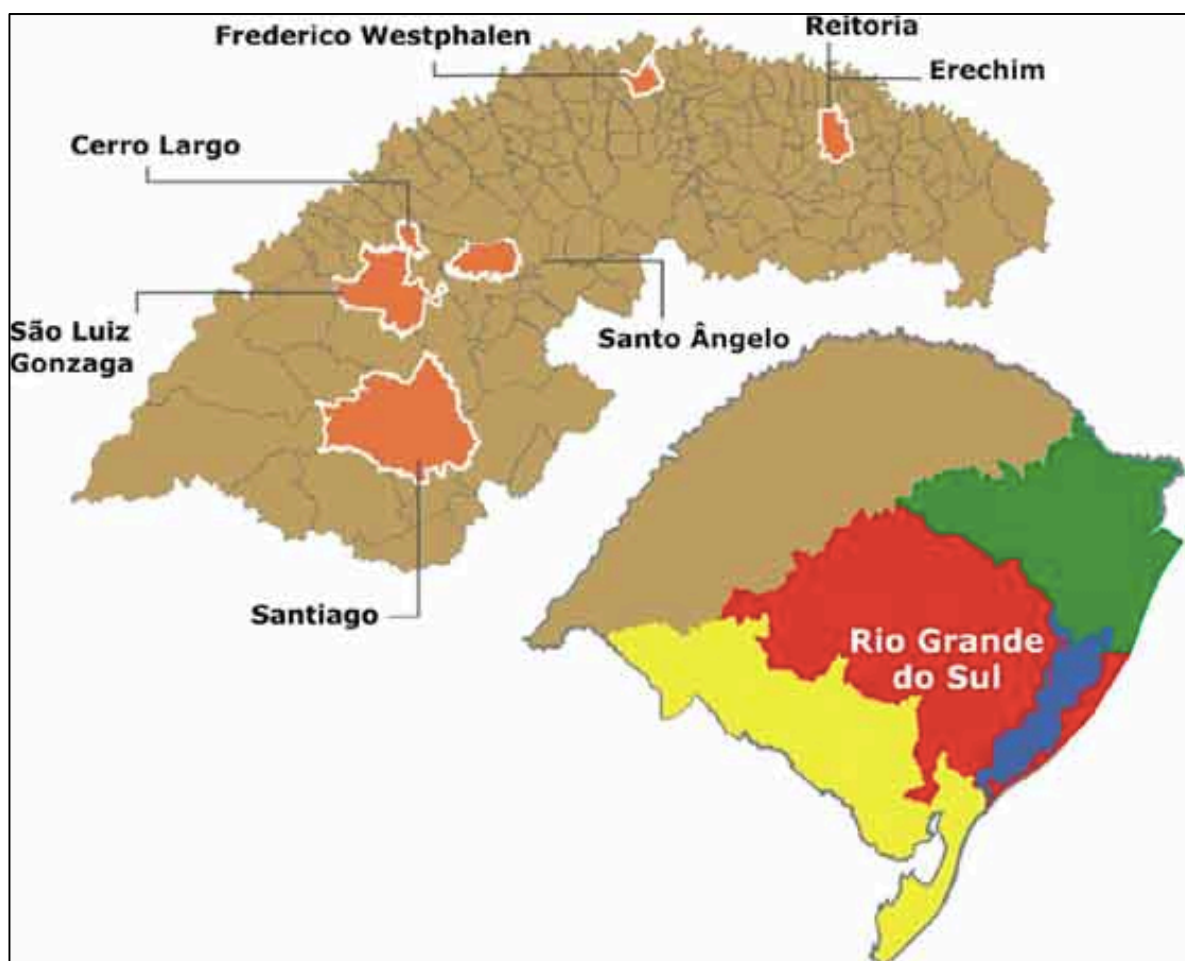
Conforme o mesmo portal, em 1993, foi aprovado a transferência do patrimônio da FESAN para a FURI, que é a Fundação Regional Integrada, a qual passou a ser a mantenedora de todos os cursos do *campus* da URI em Santiago, e somente em dois de agosto de 1994, pela Portaria do MEC 1.161/94, efetivou-se a aprovação e a inclusão do *campus*.

A URI, com uma gestão administrativa descentralizada, outorga autonomia às suas unidades sem, no entanto, renunciar a um órgão colegiado que contempla a academia e as comunidades, denominado Conselho Universitário. A universidade, de acordo com o Plano de Gestão (2014), possui a missão de formar pessoas éticas e competentes, objetiva inserir na comunidade regional esses profissionais e tem como atividade a construção de conhecimento, a promoção da cultura e o intercâmbio.

Os princípios de gestão da URI reforçam a ética, a corresponsabilidade, a qualificação institucional, a inovação, o desenvolvimento regional, a vida, o ambiente, a gestão democrática, a sustentabilidade e a internacionalização (PLANO DE GESTÃO, 2014).

Como referenciado nesta dissertação, a URI é uma *universidade comunitária*. Assim, está fortemente identificada com seu público-alvo. Em acréscimo, possui a função de desenvolver atividades permanentes de diagnósticos, redefinir as estratégias, reciclar e capacitar todos os colaboradores para que eles, de maneira permanente, possam contribuir de forma decisiva para o engrandecimento geral da região na qual se insere. Tendo essas bases todas, procura cumprir bem a função que lhe é precípua, ou seja, a função de geradora e disseminadora dos conhecimentos necessários para o avanço do desenvolvimento e do bem-estar da comunidade regional (PORTAL REITORIA, 2016).

Hoje, a URI é integrada, conforme figura 1, por quatro *campus* (Erechim, Frederico Westphalen, Santo Ângelo e Santiago), duas extensões (São Luiz Gonzaga e Cerro Largo), oito departamentos, trinta e quatro cursos de graduação, cento e oitenta e seis opções de oferta de ingresso, trinta e oito cursos de pós-graduação lato sensu, nove mestrados, dois doutorados, setenta e cinco grupos de pesquisa, em torno de mil docentes, oitocentos e trinta e nove funcionários, técnicos administrativos e de apoio, aproximadamente quinze mil discentes, seis escolas de Educação Básica, setenta mil pessoas atendidas por seus programas de extensão, um acervo bibliográfico superior a quatrocentos e noventa e um mil exemplares e trezentos e oitenta laboratórios (PLANO DE GESTÃO, 2014).

FIGURA 1: Municípios dos *campi* da URI

FONTE: Plano de Gestão 2014-2018 – URI, 2014.

A estrutura organizacional, tanto na organização acadêmica quanto na administrativa, possibilita um sistema de gestão institucional que assegura o fluxo de informações e de decisões. De acordo com o Plano de Gestão 2014-2018, os diferentes segmentos dos colegiados que compõem a URI adotam rotinas

organizadas coletivas e dialógicas, primando pela autonomia na tomada de decisões. A estrutura organizacional 2014-2018 da URI é a seguinte:

FIGURA 2: Estrutura Organizacional da URI



FONTE: Plano de Gestão 2014-2018 – URI, 2016

Na atual gestão (2014-2018), conforme demonstrado na Figura 2, os dirigentes da Reitoria são os seguintes: Reitor, Luiz Mario Silveira Spinelli; Pró-Reitor de Ensino, Arnaldo Nogaro; Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Giovani Palma Bastos; e Pró-Reitor de Administração, Nestor Henrique de Cesaro. No *campus* da URI de Santiago, são dirigentes são os seguintes: Diretor- Geral, Francisco Assis Górski; Diretora Acadêmicas, Michele Noal Beltrão; e Diretor Administrativo, Jorge Padilha dos Santos.

O *campus* de Santiago está localizado a quatro quilômetros do centro da cidade e possui mais de dois mil alunos. Tem investido na qualificação de seus recursos humanos e tem se preocupado, na mesma proporção, com a infraestrutura. Mantém à disposição de sua comunidade modernas e bem equipadas salas de aula, biblioteca

com um acervo de mais de 100 mil obras, espaços de convivência, bem como modernos laboratórios. No centro de Santiago, possui o URI CEPP, que é o Centro de Estágio de Práticas Profissionais, onde sete cursos prestam valiosos serviços à comunidade, por meio dos estágios dos acadêmicos (PORTAL URI SANTIAGO, 2016).

De acordo com as informações contidas no mesmo portal, o *campus* atende diretamente Santiago e mais quatorze municípios, ou seja, Jaguari, São Borja, Cacequi, Mata, São Vicente do Sul, São Francisco de Assis, Bossoroca, Itacurubi, Nova Esperança do Sul, Manoel Viana, Jari, Capão do Cipó, Unistalda e Maçambará.

Desse modo, enquanto universidade comunitária, a URI garante a democracia interna e se propõe manter a unidade da administração, flexibilizando métodos e critérios, com vista ao atendimento das diferenças individuais dos acadêmicos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de inovação e aperfeiçoamento das oportunidades de construção de novos conhecimentos nos cursos já instituídos e naqueles que serão criados, atendendo às demandas da contemporaneidade. A dinamização do processo de gestão e organização institucional contribui para que a ICES responda, adequadamente, às demandas do cenário, em permanente transformação, em que se insere, expressando-se na busca da excelência do planejamento, dos meios e dos seus resultados atingidos nas suas distintas áreas de atuação (PLANO DE GESTÃO, 2014).

Sabe-se que no *campus* de Santiago a Universidade Regional Integrada conta com treze cursos de graduação, que são: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem, Educação Física, Farmácia, Letras, Pedagogia e Psicologia.

O estudo empírico limitou-se à análise do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, que abrange os cursos de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis e Direito.

O curso de Administração tem como objetivo formar profissional capaz de administrar empresas públicas e privadas, destacando-se como um gestor preparado para decisões complexas e um gerenciamento dinâmico, preparos muito necessários para os dias atuais. No ano de 2014, matricularam-se 255 alunos no primeiro semestre e 201 alunos no segundo semestre. Desse total, 6 alunos possuíam bolsa própria, 41 alunos ProUni e 141 alunos tinham FIES. Já no ano de 2015, no primeiro semestre havia 238 alunos matriculados e no segundo semestre 183 alunos matriculados.

Sendo assim, conforme relatórios disponibilizado pela Universidade, havia 5 alunos com bolsa própria da instituição, 40 com bolsas do ProUni, 125 com Financiamento Estudantil e 3 com Crédito da Uri, denominado de CREDIURI.

No mesmo sentido, o objetivo do curso de Arquitetura e Urbanismo é o de formar profissionais capacitados para ingressar no mercado de trabalho, por meio da vivência prática concomitantemente com a teoria aplicada, respondendo às necessidades ambientais de abrigo da sociedade e dos indivíduos, na implantação de obras arquitetônicas, sem ferir o meio ambiente. De acordo com os dados referentes aos alunos, sabe-se que no ano de 2014 havia 152 alunos matriculados no primeiro semestre e 145 no segundo semestre, ou seja, 149 alunos traçaram esse objetivo para suas vidas, realizando a matrícula no curso. Desse número de alunos, 18 estavam matriculados com bolsa própria da instituição, 22 entraram por meio do Programa Universidade para Todos e 73 possuíam financiamento estudantil. No ano de 2015, no primeiro semestre foram realizadas matrículas de 164 alunos e no segundo semestre foram realizadas matrículas de 147 alunos, sendo que desses 17 possuíam bolsa própria, 23 ProUni, 73 FIES e 7 CREDIURI.

Assim, com conhecimentos gerais e domínios de técnicas específicas da profissão, eles podem transpor os conhecimentos teóricos aos campos das práticas e produzir, inovar e desenvolver o novo teórico, novas práticas. Por esses e outros motivos, eles acabam realizando o curso de Ciências Contábeis, no qual, no ano de 2014, havia 269 acadêmicos matriculados, divididos em dois semestres, 146 no primeiro e 123 no segundo. Desses, 7 eram beneficiados com bolsa própria, 28 com o ProUni e 92 com o FIES. No ano de 2015, havia 128 e 114 acadêmicos, matriculados no primeiro e no segundo semestre respectivamente, sendo beneficiados com bolsa própria 6 alunos, com ProUni 29 alunos e com FIES 81 alunos.

E para finalizar os cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI do *campus* de Santiago, ressalta-se que existem aqueles acadêmicos que optam por desenvolver a capacidade de análise e de articulação de conceitos e de argumentos, o domínio dos princípios doutrinários e a reflexão, com visão crítica, acerca das instituições jurídicas e das transformações da lei, como causa e feito de uma sociedade em desenvolvimento, na busca da concretização da cidadania. Esse é um dos cursos mais procurados na Universidade e pode-se dizer que é o mais procurado do Departamento em estudo. No ano de 2014, no primeiro semestre, foram matriculados 509 alunos e 479 no segundo semestre. Desses, 9 alunos possuíam

bolsa própria, 73 ProUni e 234 FIES. No ano de 2015, havia 485 alunos matriculados no primeiro semestre e 500 no segundo semestre, sendo 13 alunos beneficiados com bolsa própria da universidade, 70 com ProUni, 223 com FIES e 1 com CREDIURI.

É relevante a informação de que os acadêmicos, para conseguirem realizar seus sonhos de formação no Ensino Superior, buscam alternativas para minimizar os impactos financeiros. Essas alternativas são o FIES, o Prouni e o Crediuri. Como explicitado no capítulo II, o Prouni é um programa do Ministério da Educação, que concede bolsas de 50% a 100%, conforme a classificação do acadêmico na nota do ENEM. Para os acadêmicos que não conseguem atingir um desempenho adequado para acessar essa ferramenta e necessitam de uma ajuda financeira, podem concorrer ao FIES, que é um financiamento estudantil, atrelado ao Governo Federal, que também utiliza como critério de classificação a nota do ENEM. E, por último, e com um número de vagas bem limitado, há o CREDIURI, que é um programa de financiamento próprio da Universidade Regional Integrada, aberto por meio de edital, com limites de vagas por curso. Nesse caso, a documentação deve ser apresentada para comprovação de que atende aos critérios exigidos.

Pelo fato de a URI atuar no Programa Universidade para Todos, a Lei 12.868, de 2013, menciona que é necessário que atenda aos requisitos de conceder 1 bolsa para cada 5 alunos matriculados no geral, bem como 1 para cada 9 alunos matriculados por curso.

O conhecimento sobre a margem de contribuição é de fundamental importância para a tomada de decisão em curto prazo, pois é por meio dela que se conhece o que resta para contribuir com a cobertura dos custos fixos e a geração de lucro da ICES. Assim, a margem de contribuição é o valor restante após o pagamento de todos os custos e despesas variáveis, permitindo, então, a avaliação do quanto cada aluno ou curso (depende do foco da análise) contribui para pagar os custos fixos e as despesas fixas. Neste sentido, a utilização desta ferramenta como informação gerencial é de fundamental importância, pois por meio dela o gestor tem subsídios para proceder aos descontos e promoções, reajustes dos valores e tomada de decisão quanto ao cancelamento de oferta de curso ou não, entre outras tomadas de decisões de cunho estratégico.

Para que possa haver o cálculo da margem de contribuição de cada curso que integra o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, é necessário conhecer os custos de cada curso, que estão demonstrados na

Quadro 8: Margem de Contribuição do DCSA 2014 e 2015

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO				
ANO	CURSO	TOTAL/ANO (R\$)	TOTAL/ALUNO (R\$)	%
2014	Administração	1.356.147,43	5.948,02	73,54%
	Arquitetura	496.423,89	3.342,92	38,77%
	Ciências Contábeis	642.317,38	4.775,59	65,76%
	Direito	2.696.765,96	5.459,04	63,22%
2015	Administração	1.274.679,33	3.027,74	69,61%
	Arquitetura	717.460,99	2.306,95	44,26%
	Ciências Contábeis	619.442,43	2.559,68	60,20%
	Direito	3.172.611,03	3.240,66	67,16%

Fonte: A autora (2017).

De acordo com o quadro 8, o curso de Administração possui maior margem de contribuição, resultando em 73,54% em 2014 e 69,61% em 2015. Sabe-se que cada aluno contribuiu com os custos fixos do curso no valor R\$ 5.948,02 no ano de 2014 e no valor de R\$ 3.027,74 no ano de 2015. O curso de Arquitetura é o que possui a margem de contribuição mais baixa, ou seja, contribuiu com 38,77% e 44,26% nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, no pagamento dos custos fixos.

O curso de Ciências Contábeis teve, no ano de 2014, a segunda margem de contribuição mais alta, ou seja, contribuiu com 65,76% da sua receita no pagamento dos custos fixos. Já no ano de 2015, houve uma queda de, aproximadamente, 8,45% no percentual da margem de contribuição, se comparado com 2014. Isso se justifica devido ao menor número de alunos que ingressaram no primeiro semestre do ano. Já o curso de Direito teve sua margem de contribuição elevada em 6,23% no ano de 2015, se comparada com 2014. É um curso com custos variáveis altos, pois há turmas diurnas e noturnas, sendo que os demais cursos são somente noturnos.

Outra ferramenta da gestão estratégica de custos é a do ponto de equilíbrio. O conhecimento dos resultados dessa ferramenta é importantíssimo, pois nela e com ela é conhecido o momento em que a ICES entra em um equilíbrio entre as receitas e as despesas, chegando a um resultado igual a zero. Vale ressaltar que os custos fixos de toda a instituição foram rateados de acordo com o número de alunos, pois considera-se que há inúmeras formas de realizar esse rateio, porém a escolha está

justificada pelo fato de que quanto mais alunos em um curso, mais esse curso, teoricamente, utiliza os setores da universidade, como, por exemplo, tesouraria, secretaria, biblioteca, entre outros. Neste sentido, buscou-se calcular o ponto de equilíbrio referente aos cursos definidos, demonstrados no quadro 8, mas, para que isto aconteça, é necessário conhecer o valor dos custos fixos atribuídos aos cursos objetos de estudo, que estão demonstrados no Apêndice E – Rateio dos Custos Fixos – 2014. É necessário observar que, para chegar a totalidade de alunos por turmas, pegou-se o ponto de equilíbrio em unidades e dividiu-se pelo número de turmas anuais do curso correspondente, por exemplo, o Curso de Ciências Contábeis possui nove semestres, ou seja, nove turmas durante o ano.

Quadro 9: Ponto de Equilíbrio do DCSA 2014 e 2015

PONTO DE EQUILÍBRIO				
ANO	CURSO	R\$	UNIDADE/ ANO	UNIDADE/ TURMA
2014	Administração	1.245.512,92	154	17
	Arquitetura	1.538.661,04	178	18
	Ciências Contábeis	821.697,65	113	13
	Direito	3.139.333,06	364	18
2015	Administração	1.485.710,55	171	19
	Arquitetura	1.726.030,65	166	17
	Ciências Contábeis	987.479,59	116	13
	Direito	3.602.841,30	376	19

Fonte: A autora (2017).

Sabe-se que o custo fixo total referente ao curso de Administração era de R\$ 916.007,09, e a margem de contribuição era de 73,54%. Neste sentido, de acordo com o quadro 9, o ponto de equilíbrio contábil no referido curso, no ano de 2014, foi de R\$ 1.245.512,92, sendo que em quantidade de alunos por ano se resumiu em 154 alunos e por turma em 17 alunos. Ou seja, o curso somente começaria a produzir lucro se tivesse mais de 154 alunos no ano de 2014. Durante o ano de 2015, o ponto de equilíbrio monetário aumentou em 19,28%, sendo que, em unidades, teve um acréscimo de 17 alunos. O curso de Administração, no primeiro período, tinha 228 alunos matriculados, ou seja, uma margem de segurança de 74 alunos, e no segundo período tinha 211 alunos matriculados, resultando em uma margem de segurança de

40 alunos. Assim, percebe-se que houve uma queda de 45,95% na margem de segurança e um aumento de 17 alunos para que fosse atingido o ponto de equilíbrio.

No mesmo sentido, o curso de Direito, no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 1.984.682,02 de custos fixos, apresentando uma margem de contribuição de 63,22%, sendo que no ano de 2015, seus custos fixos resultaram em R\$ 2.419.648,42, e a margem de contribuição era de 67,16%. Se comparar um período com o outro, teve um acréscimo de 14,76% em seu ponto de equilíbrio monetário, sendo que em unidades foram 12 alunos por ano. Percebe-se, dessa forma, que no ano de 2014 eram necessários 364 alunos e havia 494 matrículas para o curso, gerando, assim, uma margem de segurança de 130 alunos. Já no ano de 2015, o ponto de equilíbrio era de 376 matriculados e havia 493 alunos, resultando em 117 alunos de margem de segurança.

Dando sequência, o curso de Ciências Contábeis, no ano de 2014 e 2015, respectivamente, tinha como custos fixos os montantes de R\$ 540.363,83 e R\$ 594.472,00, e a margem de contribuição desses dois períodos foi de 65,76% no primeiro e 60,20% no segundo. Diante desse cenário, houve um acréscimo de 20,17% no ponto de equilíbrio monetário, sendo que em unidades houve um aumento de somente 3 alunos. Esse caso é justificado pelo fato de ter havido um aumento de 10% no custo fixo total e uma diminuição de 3,56% na margem de contribuição, e, ainda, que no ano de 2014 havia 135 alunos matriculados em Ciências Contábeis e que em 2015 diminuiu para 121 matriculados, resultando em uma taxa de 10,37% de queda de matrículas. Analisou-se, então, que em 2014 o curso havia uma margem de segurança de 22 alunos e que em 2015 essa margem caiu para 5 alunos, resultando em uma taxa bem significativa de 77,27% de queda nessa margem.

Por fim, o curso de Arquitetura, conforme comparativo apresentado no quadro 9, foi o único curso que teve seu ponto de equilíbrio unitário reduzido. Sendo assim, em 2014, o curso tinha uma margem de contribuição de 38,77%, em que os custos fixos totalizaram R\$ 596.609,88, resultando em um ponto de equilíbrio de R\$ 1.538.661,04, sendo necessários 178 alunos matriculados, mas no referido ano só havia 149 alunos matriculados. Já no ano de 2015, os custos fixos totais tiveram um aumento de 28,05% e um aumento de 5,49% da margem de contribuição, resultando, então, em um ponto de equilíbrio de R\$ 1.726.030,65, necessitando de 166 alunos matriculados e havendo somente 156 alunos. Em outras palavras, pode-se dizer que houve um aumento do percentual do ponto de equilíbrio no curso de Arquitetura e

Urbanismo, porém, o curso ainda está operando no prejuízo, com quantidade inferior de alunos ao ponto de equilíbrio.

Afirma-se que a ferramenta de análise do ponto de equilíbrio e margem de contribuição são muito relevantes para qualquer empresa, principalmente para uma Instituição Comunitária de Ensino Superior, visto que a concorrência e expansão da oferta de curso no mercado está crescendo a cada dia. O ponto de equilíbrio, propriamente dito, em virtude de a instituição estudada oferecer ensino de cunho presencial, resultou em uma informação que deve ser levada em conta a cada ação de vestibular ou resultado do mesmo, visto que informa quantos alunos por turma o curso deverá ter para que não acarrete em prejuízo à instituição, fora os custos que são demonstrados e que, se analisados, podem ser extraídas deles diversas ações que possam contribuir na redução dos custos.

3.2 MÓDULO DE GESTÃO DE CUSTOS EM UMA INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE ENSINO SUPERIOR – MGCICES

O módulo de gestão de custos para ICES foi elaborado com o intuito de auxiliar de forma prática e com mais agilidade a gestão de custos no que se refere à margem de contribuição e ponto de equilíbrio de uma instituição comunitária. Neste sentido, O MGCICES é um instrumento que visa facilitar a tomada de decisões financeiras e estratégias para a ICES.

No caso desta pesquisa, o módulo em tela foi aplicado em uma Instituição Comunitária de Ensino Superior do Vale do Jaguari e desenvolvido em planilhas elaboradas com o auxílio do *software Microsoft Excel*, versão 15.12.3, sendo desenvolvido da forma que segue abaixo.

Primeiramente, como forma de tornar o módulo mais explicativo, selecionou-se, então, o curso de Ciências Contábeis para a avaliação. Sendo assim, devem ser extraídos os valores do demonstrativo do resultado do exercício da instituição e aplicados os valores correspondentes à receita com mensalidades, receitas que devem ser correspondentes à gratuidade e bolsas próprias da instituição, bem como à ajuda com transportes de alunos de outras cidades que, no caso estudado, são abatidos dos valores das mensalidades, bem como os custos variáveis correspondentes ao curso em estudo.

Depois da extração desses dados, esses devem ser colocados em uma planilha no *software Excel*, conforme se demonstra no quadro 10:

Quadro 10: Exemplo de Cálculo por meio do MGCICES do Curso de Ciências Contábeis

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 2014			
(=) Receita com Mensalidades	976.732,07	7.261,95	100,00%
Receitas com Mensalidade	1.283.017,68	9.539,16	131,36%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 293.518,26	- 2.182,29	-30,05%
(-) Ajuda Transportes	- 12.767,35	- 94,92	-1,31%
(-) Custos Variáveis	334.414,69	2.486,35	34,24%
(=) Margem de Contribuição	642.317,38	4.775,59	65,76%

Fonte: A autora (2017).

Como pode ser percebido no quadro acima, a linha referente a (=) Receita com Mensalidades deve ser o resultado das receitas com mensalidades, deduzidas das gratuidades e ajudas de transportes, que são demonstradas pela fórmula evidenciada na figura 3.

Figura 3: Fórmula da Receita Líquida

	H	I	J	K	L	M
18		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias		=D8	=K18/148,5	=L18/\$L\$16
19		(-) Ajuda Transportes		=D9	=K19/148,5	=L19/\$L\$16
20		(-) Cust		=SOMA(D14:D24;D30;D41)	=K20/148,5	=L20/\$L\$16
21		(=) Març		=K16-K20	=K21/148,5	=L21/L16
22						
23						
24		MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 2014				
25		(=) Receita com Mensalidades		=SOMA(K26:K28)	=K25/134,5	=L25/\$L\$25
26		Receitas com Mensalidade		=E6	=K26/134,5	=L26/\$L\$25
27		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias		=E8	=K27/134,5	=L27/\$L\$25
28		(-) Ajuda Transportes		=E9	=K28/134,5	=L28/\$L\$25
29		(-) Custos Variáveis		=SOMA(E14:E24;E30;E41)	=K29/134,5	=L29/\$L\$25
30		(=) Margem de Contribuição		=K25-K29	=K30/134,5	=L30/L25
31						
32						
33		MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - DIREITO - 2014				
34		(=) Recç		=SOMA(K35:K37)	=K34/494	=L34/\$L\$34
35		Receitas com Mensalidade		=F6	=K35/494	=L35/\$L\$34
36		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias		=F8	=K36/494	=L36/\$L\$34
37		(-) Ajuda Transportes		=F9	=K37/494	=L37/\$L\$34
38		(-) Cust		=SOMA(F14:F24;F30;F41)	=K38/494	=L38/\$L\$34
39		(=) Març		=K34-K38	=K39/494	=L39/L34

Fonte: A autora (2017).

Assim, depois de ter encontrado a informação da receita líquida por curso, foi realizado o levantamento do montante dos custos variáveis por curso, que estão demonstrados na DRE disponibilizada pela instituição.

Com base nesses resultados, encontrou-se a margem de contribuição global, na qual foi realizada a diferença entre as receitas líquidas e os custos variáveis, conforme demonstrada na figura 4.

Figura 4: Margem de Contribuição Global

	H	I	J	K	L	M	N
18		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	=D8	=K18/148,5	=L18/\$L\$16		
19		(-) Ajuda Transportes	=D9	=K19/148,5	=L19/\$L\$16		
20		(-) Custos Variáveis	=SOMA(D14:D24;D30;D41)	=K20/148,5	=L20/\$L\$16		
21		(=) Margem de Contribuição	=K16-K20	=K21/148,5	=L21/L16		
22							
23							
24		MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 2014					
25		(=) Receita com Mensalidades	=SOMA(K26;K28)	=K25/134,5	=L25/\$L\$25		
26		Receitas com Mensalidade	=E6	=K26/134,5	=L26/\$L\$25		
27		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	=E8	=K27/134,5	=L27/\$L\$25		
28		(-) Ajuda Transportes	=E9	=K28/134,5	=L28/\$L\$25		
29		(-) Custos Variáveis	=SOMA(E14:E24;E30;E41)	=K29/134,5	=L29/\$L\$25		
30		(=) Margem de Contribuição	=K25-K29	=K30/134,5	=L30/L25		
31							
32							
33		MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - DIREITO - 2014					
34		(=) Receita com Mensalidades	=SOMA(K35;K37)	=K34/494	=L34/\$L\$34		
35		Receitas com Mensalidade	=F6	=K35/494	=L35/\$L\$34		
36		(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	=F8	=K36/494	=L36/\$L\$34		
37		(-) Ajuda Transportes	=F9	=K37/494	=L37/\$L\$34		
38		(-) Custos Variáveis	=SOMA(F14:F24;F30;F41)	=K38/494	=L38/\$L\$34		
39		(=) Margem de Contribuição	=K34-K38	=K39/494	=L39/L34		
40							
41							
42							

Fonte: A autora (2017).

Quanto à margem de contribuição unitária, foi calculada com base na margem de contribuição global, dividida pelo número médio de alunos, ou seja, foi calculada com base no número de alunos matriculados no primeiro semestre de 2014 (146), com acréscimo dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014 (123) e feita a média simples, dividindo por 2. De acordo com a figura 4, na coluna L e linha 28. Assim, foi encontrado o número médio de alunos (134,5) no ano de 2014 para o curso de Ciências Contábeis.

Para calcular a margem de contribuição em percentual, foi feito o cálculo com base nas receitas com mensalidades que equivalem a 100%. Sendo assim, dividiu-se o valor da margem de contribuição global, que era de R\$ 642.317,38, pelo valor das receitas com mensalidades dos cursos, que foram de R\$ 1.283.017,68, totalizando, então, o percentual equivalente à margem de contribuição do curso de Ciências Contábeis no ano de 2014, que foi de 65,76%, conforme demonstrado na coluna M, linha 28, da figura 4.

Quanto à outra parte do MGCICES, referente ao cálculo do ponto de equilíbrio, primeiramente se verificou o total dos custos fixos de toda a instituição. Posterior a isso, foi calculado o percentual correspondente do curso de ciências contábeis, que eram de 135, com base no número de alunos total da instituição no ano de 2014, que era de 2034. Assim, atribuiu-se o percentual de custos fixos pertencentes ao curso, que totalizou 6,61%, conforme demonstra a figura 5, representando R\$ 540.363,83, ilustrado na figura 6.

Figura 5: Percentual de Rateio dos Custos Fixos – 2014

RATEIO CUSTOS FIXOS - 2014									
CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS	%	CUSTOS FIXOS						
			ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	ESTRUTURA COMUM	GERAIS DE APOIO	CUSTOS INSTITUCIONAIS	ATIVIDADES MEIO	CUSTO FIXO TOTAL
Administração	228	=D7/\$D21	=O34*E7	=G21*E7	=H21*E7	=I21*E7	=J21*E7	=K21*E7	=SOMA(F7:K7)
Agronomia	224,5	=D8/D21	=O34*E8	=G21*E8	=H21*E8	=I21*E8	=J21*E8	=K21*E8	=SOMA(F8:K8)
Arquitetura	148,5	=D9/D21	=O34*E9	=G21*E9	=H21*E9	=I21*E9	=J21*E9	=K21*E9	=SOMA(F9:K9)
Ciências Biológicas	53	=D10/D21	=O34*E10	=G21*E10	=H21*E10	=I21*E10	=J21*E10	=K21*E10	=SOMA(F10:K10)
Ciências Contábeis	134,5	=D11/D21	=O34*E11	=G21*E11	=H21*E11	=I21*E11	=J21*E11	=K21*E11	=SOMA(F11:K11)
Ciências da Computação	99,5	=D12/D21	=O34*E12	=G21*E12	=H21*E12	=I21*E12	=J21*E12	=K21*E12	=SOMA(F12:K12)
Direito	494	=D13/D21	=O34*E13	=E13*G21	=H21*E13	=I21*E13	=J21*E13	=K21*E13	=SOMA(F13:K13)
Educação Física	46	=D14/D21	=O34*E14	=G21*E14	=H21*E14	=I21*E14	=J21*E14	=K21*E14	=SOMA(F14:K14)
Enfermagem	176	=D15/D21	=O34*E15	=G21*E15	=H21*E15	=I21*E15	=J21*E15	=K21*E15	=SOMA(F15:K15)
Farmácia	153	=D16/D21	=O34*E16	=G21*E16	=H21*E16	=I21*E16	=J21*E16	=K21*E16	=SOMA(F16:K16)
Letras	56	=D17/D21	=O34*E17	=G21*E17	=H21*E17	=I21*E17	=J21*E17	=K21*E17	=SOMA(F17:K17)
Pedagogia	52,5	=D18/D21	=O34*E18	=G21*E18	=H21*E18	=I21*E18	=J21*E18	=K21*E18	=SOMA(F18:K18)
Psicologia	168	=D19/D21	=O34*E19	=P34*E19	=H21*E19	=I21*E19	=J21*E19	=K21*E19	=SOMA(F19:K19)
Matemática	0,5	=D20/D21	=O34*E20	=E20*G21	=H21*E20	=I21*E20	=J21*E20	=K21*E20	=SOMA(F20:K20)
TOTAL	=SOMA(D7:D20)	1	2290795,63	448014,14	371640,26	4847042,6	159360,21	54414,52	=SOMA(F21:K21)
			=F21*D30			0,1			
			=F21*E30						
			=F21*F30						

Fonte: A autora (2017).

Figura 6: Rateio de Custos Fixos

RATEIO CUSTOS FIXOS - 2014									
CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS	%	CUSTOS FIXOS						
			ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	ESTRUTURA COMUM	GERAIS DE APOIO	CUSTOS INSTITUCIONAIS	ATIVIDADES MEIO	CUSTO FIXO TOTAL
Administração	228	11,21%	256.839,16	50.219,87	41.658,79	543.326,32	17.863,39	6.099,56	916.007,09
Agronomia	225	11,04%	252.896,45	49.448,95	41.019,29	534.985,78	17.589,17	6.005,93	901.945,57
Arquitetura	149	7,30%	167.283,40	32.709,00	27.133,03	353.877,01	11.634,71	3.972,74	596.609,88
Ciências Biológicas	53	2,61%	59.703,84	11.673,92	9.683,84	126.299,54	4.152,45	1.417,88	212.931,47
Ciências Contábeis	135	6,61%	151.512,57	29.625,32	24.575,03	320.514,87	10.537,83	3.598,21	540.363,83
Ciências da Computação	100	4,89%	112.085,51	21.916,13	18.180,04	237.109,51	7.795,64	2.661,87	399.748,71
Direito	494	24,29%	556.484,84	108.809,73	90.260,71	1.177.207,02	38.704,00	13.215,72	1.984.682,02
Educação Física	46	2,26%	51.818,43	10.132,08	8.404,84	109.618,47	3.604,02	1.230,61	184.808,45
Enfermagem	176	8,65%	198.261,80	38.766,22	32.157,66	419.409,79	13.789,28	4.708,43	707.093,19
Farmácia	153	7,52%	172.352,59	33.700,18	27.955,24	364.600,55	11.987,27	4.093,13	614.688,97
Letras	56	2,75%	63.083,30	12.334,71	10.231,98	133.448,57	4.387,50	1.498,14	224.984,20
Pedagogia	53	2,58%	59.140,60	11.563,79	9.592,48	125.108,03	4.113,28	1.404,50	210.922,68
Psicologia	168	8,26%	189.249,90	42.414,77	30.695,95	400.345,71	13.162,50	4.494,41	680.363,24
Matemática	1	0,02%	563,24	110,13	91,36	1.191,51	39,17	13,38	2.008,79
TOTAL	2034	100,00%	2.290.795,63	448.014,14	371.640,26	4.847.042,67	159.360,21	54.414,52	8.171.267,43
			462.106,84						
			368.598,75			10%			
			260.700,99						
								1.417.469,51	
								923.220,27	
								836.182,67	

Fonte: A autora (2017).

A partir disso, realizou-se o cálculo referente ao ponto de equilíbrio anual do curso de Ciências Contábeis, no qual foi pego o resultado dos custos fixos totais R\$ 540.363,83 e dividido pela margem de contribuição em percentual 65,76%, que totalizou R\$ 821.697,65. Depois, realizou-se o cálculo do ponto de equilíbrio anual em quantidade, tendo-se o valor do custo fixo total do curso e dividido pela margem de contribuição em moeda e a quantidade de alunos. Em números, calculou-se por meio do valor R\$ 540.363,83 dividido pela divisão de R\$ 642.317,38 por 135 alunos,

totalizando, desse modo, 113 alunos por ano. Para ficar mais bem elucidado, apresenta-se a Figura 7.

Figura 7: Cálculo do Ponto de Equilíbrio

CURSOS	CUSTO FIXO TOTAL	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (%)	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/ALUNO)	QUANTIDADE DE ALUNO	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/ANO)	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/TURMA)
Administração	=PERCENTUAL PARA RATEIO!\$356147,43	=2014!M12	=D4/F4	228	=D4/(E4/H4)	=I8/9	
Arquitetura	=PERCENTUAL PARA RATEIO!\$498423,89	=2014!M21	=D5/F5	148,5	=D5/(E5/H5)	=I9/10	
Ciências Contábeis	=PERCENTUAL PARA RATEIO!\$42317,38	=2014!M30	=D6/F6	134,5	=D6/(E6/H6)	=I8/9	
Direito	=PERCENTUAL PARA RATEIO!\$2696765,98	=2014!M39	=D7/F7	494	=D7/(E7/H7)	=I7/20	

CURSOS	CUSTO FIXO TOTAL	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (%)	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/ALUNO)	QUANTIDADE DE ALUNO	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/ANO)	PONTO DE EQUILÍBRIO (QTD/TURMA)
Administração	1034184,75462174	1274679,33	=2015!N10	=D12/F12	210,5	=D12/(E12/H12)	=I12/9
Arquitetura	176370,210658918	717460,89	=2015!N19	=D13/F13	155,5	=D13/(E13/H13)	=I13/10
Ciências Contábeis	594471,996718437	819442,43	=2015!N28	=D14/F14	121	=D14/(E14/H14)	=I14/9
Direito	2419848,41639529	3172611,03	=2015!N37	=D15/F15	492,5	=D15/(E15/H15)	=I15/20

Fonte: A autora (2017).

E, por fim, calculou-se o ponto de equilíbrio por turma de cada curso. Neste sentido, levou-se em conta o ponto de equilíbrio em quantidade de alunos por ano, dividido pelo número de semestres do curso. Sendo assim, resultou no número de alunos por turma, cujo fim foi a ocorrência de equilíbrio entre as receitas e as despesas, conforme fórmula ilustrada na figura 7.

Para fins mais didáticos e resumidos, que facilitam a operacionalização do módulo, elaborou-se um “passo a passo” para se chegar ao resultado da margem de contribuição e ponto de equilíbrio de uma instituição comunitária de Ensino Superior, conforme segue:

A) Margem de Contribuição – Passo a Passo

mc.1) Verificar o total das receitas de mensalidade por curso.

mc.2) Verificar o montante referente às mensalidades de bolsas próprias e/ou destinadas ao Programa Universidade para Todos, por curso. Se não houver, verificar o valor de cada crédito por curso.

mc.2.1) Multiplicar o número de alunos com bolsas pelo valor dos créditos correspondentes de cada curso.

$$\text{mc. 2.1} = \text{mc. 2} \times \text{n}^\circ \text{ de alunos beneficiados}$$

mc.3) Verificar se há despesas referentes à ajuda nos transportes de alunos de outras cidades. Se sim, inserir na planilha.

mc.4) Calcular a receita líquida de cada curso.

$$\text{mc. 4} = \text{mc. 1} - \text{mc. 2} - \text{mc. 3}$$

mc.5) Fazer o levantamento dos custos variáveis de cada curso.

mc.6) Calcular a margem de contribuição, que se dará com a dedução dos custos variáveis do valor da receita líquida.

$$\text{mc. 6} = \text{mc. 4} - \text{mc. 5}$$

mc.7) Calcular a margem de contribuição unitária, dividindo a margem de contribuição total pelo número de alunos matriculados

$$\text{mc. 7} = \frac{\text{mc. 6}}{\text{n}^\circ \text{ de alunos matriculados}}$$

mc.8) Calcular o percentual correspondente da margem de contribuição com a receita referente às mensalidades do curso.

$$\text{mc. 8} = \frac{\text{mc. 6}}{\text{mc. 1}}$$

B) Ponto de Equilíbrio – Passo a Passo

pe.1) Elencar os custos fixos da instituição.

pe.2) Verificar o número de alunos matriculados no ano em cada curso.

pe.3) Verificar o número total de alunos matriculados na instituição no período.

pe.4) Dividir o número de alunos de cada curso pelo número de alunos total da instituição para encontrar o percentual correspondente.

$$pe.4 = \frac{pe.2}{pe.3}$$

pe.5) Multiplicar o valor do custo fixo encontrado pelo percentual encontrado para encontrar o valor que deverá ser alocado dos custos fixos ao curso.

$$pe.5 = pe.1 \times pe.4$$

pe.6) Dividir o custo fixo encontrado pela margem de contribuição em percentual para encontrar o ponto de equilíbrio em moeda.

$$pe.6 = \frac{pe.5}{mc.6}$$

pe.7) Dividir o custo fixo encontrado pela margem de contribuição em moeda dividida pelo número de alunos para encontrar o ponto de equilíbrio em quantidade.

$$pe.7 = \frac{pe.5}{pe.6/n^{\circ} \text{ de alunos do curso}}$$

pe.8) Dividir o ponto de equilíbrio em quantidade pelo número de semestres do curso para encontrar o ponto de equilíbrio por turma.

$$pe.8 = \frac{pe.7}{n^{\circ} \text{ de semestres do curso}}$$

O módulo de gestão de custo nas ICES é uma ferramenta que objetiva fornecer informações aos gestores, servindo de base e amparo para a tomada de decisões, com o intuito de a instituição permanecer competitiva e sustentável no mercado e de definir estratégias para oferecer cursos com qualidade e um retorno à sociedade.

Neste sentido, a análise de custos por meio dos índices econômico-financeiros, do ponto de equilíbrio e da margem de contribuição contribui de forma significativa na geração de informações que agregam valor nas decisões gerenciais.

O MGCICES possui relevância para a ICES, pois possibilita a análise de criação de novos cursos ou decisão de manter ou não os cursos existentes, bem como é um instrumento para avaliar a execução dos orçamentos, das receitas e das despesas, mostrando os resultados de cada curso.

Assim, por meio do *passo a passo*, o MGCICES se torna uma ferramenta de fácil aplicabilidade e entendimento, pois elenca em ordem de utilização todos os dados da instituição e a fórmula que deve ser aplicada, gerando, dessa forma, a informação a ser utilizada na gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão estratégica de custos é um instrumento de grande relevância em todos os âmbitos, seja no público ou no privado, nos segmentos comerciais e industriais ou de prestação de serviços, visto que está alocada fortemente em todos os processos. A realização desta pesquisa possibilitou o conhecimento geral da instituição, permitindo uma análise de custos detalhada durante o período de 2014 e 2015, especialmente no que se refere aos cursos integrantes do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

Considerando que a gestão estratégica de custos é um dos elementos básicos para o planejamento e a tomada de decisões, identificaram-se todos os custos alocados aos cursos do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade, contemplados pelos cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis e Direito. Para que pudesse ser realizada uma análise de custos, foram coletadas informações referentes a receitas de cada um dos cursos. Por meio da análise de custos e das receitas, foi possível calcular a margem de contribuição unitária de cada um dos cursos e o ponto de equilíbrio contábil.

Quanto à realização dos objetivos da pesquisa, foram plenamente atingidos, pois observou-se que os custos da instituição estão compostos por variáveis e fixos. Quanto à forma de alocar os custos fixos aos cursos, optou-se pelo rateio, por meio do número de alunos matriculados em cada curso, pois, em tese, quanto mais números de alunos em determinado curso, tanto maior a utilização dos setores administrativos e bens da universidade pelo referido curso

A partir das análises realizadas, a pesquisa apresentou que os cursos possuem margens de contribuição e ponto de equilíbrios bem diferentes, mas que, ao final, quanto ao ponto de equilíbrio por turma, acabam ficando entre 13 e 19 alunos por turma.

Cabe ressaltar que a pesquisa não cessa por aqui. Aliás, como sugestão de continuidade, é de suma importância a realização desta pesquisa com todos os cursos, anualmente, a fim de alinhar a gestão da universidade para que haja um acompanhamento constante dos controles de custo, busca de melhorias e de aperfeiçoamentos, conforme se achar necessário.

Por meio da aplicação deste módulo de gestão de custos em uma instituição comunitária, há a possibilidade de análise da viabilidade quanto à oferta de turmas e

também de buscar a implantação de novos cursos, de aperfeiçoar as estratégias de divulgação e atração para que se tornem ainda mais assertivas, entre outras. Além disso, esse módulo servirá sempre como suporte na tomada de decisão da administração para que se tenham resultados em melhora crescente.

É importante mencionar que o Módulo de Gestão de Custos aqui proposto serve de base para a análise quantitativa referente aos cursos de graduação da Universidade. Porém, é de conhecimento que uma gestão não deve ser realizada somente baseada em números, deve ser analisado todo ambiente externo e interno de uma instituição, porque influencia muito. Então pode ser decidido pela continuação de determinado curso, devido à circunstâncias que de alguma forma trazem benefícios a região e instituição, não digo pelo lado financeiro, mas por diversas análises qualitativas.

Por fim, conclui-se que a pesquisa pode contribuir para uma nova visão sobre a gestão da instituição, com base voltada aos aspectos econômicos e financeiros. Esse modelo de pesquisa pode e deve ter continuidade para que seja possível a otimização dos recursos da URI, campus de Santiago, proporcionando, dessa forma, maior competitividade, aumento da qualidade e abrangência dos serviços prestados, bem como mais vínculo com a sociedade por meio da ampliação referente a projetos e/ou serviços oferecidos a toda comunidade santiaguense e regional, fazendo, por essas e outras razões paralelas, jus ao papel de instituição comunitária onde se encontra implantada e atuante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F.A. **Associações, sociedades e fundações no código civil de 2002: perfil e adaptação**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BOMFIM, E. A.; PASSARELLI, J. **Custos e formação de preços**. São Paulo: IOB, 2008.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 maio 2006**. Disponível em: <<http://www4.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>> Acesso em: 27 set. 2016.

_____. LDB - Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Lei n. 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o código civil. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 set. 2003**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.825.htm>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa universidade para todos – PROUNI –, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias de educação superior – ICES –, disciplina o termo de parceria e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 nov. 2013.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. Avaliação financeira das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. **Revista de administração.** Lavras: Ufla, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000169&pid=S1678-6971201400050000800007&lng=en>. Acesso em: 18 set. 2016.

BRUNI, A. L.; FAMA, R. **Gestão de custos e formação de preços:** com aplicação na calculadora HP12C e Excel. São Paulo: Atlas, 2004.

CARDOSO, R. L.; MÁRIO, P. C.; AQUINO, A. C. B. **Contabilidade gerencial:** mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007.

CEMPRE. **Cadastro central de empresas.** Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2005/default.shtm>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIOTTI, L. M. M. **Gestão estratégica de custos e resultados na Comercial Tijolinhos.** Ijuí, 2011. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/473/TCC%20Luciana%20Ciotti%20versao%20final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

COMUNG - **Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas** – Disponível em: <<http://www.comung.org.br/sobre/exibir/comung>>. Acesso em: 27 set. 2016.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2014.

DIDONÉ M. L. **Impactos da responsabilidade social de uma universidade comunitária no desenvolvimento local e regional: a percepção dos stakeholders**. Ijuí, 2014. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2817>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FRANTZ, W.; SILVA, E.W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT e Vancouver**. 18. ed, ampl. e atual. Porto Alegre: [s.n.], 2016.

GARRISON, R; NOREEN, E; e BREWER, P. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: AMGH Editora, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Estudo de casos**. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, E. **Administração financeira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. **Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Matrículas no ensino superior crescem 3,8%. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 16 set. 2015.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2009.

KAPLAN, R.S.; COOPER, R. **Custos e desempenho**: administre seus custos para ser mais competitivo. São Paulo: Futura, 1998.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: *balanced scorecard***. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LAUSCHNER, M. A.; BEUREN, I. M. **Gestão estratégica de custos**. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/257/250>> Acesso em: 28 ago. 2016.

LEONE, G. S. G. **Custos**: planejamento, implantação e controle. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Curso de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, M. A. S.; SILVA, F. F.; SANTOS, R. M. Análise do mercado de seguros no Brasil: uma visão do desempenho organizacional das seguradoras no ano de 2003. **Revista de contabilidade e finanças da USP**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/issue/archive>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MACHADO, A. M. N. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, J. P. (Or.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MAHER, M. **Contabilidade de custos**: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**: inclui o ABC. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

MATZ, A.; CURRY, O. J.; FRANK, G. W. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1974.

MEC. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 set. 2016.

MOUSQUER, R. **Sistema de gestão do risco operacional utilizando a ferramenta balanced scorecard em uma ICES**. Santo Ângelo: URI, 2015.

NAKAGAWA, M. **Gestão estratégica de custos, conceitos, sistemas e implementação**. São Paulo: Atlas, 1991.

NEGRA, C.A.S.; TEIXEIRA, F.S.; CARMO, R. F. O Balanço Social na gestão das Instituições de Ensino Superior. **Revista contabilidade e informação**. Belo Horizonte, v. 12, n°3, dez., 2001.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M.; COSTA, R. G. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 2012.

PETRELLI, C. M. O Balanço Social como uma ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n° 146, mar./abr., p.49-60, 2004.

PIMENTEL, F.; PEREIRA, F.S. A Responsabilidade das instituições de ensino superior públicas com relação à exclusão social: uma reflexão sobre a reserva de cotas para a matrícula de indivíduos afrodescendentes. **Revista de ciências da administração**, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/issue/view/261>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PORTAL BRASIL. **Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em: 27 set. 2016.

PORTER, M. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PAIUNG - Programa de Avaliação Institucional das Universidades do Comung. Disponível em: <<http://www.paiung.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2016.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil.** São Paulo: Saraiva 2002.

ROCHA, J. S. ; SELIG, P. M. . Utilizando o *Balanced Scorecard* para Gerenciar Pequenas e Médias Empresas. In: **XXI ENEGEP** – Encontro Nacional de Engenharia de Produção; VII *International Conference on Industrial Engineering and Operations Management*, 2001, Salvador. Anais do XXI ENEGEP. Salvador : ABEPRO, 2001. v. 1. p. 142-142.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; PINHEIRO, P. R. **Fundamentos de gestão estratégica de custos.** São Paulo: Atlas, 2006.

SCHMIDT, J. P. **Instituições comunitárias:** instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

SCHOMMER, P. C. **Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado.** In: FISCHER, T. (Org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.* Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

SHANK, J. K.; GOVINDARAJAN, V. **A revolução dos custos como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentes competitivos.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA JUNIOR, J. B. **Custos:** ferramentas de gestão/Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 2000.

SOUZA, A. B. **Curso de administração financeira e orçamento**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014.

SPERONI, Susana Margarita. Planejamento, gestão democrática e integração regional: sobre a estratégia acadêmica e compromisso político do modelo comunitário de instituições universitárias no RS.

Santa Cruz do sul, 2010. Dissertação de mestrado. <http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/356/1/SSperoni.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

URI. **PLANO DE GESTÃO 2014-2018**: aprovado pela Resolução nº 2011/CUN/2014. Erechim: FURI, 2014. Disponível em: <file:///Users/francineminuzzigorski/Downloads/Plano_de_Gestao_2014-2018.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2016.

URI. **PORTAL REITORIA**. Disponível em: <http://www.reitoria.br/>. Acesso em 14 out. 2016.

URI SANTIAGO. **PORTAL URI SANTIAGO**. Disponível em: <http://www1.urisantiago.br/>. Acesso em 27 set. 2016.

VANDERBECK, E. J.; NAGY, C. F. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

VEIGA, L.*et al.* O que é uma universidade comunitária? Um estudo sobre o grau de conhecimento dos estudantes de uma instituição de ensino superior. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA**, 12., 2012, Veracruz. Anais Veracruz: INPEAU, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97853>>. Acesso em: 25 out. 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Receitas e Despesas por Curso de Graduação - 2014

2014

CURSO	Administração	Arquitetura	C.Contábeis	Direito
RECEITAS	1.866.280,88	1.316.112,96	1.006.571,33	4.348.603,92
Receitas com Mensalidades	2.274.219,36	1.814.027,26	1.283.017,68	5.902.690,74
Taxa Expediente/Inscr.Eventos	648,44	6.866,71	162,10	4.225,75
Gratuidade/Bolsas Próprias	- 388.966,41	- 497.728,29	- 293.518,26	- 981.397,99
Outras Deduções(Transp/Incor)	- 41.272,51	- 36.018,29	- 12.767,35	- 655.598,58
Mensalidades Recuperadas	9.870,08	7.904,08	5.330,83	10.551,56
Acréscimos s/Mensalidades	9.416,83	5.960,66	6.757,58	29.670,53
Varição Monetária Ativa	2.365,09	15.100,83	17.588,75	38.461,91
DESPESAS	450.495,50	743.800,80	311.925,41	1.298.340,49
Remunação Docentes	366.829,91	612.610,65	238.369,62	1.041.289,82
Encargos Sociais-Docentes	36.929,98	51.020,69	27.081,25	88.055,06
Benefícios Docentes	2.876,40	5.599,32	1.040,64	8.599,92
Aperf.Capacitação	6.884,54	18.562,97	18.770,73	24.797,62
Bolsa Estágio	1.880,37	1.552,63	1.880,37	7.910,31
Desp.Taxas/Contribuições		1.100,00		
Despesas c/Materiais/Manuten	3.304,23	4.602,06	999,58	14.931,49
Despesas de Viagens	8.171,26	25.900,37	17.250,80	18.521,74
Despesas com Eventos/Discen	970,27	4.814,40	710,64	4.669,06
Despesas com Perdas	11.126,75	8.613,73	1.497,32	59.601,20
Descontos s/Mensalidades	11.521,79	9.423,98	4.324,46	29.964,27
Sub-total	450.495,50	743.800,80	311.925,41	1.298.340,49
Dissidio	35.383,65	47.385,60	24.551,45	80.552,65
Total Despesas	485.879,15	791.186,40	336.476,86	1.378.893,14
RESULTADO	1.415.785,38	572.312,16	694.645,92	3.050.263,43
(-) Dissidio	- 35.383,65	- 47.385,60	- 24.551,45	- 80.552,65
(+) Dissidio	13.196,40	10.594,08	13.401,79	13.535,10
Custo Assist.Educ.Dissidio	- 22.187,25	- 36.791,52	- 11.149,66	- 67.017,55
RESULTADO 2	1.437.972,63	609.103,68	705.795,58	3.117.280,98

Alunos I/2014	255	152	146	509
Alunos II/2014	201	145	123	479
Total 2014	456	297	269	988
Média	228	148,5	134,5	494

Custo p/Aluno

	6.306,90	4.101,71	5.247,55	6.310,29
	1.437.972,63	609.103,68	705.795,58	3.117.280,98
Laboratórios	24.141,11	29.461,91	9.087,49	257.052,62

Resultado Final	1.407.524,62	575.540,06	691.460,54	2.853.918,07
------------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------

APÊNDICE B – Receitas e Despesas por Curso de Graduação - 2015

2015					
Receitas	Administração	Arquitetura	C.Contábeis	Direito	Sub-total
Receitas com Mensalidades	2.250.326,59	2.123.730,56	1.354.382,91	6.413.436,58	12.141.876,64
Taxa Expediente/Inscr.Eventos	995,52	702,88	585,26	3.067,29	5.350,95
Gratuidade/Bolsas Próprias	- 401.298,38	- 482.465,76	- 306.751,84	- 1.049.172,15	- 2.239.688,13
Outras Deduções(Transp/Incond)	- 17.822,98	- 20.311,99	- 18.673,00	- 640.266,53	- 697.074,50
Mensalidades Recuperadas	5.249,76	936,45	1.994,05	7.937,38	16.117,64
Acréscimos s/Mensalidades	8.422,02	10.649,64	4.323,01	37.828,58	61.223,25
Variação Monetária Ativa	4.161,65	11.463,99	2.754,08	6.461,36	24.841,08
Total	1.850.034,18	1.644.705,77	1.038.614,47	4.779.292,51	9.312.646,93
Despesas					
Remuneração Docentes	402.845,08	684.639,33	311.186,43	998.238,04	2.396.908,88
Encargos Sociais-Docentes	35.769,69	60.017,28	27.216,06	98.002,93	221.005,96
Benefícios Docentes	50.204,75	26.663,85	22.786,48	44.427,27	144.082,35
Honorários Pessoa Física		2.414,16			2.414,16
Bolsa Estágio	2.296,23	4.645,00	2.296,24	10.156,14	19.393,61
Desp.Taxas/Contribuições/Software	1,30	1.170,00	783,15	88,63	2.043,08
Despesas c/Materiais/Manutenção	5.597,12	8.155,90	3.094,22	24.516,44	41.363,68
Despesas de Viagens	6.484,56	37.604,54	6.010,22	15.950,29	66.049,61
Despesas com Eventos/Discentes			699,80	300,00	999,80
Despesas com Perdas	3.092,71	6.986,60		12.593,71	22.673,02
Despesas com Depreciação	647,30	1.024,26	284,37	1.784,33	3.740,26
Descontos s/Mensalidades	11.337,86	12.055,64	5.931,65	34.017,08	63.342,23
Sub-total	518.276,60	845.376,56	380.288,62	1.240.074,86	2.984.016,64
Dissídio	19.349,16	5.720,88	19.860,04	13.602,99	58.533,07
Laboratórios	18.900,14	52.394,38	9.366,98	297.709,02	378.370,52
Total Despesas	556.525,90	903.491,82	409.515,64	1.551.386,87	3.420.920,23
RESULTADO FINAL	1.293.508,28	741.213,95	629.098,83	3.227.905,64	5.891.726,70

APÊNDICE C – Cálculo da Margem de Contribuição - 2014

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - ADMINISTRAÇÃO - 2014			
(=) Receita de Vendas	1.843.980,44	8.087,63	81%
Receitas com Mensalidade	2.274.219,36	9.974,65	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 388.966,41	- 1.705,99	-17%
(-) Ajuda Transportes	- 41.272,51	- 181,02	-2%
(-) Custos Variáveis	487.833,01	2.139,62	21%
(=) Margem de Contribuição	1.356.147,43	5.948,02	60%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - ARQUITETURA - 2014			
(=) Receita de Vendas	1.280.280,68	8.621,42	71%
Receitas com Mensalidade	1.814.027,26	12.215,67	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 497.728,29	- 3.351,71	-27%
(-) Ajuda Transportes	- 36.018,29	- 242,55	-2%
(-) Custos Variáveis	783.856,79	5.278,50	43%
(=) Margem de Contribuição	496.423,89	3.342,92	27%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 2014			
(=) Receita de Vendas	976.732,07	7.261,95	76%
Receitas com Mensalidade	1.283.017,68	9.539,16	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 293.518,26	- 2.182,29	-23%
(-) Ajuda Transportes	- 12.767,35	- 94,92	-1%
(-) Custos Variáveis	334.414,69	2.486,35	26%
(=) Margem de Contribuição	642.317,38	4.775,59	50%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - DIREITO - 2014			
(=) Receita de Vendas	4.265.694,17	8.635,01	72%
Receitas com Mensalidade	5.902.690,74	11.948,77	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 981.397,99	- 1.986,64	-17%
(-) Ajuda Transportes	- 655.598,58	- 1.327,12	-11%
(-) Custos Variáveis	1.568.928,21	3.175,97	27%
(=) Margem de Contribuição	2.696.765,96	5.459,04	46%

APÊNDICE D – Cálculo da Margem de Contribuição - 2015

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - ADMINISTRAÇÃO - 2015			
(=) Receita de Vendas	1.831.205,23	4.349,66	81%
Receitas com Mensalidade	2.250.326,59	5.345,19	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 401.298,38	- 953,20	-18%
(-) Ajuda Transportes	- 17.822,98	- 42,33	-1%
(-) Custos Variáveis	556.525,90	1.321,91	25%
(=) Margem de Contribuição	1.274.679,33	3.027,74	57%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - ARQUITETURA - 2015			
(=) Receita de Vendas	1.620.952,81	5.212,07	76%
Receitas com Mensalidade	2.123.730,56	6.828,72	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 482.465,76	- 1.551,34	-23%
(-) Ajuda Transportes	- 20.311,99	- 65,31	-1%
(-) Custos Variáveis	903.491,82	2.905,12	43%
(=) Margem de Contribuição	717.460,99	2.306,95	34%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS - 2015			
(=) Receita de Vendas	1.028.958,07	4.251,89	76%
Receitas com Mensalidade	1.354.382,91	5.596,62	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 306.751,84	- 1.267,57	-23%
(-) Ajuda Transportes	- 18.673,00	- 77,16	-1%
(-) Custos Variáveis	409.515,64	1.692,21	30%
(=) Margem de Contribuição	619.442,43	2.559,68	46%

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO - DIREITO - 2015			
(=) Receita de Vendas	4.723.997,90	4.825,33	74%
Receitas com Mensalidade	6.413.436,58	6.551,01	100%
(-) Gratuidade/Bolsas Próprias	- 1.049.172,15	- 1.071,68	-22%
(-) Ajuda Transportes	- 640.266,53	- 654,00	-14%
(-) Custos Variáveis	1.551.386,87	1.584,66	24%
(=) Margem de Contribuição	3.172.611,03	3.240,66	49%

APÊNDICE E – Rateio dos Custos Fixos - 2014

RATEIO CUSTOS FIXOS - 2014

CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS	%	CUSTOS FIXOS								CUSTO FIXO TOTAL
			ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	ESTRUTURA COMUM	GERAIS DE APOIO	CUSTOS INSTITUCIONAIS	ATIVIDADES MEIO			
Administração	228	11,21%	256.839,16	50.219,87	41.658,79	543.326,32	17.863,39	6.099,56	916.007,09		
Agronomia	225	11,04%	252.896,45	49.448,95	41.019,29	534.985,78	17.589,17	6.005,93	901.945,57		
Arquitetura	149	7,30%	167.283,40	32.709,00	27.133,03	353.877,01	11.634,71	3.972,74	596.609,88		
Ciências Biológicas	53	2,61%	59.703,84	11.673,92	9.683,84	126.299,54	4.152,45	1.417,88	212.931,47		
Ciências Contábeis	135	6,61%	151.512,57	29.625,32	24.575,03	320.514,87	10.537,83	3.598,21	540.363,83		
Ciências da Computação	100	4,89%	112.085,51	21.916,13	18.180,04	237.109,51	7.795,64	2.661,87	399.748,71		
Direito	494	24,29%	556.484,84	108.809,73	90.260,71	1.177.207,02	38.704,00	13.215,72	1.984.682,02		
Educação Física	46	2,26%	51.818,43	10.132,08	8.404,84	109.618,47	3.604,02	1.230,61	184.808,45		
Enfermagem	176	8,65%	198.261,80	38.766,22	32.157,66	419.409,79	13.789,28	4.708,43	707.093,19		
Farmácia	153	7,52%	172.352,59	33.700,18	27.955,24	364.600,55	11.987,27	4.093,13	614.688,97		
Letras	56	2,75%	63.083,30	12.334,71	10.231,98	133.448,57	4.387,50	1.498,14	224.984,20		
Pedagogia	53	2,58%	59.140,60	11.563,79	9.592,48	125.108,03	4.113,28	1.404,50	210.922,68		
Psicologia	168	8,26%	189.249,90	42.414,77	30.695,95	400.345,71	13.162,50	4.494,41	680.363,24		
Matemática	1	0,02%	563,24	110,13	91,36	1.191,51	39,17	13,38	2.008,79		
TOTAL	2034	100,00%	2.290.795,63	448.014,14	371.640,26	4.847.042,67	159.360,21	54.414,52	8.171.267,43		

APÊNDICE F – Rateio dos Custos Fixos - 2015

RATEIO CUSTOS FIXOS - 2015												
CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS	%	CUSTOS FIXOS							CUSTO FIXO TOTAL		
			ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	ESTRUTURA COMUM	GERAIS DE APOIO	CUSTOS INSTITUCIONAIS	ATIVIDADES MEIO				
Administração	211	10,55%	253.521,06	66.088,03	46.685,99	642.036,93	22.764,10	3.088,64	1.034.184,75			
Agronomia	218	10,90%	261.951,69	68.285,73	48.238,50	663.387,33	23.521,11	3.191,35	1.068.575,70			
Arquitetura	156	7,79%	187.280,40	48.820,37	34.487,75	474.283,81	16.816,24	2.281,63	763.970,21			
Ciências Biológicas	61	3,03%	72.864,72	18.994,42	13.418,06	184.528,43	6.542,65	887,71	297.236,00			
Ciências Contábeis	121	6,06%	145.729,45	37.988,84	26.836,13	369.056,86	13.085,30	1.775,42	594.472,00			
Ciências da Computação	82	4,08%	98.156,61	25.587,53	18.075,57	248.579,62	8.813,66	1.195,84	400.408,82			
Direito	493	24,67%	593.154,97	154.624,02	109.229,70	1.502.152,91	53.260,44	7.226,38	2.419.648,42			
Educação Física	74	3,68%	88.521,61	23.075,87	16.301,29	224.179,17	7.948,51	1.078,45	361.104,89			
Enfermagem	168	8,39%	201.732,91	52.587,86	37.149,19	510.884,49	18.113,96	2.457,70	822.926,11			
Farmácia	146	7,31%	175.838,83	45.837,78	32.380,78	445.308,27	15.788,88	2.142,24	717.296,79			
Letras	50	2,51%	60.218,78	15.697,87	11.089,31	152.502,83	5.407,15	733,64	245.649,59			
Pedagogia	46	2,28%	54.799,09	14.285,06	10.091,27	138.777,58	4.920,51	667,61	223.541,12			
Psicologia	174	8,72%	209.561,35	54.628,59	38.590,80	530.709,86	18.816,88	2.553,08	854.860,56			
Matemática	1	0,03%	602,19	156,98	110,89	1.525,03	54,07	7,34	2.456,50			
TOTAL	1996	100,00%	2.403.933,66	626.658,96	442.685,24	6.087.913,11	215.853,46	29.287,02	9.806.331,45			

ANEXOS

ANEXO A – Balancete Contábil 2014

6-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO
ntábil
lancete Contábil

Hora: 13:36:00
Pág.: 0001

Data: 31/12/2014

1-9	1	A T I V O	6.163.413,18 DB	21.241.750,79	24.641.955,12	2.763.208,85 DI
5-1	11	ATIVO CIRCULANTE	8.778.897,16 DB	20.701.642,32	22.866.934,59	6.613.604,89 DI
6-0	1101	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	567.724,11 DB	10.921.907,18	11.120.329,75	369.301,54 DI
7-8	1101001	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	35.148,72 DB	1.934.977,07	1.967.229,07	2.896,72 DI
8-6	1101001001	CAIXA	35.148,72 DB	1.934.977,07	1.967.229,07	2.896,72 DI
9-4	11010010010001	CAIXA	35.148,72 DB	1.560.535,71	1.592.787,71	2.896,72 DI
40-5	11010010010006	CAIXA 2 TESOUREARIA	-	101.588,71	101.588,71	
41-3	11010010010007	CAIXA 3 TESOUREARIA	-	138.015,84	138.015,84	
49-1	11010010010009	CAIXA 4 TESOUREARIA	-	134.836,81	134.836,81	
13-2	1101002	BANCOS	532.575,39 DB	8.986.930,11	9.153.100,68	366.404,82 DI
91-9	1101002013	BANCOS CONTA MOVIMENTO - SANTIAGO	35.322,73 DB	6.655.972,86	6.676.429,39	14.866,20 DI
02-4	11010020130010	BANCO BRADESCO SA	1,00 DB	62,40	62,40	1,00 DI
01-6	11010020130009	BANCO COOPERATIVO SICREDI 05188-9	5.787,38 DB	95.692,99	99.421,38	2.058,99 DI
00-8	11010020130008	BANCO COOPERATIVO SICREDI 3242-8	10,00 DB	80.463,44	80.463,44	10,00 DI
96-6	11010020130004	BANCO COOPERATIVO SICREDI SA	16.569,76 CR	1.350.397,58	1.333.826,82	1,00 DI
93-1	11010020130001	BANCO DO BRASIL	7.319,88 DB	24.580,35	31.657,65	242,58 DI
04-0	11010020130012	BANCO DO BRASIL 28.967-1	-	130.236,10	130.236,10	
94-0	11010020130002	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	319,36 DB	1.425.840,32	1.426.158,68	1,00 DI
05-9	11010020130013	BANCO ITAU 02103-0	-	547,95	547,95	
03-2	11010020130011	BANCO ITAU SA	2.481,53 DB	549,32	2.328,31	702,54 DI
98-2	11010020130006	BANCO SANTANDER	132,97 DB	1.482.554,61	1.482.677,58	10,00 DI
97-5	11010020130018	BANCO SANTANDER - 1085	899,86 DB	8.812,00	8.782,13	929,73 DI
07-5	11010020130015	BANCO SANTANDER 290000212	4.592,47 DB	184.229,91	182.140,00	6.682,38 DI
99-0	11010020130007	BANRISUL CONTA 019580.1-0	118,93 DB	22.280,35	22.280,35	118,93 DI
49-9	11010020130016	BANRISUL CONTA 26.019580.1-5	-	825.994,26	825.994,26	
98-7	11010020130017	BANRISUL S.A. 06.019580.4-5	-	27.858,45	27.719,30	139,15 DI
06-7	11010020130014	BANRISUL SA 06.019580.3-7	-	13.505,45	13.505,45	
95-8	11010020130003	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.260,70 DB	982.367,38	1.006.778,78	1.849,30 DI
97-4	11010020130005	H. S. B. C.	3.968,41 DB	-	1.848,81	2.119,60 DI
92-7	1101002014	BANCO CONTA CONVENIOS - SANTIAGO	43.527,59 DB	444.414,30	487.876,00	65,89 DI
09-1	11010020140002	BANRISUL CONVENIO 01/2009 SMC-BOLA PRO F	6.417,93 DB	65.960,00	72.377,93	
08-3	11010020140001	BANRISUL CONVENIO 01/2009 SMS - PIM	33.094,80 DB	36.888,20	69.983,00	
46-7	11010020140012	BANRISUL S.A. CONTA 06.073493.0.6 - ADGI	1,00 DB	318.516,10	318.451,21	65,89 DI
10-5	11010020140003	BANRISUL SA 06.0678117-0-4 FORMA E SAUDE	281,09 DB	22.950,00	23.231,09	
11-3	11010020140004	BANRISUL SA 06.067816.0-7 CEPP	3.732,77 DB	100,00	3.832,77	
93-5	1101002015	APLICAÇÕES FINANCEIRAS CP - SANTIAGO	381.170,46 DB	1.609.561,16	1.939.680,76	51.050,86 DI
31-0	11010020150006	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA APLICAÇÃO	319,13 DB	1,82	67,05	253,90 DI
15-6	11010020150003	BANCO COOPERATIVO SICREDI - CONTA APLICA	67.231,08 DB	399.413,09	456.179,90	10.464,27 DI
13-0	11010020150001	BANCO DO BRASIL SA - CONTA APLICAÇÕES	70.480,61 DB	39.719,67	91.185,20	19.015,08 DI
16-4	11010020150004	BANCO SANTANDER - CONTA APLICAÇÕES	159.005,96 DB	567.892,96	723.877,73	3.021,19 DI
14-8	11010020150002	BANRISUL SA - CONTA APLICAÇÕES	81.788,52 DB	494.533,62	558.025,72	18.296,42 DI
13-0	11010020150005	CAIXA FEDERAL - CONTA APLICAÇÕES	2.345,16 DB	108.000,00	110.345,16	
94-3	1101002016	APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONVENIOS - SANT	72.554,61 DB	276.981,79	49.114,53	300.421,87 DI
18-0	11010020160002	BANRISUL - APLICAÇÕES CONVENIOS	710,61 DB	-	-	710,61 DI
47-5	11010020160007	BANRISUL S.A. CONTA 06.073493.0.6 - ADGI	22.219,21 DB	276.981,79	41.715,53	257.485,47 DI
27-0	11010020160006	BANRISUL S.A. SCIT 06.072069.0-8	854,54 DB	-	-	854,54 DI
21-5	11010020160003	BANRISUL SCT CONTA Nº 06.068443.0-7	30.822,07 DB	-	7.399,00	23.423,07 DI
22-3	11010020160004	BANRISUL SCT CONTA Nº 06.068569.0-9	17.948,18 DB	-	-	17.948,18 DI
73-6	1102	CLIENTES E OUTROS RECEBIVEIS	7.034.828,84 DB	8.264.848,38	9.774.101,34	5.525.575,88 DI

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0002

74-4	1102001	CREDITOS A RECEBER - ALUNOS	9.651.801,31 DB	4.448.882,66	5.316.960,53	8.783.723,44 I
75-2	1102001001	MENSALIDADES DE ALUNOS - PÓS E GRADUAÇÃO	900.436,01 DB	40.264,00	414.924,99	525.775,02 I
85-0	11020010010010	CRÉDITOS A RECEBER - CURSOS DE EXTENSÃO	17.955,00 DB	-	7.660,00	10.295,00
79-5	11020010010004	CRÉDITOS A RECEBER - GRADUAÇÃO	637.967,82 DB	3.752,88	377.309,93	264.410,77 I
80-9	11020010010005	CRÉDITOS A RECEBER - PG - ESPECIALIZAÇÃO	244.513,19 DB	36.511,12	29.955,06	251.069,25 I
96-5	1102001002	OUTROS CREDITOS COM ALUNOS - PÓS E GRADUAÇÃO	3.921.188,70 DB	222.276,09	230.005,18	3.913.459,61 I
100-7	11020010020004	CHEQUES EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	308.928,37 DB	-	4.643,76	304.284,61 I
101-5	11020010020005	CHEQUES EM COBRANÇA JUDICIAL	46.563,29 DB	4.323,76	309,79	50.577,26
98-1	11020010020002	CHEQUES EM CUSTÓDIA BANCÁRIA	0,66 DB	-	0,66	-
97-3	11020010020001	CHEQUES PARA DEPÓSITOS FUTUROS	62.920,45 DB	151.390,05	119.735,01	94.575,49
953-9	11020010020011	CHEQUES RENEGOCIADOS	77.364,51 DB	-	3.332,15	74.032,36
1077-4	11020010020014	CRÉDITOS A RECEBER GRADUAÇÃO-SEMESTRES ANTERIORES	1.508.356,85 DB	11.503,85	23.467,54	1.496.393,16 I
1078-2	11020010020015	RENEGOCIAÇÕES A RECEBER GRADUAÇÃO	1.833.129,07 DB	49.816,00	76.630,50	1.806.314,57 I
1079-0	11020010020016	RENEGOCIAÇÕES A RECEBER PÓS-GRADUAÇÃO	83.925,50 DB	5.242,43	1.885,77	87.282,16
123-6	1102001003	CRÉDITO EDUCATIVO - PÓS E GRADUAÇÃO	4.316.499,57 DB	4.185.863,72	4.562.580,37	3.939.782,92 I
954-7	11020010030005	ALUNOS - PLANO 100	-	30.030,53	30.030,53	-
127-9	11020010030004	ALUNOS CREDI-URI	1.102.614,10 DB	1.241.237,53	175.180,36	2.168.671,27 I
126-0	11020010030003	CRÉDITO EDUCATIVO - FIES	3.213.885,47 DB	2.914.595,66	4.357.369,48	1.771.111,65 I
1172-0	1102001004	MENSALIDADES DE ALUNOS - ESCOLA	229.072,89 DB	478,85	107.192,25	122.359,49 I
1123-1	11020010040001	CRÉDITOS A RECEBER - CURSOS TÉCNICOS	24.548,50 DB	-	10.148,21	14.400,29
77-9	11020010040002	CRÉDITOS A RECEBER - FUNDAMENTAL	131.716,36 DB	478,85	64.361,22	67.833,99
76-0	11020010040003	CRÉDITOS A RECEBER - INFANTIL	16.065,89 DB	-	9.725,30	6.340,59
78-7	11020010040004	CRÉDITOS A RECEBER - ENSINO MÉDIO	56.742,14 DB	-	22.957,52	33.784,62
1173-8	1102001005	OUTROS CRÉDITOS COM ALUNOS - ESCOLA	284.604,14 DB	-	2.257,74	282.346,40 I
1075-8	11020010050001	CRÉDITOS A RECEBER ESCOLA - ANOS ANTERIORES	284.604,14 DB	-	2.257,74	282.346,40 I
105-8	1102002	ADIANTAMENTOS	472.781,24 DB	232.454,05	573.942,24	131.293,05 I
106-6	1102002001	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	465.721,24 DB	230.246,52	568.102,24	127.865,52 I
122-8	11020020010016	ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO	461.573,72 DB	-	461.573,72	-
118-0	11020020010012	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	850,00 DB	162.819,00	101.681,00	61.988,00
108-2	11020020010002	ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	3.297,52 DB	67.427,52	4.847,52	65.877,52
128-7	1102002002	ADIANTAMENTOS DE VIAGENS	2.250,00 DB	1.900,00	4.150,00	-
129-5	11020020020001	ADIANTAMENTOS DE VIAGENS	2.250,00 DB	1.900,00	4.150,00	-
130-9	1102002003	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	4.810,00 DB	307,53	1.690,00	3.427,53 I
1267-0	11020020030002	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES CONVENIOS - PROJETOS	3.120,00 DB	-	-	3.120,00
131-7	11020020030001	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	1.690,00 DB	307,53	1.690,00	307,53
132-5	1102003	CREDITOS A RECEBER - TERCEIROS	72.244,65 DB	82.421,86	7.448,00	147.218,51 I
133-3	1102003001	DEBITOS ENTRE UNIDADES DA URI	-	61.771,70	-	61.771,70 I
140-6	11020030010007	FURI - REITORIA	-	61.771,70	-	61.771,70
1282-3	1102003002	OUTROS CREDITOS A RECEBER DE TERCEIROS	72.244,65 DB	20.650,16	7.448,00	85.446,81 I
959-8	11020030020001	AUGUEIS A RECEBER	3.580,00 DB	2.100,00	3.580,00	2.100,00
1073-1	11020030020012	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	68.664,65 DB	18.550,16	3.868,00	83.346,81
146-5	1102005	SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS A REC	397.406,10 DB	-	397.406,10	-
147-3	1102005001	VALORES A REC SUBV, CONTR E CONVÊNIOS	397.406,10 DB	-	397.406,10	-
148-1	11020050010001	SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS A REC	397.406,10 DB	-	397.406,10	-

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0003

149-0	1102006	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS	77.509,62 CR	19.194,97	19.941,05	78.255,70 CI
150-3	1102006001	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS	77.509,62 CR	19.194,97	19.941,05	78.255,70 CI
158-9	11020060010002	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - B. BRASIL	23.377,39 CR	100,00	317,00	23.594,39 CI
151-1	11020060010001	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - BANRISUL	5.778,81 CR	-	126,00	5.904,81 CI
160-0	11020060010004	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - CEF	999,34 CR	-	-	999,34 C
1104-5	11020060010006	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - ITAU	260,48 CR	-	-	260,48 C
1105-3	11020060010007	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - SANTANDER	12.638,19 CR	246,03	-	12.392,16 CI
159-7	11020060010003	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - SICREDI	34.455,41 CR	18.848,94	19.498,05	35.104,52 CI
152-0	1102007	(-) CONTAS REDUTORAS	3.481.894,84 CR	3.481.894,84	3.458.403,42	3.458.403,42 CF
153-8	1102007001	(-) CONTAS REDUTORAS	3.481.894,84 CR	3.481.894,84	3.458.403,42	3.458.403,42 CF
155-4	11020070010002	(-) PROVISÃO DE DEVEDORES DUVIDOSOS	3.481.208,69 CR	3.481.208,69	3.458.403,42	3.458.403,42 CF
157-0	11020070010004	(-) TITULOS DESCONTADOS	686,15 CR	686,15	-	-
161-9	1103	E S T O Q U E S	139.025,72 DB	58.916,54	84.469,90	113.472,36 DI
162-7	1103001	ESTOQUES	139.025,72 DB	58.916,54	84.469,90	113.472,36 DI
163-5	1103001001	ESTOQUES MATERIAL DE CONSUMO	139.025,72 DB	58.916,54	84.469,90	113.472,36 DI
164-3	11030010010001	ALMOXARIFADO CENTRAL	139.025,72 DB	58.916,54	84.469,90	113.472,36 DI
185-6	1104	DESPESAS EXERCICIOS SEGUINTE S	380.581,97 DB	269.194,73	58.257,52	591.519,18 DI
186-4	1104001	DESPESAS ANTECIPADAS	380.581,97 DB	269.194,73	58.257,52	591.519,18 DI
187-2	1104001001	DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR	380.581,97 DB	269.194,73	58.257,52	591.519,18 DI
1057-0	11040010010004	DESCONTOS ANTECIPADOS	7.869,66 DB	23.449,42	-	31.319,08 DI
1050-2	11040010010002	JORNAIS E REVISTAS A APROPRIAR	12.629,07 DB	-	1.873,56	10.755,51 DI
1051-0	11040010010003	JUROS A APROPRIAR	347.416,94 DB	245.745,31	53.884,12	539.278,13 DI
188-0	11040010010001	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	12.666,30 DB	-	2.499,84	10.166,46 DI
189-9	1105	RENUNCIA DE RECEITAS	656.736,52 DB	1.186.775,49	1.829.776,08	13.735,93 DI
190-2	1105001	RENUNCIA DE RECEITAS - GRATUIDADES	656.736,52 DB	1.186.775,49	1.829.776,08	13.735,93 DI
191-0	1105001001	BOLSAS EDUCACIONAIS	444.971,15 DB	835.487,86	1.280.459,01	
193-7	11050010010002	GRATUIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	22.806,86 DB	-	22.806,86	
192-9	11050010010001	GRATUIDADES ENSINO INFANTIL	6.800,40 DB	-	6.800,40	
194-5	11050010010003	GRATUIDADES ENSINO MÉDIO	16.089,11 DB	-	16.089,11	
195-3	11050010010004	GRATUIDADES GRADUAÇÃO	399.274,78 DB	835.487,86	1.234.762,64	
196-1	1105001002	BOLSAS POR DISSÍDIO	51.045,20 DB	79.614,12	130.659,32	
1168-1	11050010020004	BOLSA DISSÍDIO - DEPENDENTES ESCOLA	24.038,11 DB	-	24.038,11	
199-6	11050010020003	BOLSAS DISSÍDIO - DEPENDENTES	27.007,09 DB	79.614,12	106.621,21	
200-3	1105001003	BOLSAS COMPLEMENTARES	10.165,80 DB	14.673,70	11.103,57	13.735,93 DI
67-1	11050010030006	BOLSAS COMPLEMENTARES - ENSINO MÉDIO	898,58 DB	-	898,58	
203-8	11050010030003	BOLSAS COMPLEMENTARES - GRADUAÇÃO	-	8.139,70	8.139,70	
87-6	11050010030007	BOLSAS COMPLEMENTARES - POS-GRADUAÇÃO	9.267,22 DB	6.534,00	2.065,29	13.735,93 DI
206-2	1105001004	DESCONTOS INCONDICIONAIS	150.554,37 DB	256.999,81	407.554,18	
208-9	11050010040002	DESCONTOS INCONDICIONAIS - FUNDAMENTAL	12.895,45 DB	-	12.895,45	
210-0	11050010040004	DESCONTOS INCONDICIONAIS - GRADUAÇÃO	123.165,40 DB	256.999,81	380.165,21	
207-0	11050010040001	DESCONTOS INCONDICIONAIS - INFANTIL	7.484,89 DB	-	7.484,89	
209-7	11050010040003	DESCONTOS INCONDICIONAIS - MÉDIO	7.008,63 DB	-	7.008,63	
213-5	12	ATIVO NAO CIRCULANTE	7.382.281,17 DB	540.108,47	1.775.020,53	6.147.369,11 DE
214-3	1201	ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.382.281,17 DB	540.108,47	1.775.020,53	6.147.369,11 DE
215-1	1201001	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.979.292,68 DB	360.059,79	1.674.080,69	3.665.271,78 DE

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0004

216-0	1201001001	CRÉDITOS A LONGO PRAZO PESSOAS JURIDICAS	1.002.539,18 DB	114.340,48	210.751,14	906.128,52 I
218-6	12010010010002	DESPESAS A APROPRIAR A LONGO PRAZO	557.242,81 DB	-	210.751,14	346.491,67 I
220-8	12010010010004	FUNDO DE GARANTIA MÍNIMA FIES-FGEDUC	161.377,70 DB	18.378,00	-	179.755,70 I
219-4	12010010010003	TITULOS FIES BLOQUEADOS ART. 17 PORT 1	283.918,67 DB	95.962,48	-	379.881,15 I
221-6	1201001002	CRÉDITOS A LONGO PRAZO PESSOAS FÍSICAS	3.399.152,87 DB	9.861,80	1.237.180,23	2.171.834,44 I
222-4	12010010020001	ALUNOS CREDI-URI FASE 01	2.637.612,89 DB	-	1.152.919,80	1.484.693,09 I
1053-7	12010010020005	JUROS S/ RENEGOCIAÇÕES	693.855,33 DB	9.861,80	61.570,55	642.146,58 I
224-0	12010010020003	MENSALIDADES A RECEBER LONGO PRAZO	67.684,65 DB	-	22.689,88	44.994,77 I
225-9	1201001003	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A LONGO PRAZO	178.366,81 DB	10.370,59	655,40	188.082,00 I
226-7	12010010030001	BANRISUL - CAPITALIZAÇÃO	19.948,07 DB	407,13	-	20.355,20 I
227-5	12010010030002	HSBC - CAPITALIZAÇÃO	18.310,30 DB	696,86	-	19.007,16 I
228-3	12010010030003	SANTANDER - CAPITALIZAÇÃO	66.065,70 DB	3.690,90	-	69.756,60 I
229-1	12010010030004	SICREDI - CAPITALIZAÇÃO	74.042,74 DB	5.575,70	655,40	78.963,04 I
231-3	1201001004	DEPOSITOS JUDICIAIS	399.233,82 DB	225.486,92	225.493,92	399.226,82 I
1269-6	12010010040005	BLOQUEIOS JUDICIAIS	225.486,92 DB	-	225.486,92	-
233-0	12010010040002	DEPÓSITOS JUDICIAIS - ALUNOS	80.717,47 DB	15.590,06	7,00	96.300,53 I
232-1	12010010040001	DEPÓSITOS JUDICIAIS - TRABALHISTAS	93.029,43 DB	209.896,86	-	302.926,29 I
733-1	1201002	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2.402.988,49 DB	180.048,68	100.939,84	2.482.097,33 I
734-0	1201002001	INVESTIMENTOS	2.320,00 DB	-	-	2.320,00
240-2	12010020010001	AÇÕES EM OUTRAS EMPRESAS	2.320,00 DB	-	-	2.320,00
735-8	1201002002	IMOBILIZADO	7.818.590,51 DB	143.884,15	138,39	7.962.336,27 I
249-6	12010020020007	ACERVOS	1.767.952,90 DB	-	-	1.767.952,90 I
245-3	12010020020003	BENFEITORIAS	813.248,99 DB	903,97	-	814.152,96 I
269-0	12010020020013	CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS	21.612,85 DB	570,83	-	22.183,68 I
252-6	12010020020010	IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	511.758,49 DB	69.563,97	-	581.322,46 I
250-0	12010020020008	INSTALAÇÕES	583.375,63 DB	-	-	583.375,63 I
247-0	12010020020005	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	200.566,97 DB	11.266,89	-	211.833,86 I
248-8	12010020020006	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	5.415.807,38 DB	55.401,97	138,39	5.471.070,96 I
246-1	12010020020004	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	885.293,78 DB	2.656,00	-	887.949,78 I
244-5	12010020020002	PRÉDIOS	6.865.449,87 DB	3.520,52	-	6.868.970,39 I
243-7	12010020020001	TERRENOS	316.606,22 DB	-	-	316.606,22 I
251-8	12010020020009	VEÍCULOS	436.917,43 DB	-	-	436.917,43 I
736-6	1201002003	(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	6.417.098,45 CR	5,21	97.400,28	6.514.493,52 C
257-7	12010020030002	(-) DEPREC ACUMULADAS - BENFEITORIAS	79.159,80 CR	-	1.737,92	80.897,72 C
261-5	12010020030006	(-) DEPREC. ACUMULADAS - ACERVOS	1.065.620,01 CR	-	12.996,65	1.078.616,66 C
262-3	12010020030007	(-) DEPREC. ACUMULADAS - INSTALAÇÕES	165.815,69 CR	-	1.711,04	167.526,73 C
259-3	12010020030004	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MAQ. EQU INFORM	103.948,45 CR	-	2.947,18	106.895,63 C
260-7	12010020030005	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MAQ. EQUI.GERAL	2.375.758,81 CR	5,21	56.622,87	2.432.376,47 C
258-5	12010020030003	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MÓVEIS E UTENSI	587.013,25 CR	-	4.827,15	591.840,40 C
256-9	12010020030001	(-) DEPREC. ACUMULADAS - PRÉDIOS	1.839.631,21 CR	-	8.393,51	1.848.024,72 C
263-1	12010020030008	(-) DEPREC. ACUMULADAS - VEÍCULOS	200.151,23 CR	-	8.163,96	208.315,19 C
740-4	1201002006	INTANGÍVEL	1.183.857,57 DB	36.159,32	-	1.220.016,89 I
273-9	12010020060002	SISTEMA ERP TOTVS	920.809,76 DB	36.159,32	-	956.969,08 I
271-2	12010020060001	SOFTWARES	263.047,81 DB	-	-	263.047,81 I
741-2	1201002007	(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS INTANGIVEL	184.681,14 CR	-	3.401,17	188.082,31 C
277-1	12010020070001	(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS - SOFTWARE	184.681,14 CR	-	3.401,17	188.082,31 C

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0005

279-8	14	C O M P E N S A D O	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
280-1	1401	ATIVO COMPENSADO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
281-0	1401001	COMPENSAÇÃO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
282-8	1401001001	CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
283-6	14010010010001	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
2-7	2	P A S S I V O + PATRIMONIO LÍQUIDO	4.781.617,58 CR	23.882.743,81	20.556.403,31	1.455.277,08 CR
290-9	21	P A S S I V O C I R C U L A N T E	2.419.036,28 CR	23.620.153,61	20.350.531,20	9.149.413,87 CR
291-7	2101	OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	2.419.036,28 CR	23.620.153,61	20.350.531,20	9.149.413,87 CR
292-5	2101001	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO E FINANCIAMENTO	9.917.440,57 CR	15.867.553,43	14.936.389,00	8.986.276,14 CR
293-3	2101001001	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5.184.523,61 CR	971.982,42	799.097,52	5.011.638,71 CR
972-5	21010010010010	BANCO COOP SICREDI SA CONTA EMPRESTIMOS	1.193.422,89 CR	187.257,68	30.546,86	1.036.712,07 CR
1198-3	21010010010028	BANCO SANTANDER - FINAME	115.100,88 CR	8.782,13	9.715,26	116.034,01 CR
986-5	21010010010024	BANCO SANTANDER 300000015970	304.007,24 CR	-	393,79	304.401,03 CR
978-4	21010010010016	BANCO SANTANDER MERIDIONAL SA	2.014.687,51 CR	136.206,00	77.553,51	1.956.035,02 CR
981-4	21010010010019	BANRISUL CONTA EMPRESTIMOS	1.048.696,79 CR	131.128,31	14.076,28	931.644,76 CR
1239-4	21010010010032	BANRISUL CONTA GARANTIA	508.608,30 CR	508.608,30	666.811,82	666.811,82 CR
308-5	2101001004	FORNECEDORES DE BENS E SERIÇOS	247.352,20 CR	396.521,35	282.483,60	133.314,45 CR
309-3	21010010040001	FORNECEDORES DIVERSOS	247.352,20 CR	396.521,35	282.483,60	133.314,45 CR
310-7	2101001005	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	335.806,27 CR	966.524,99	1.066.506,78	435.788,06 CR
320-4	21010010050010	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	3.058,18 CR	3.058,18	2.803,68	2.803,68 CR
323-9	21010010050013	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A USUFRUIR	-	626.194,56	626.194,56	-
317-4	21010010050007	FGTS A PAGAR	81.176,11 CR	89.534,83	137.342,34	128.983,62 CR
311-5	21010010050001	INSS A PAGAR	70.084,37 CR	153.012,55	160.179,28	77.251,10 CR
313-1	21010010050003	INSS A PAGAR - RETENÇÃO S/NFS	2.104,83 CR	2.104,85	2.104,85	2.104,83 CR
315-8	21010010050005	IRRF A PAGAR	179.035,81 CR	92.273,05	137.535,10	224.297,86 CR
1095-2	21010010050016	IRRF A PAGAR - RETENÇÃO S/RECIBOS	115,16 CR	115,16	115,16	115,16 CR
314-0	21010010050004	PIS/COFINS/CSL - RETENÇÃO S/ SERVIÇOS	231,81 CR	231,81	231,81	231,81 CR
324-7	2101001006	SALARIOS E BOLSAS-ESTAGIO A PAGAR	721.511,18 CR	1.151.464,38	1.235.342,13	805.388,93 CR
396-4	21010010060006	ACORDOS JUDICIASI TRABALHISTAS A PAGAR	-	18.696,24	93.481,21	74.784,97 CR
328-0	21010010060004	BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS A PAGAR	22.239,37 CR	22.239,37	20.064,12	20.064,12 CR
326-3	21010010060002	FÉRIAS A PAGAR	-	9.329,49	277.505,43	268.175,94 CR
327-1	21010010060003	RESCISÕES A PAGAR	1.414,90 CR	35.517,05	34.102,15	-
325-5	21010010060001	SALÁRIOS A PAGAR	697.856,91 CR	1.065.682,23	810.189,22	442.363,90 CR
329-8	2101001007	PROVISÕES	2.495.864,09 CR	2.495.864,09	1.221.899,89	1.221.899,89 CR
331-0	21010010070002	PROVISÃO PARA 13 SALÁRIO	883.356,66 CR	883.356,66	-	-
333-6	21010010070004	PROVISÃO PARA ENCARGOS SOBRE 13 SALÁRIOS	33.703,19 CR	33.703,19	-	-
332-8	21010010070003	PROVISÃO PARA ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	116.839,84 CR	116.839,84	90.442,71	90.442,71 CR
330-1	21010010070001	PROVISÃO PARA FÉRIAS	1.461.964,40 CR	1.461.964,40	1.131.457,18	1.131.457,18 CR
334-4	2101001008	CONSIGNAÇÕES	164.389,66 CR	193.380,28	196.078,96	167.088,34 CR
496-0	21010010080041	AGUA A PAGAR	3.849,76 CR	4.000,51	2.473,42	2.322,67 CR
991-1	21010010080012	CONSGNAÇÕES EMPRESTIMOS SANTANDER	9.860,56 CR	9.860,56	11.172,54	11.172,54 CR
992-0	21010010080013	CONSIGNAÇÕES EMPRESTIMOS SICREDI	2.675,01 CR	2.675,01	2.485,51	2.485,51 CR
339-5	21010010080005	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DA CEF	17.803,22 CR	18.078,23	18.532,89	18.257,88 CR
338-7	21010010080004	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DO BANRISUL SA	27.955,79 CR	22.280,35	20.840,16	26.515,60 CR
495-2	21010010080040	ENERGIA ELETRICA A PAGAR	20.407,77 CR	20.407,77	19.218,64	19.218,64 CR
1003-0	21010010080024	MENSALIDADES ASSOCIADOS SINPRO	2.269,19 CR	2.269,19	2.268,22	2.268,22 CR
1090-1	21010010080030	OUTROS VALORES A REPASSAR	12.937,98 CR	2.678,80	2.678,80	12.937,98 CR

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0006

340-9	21010010080006	PENSÃO JUDICIAL	2.098,03 CR	2.098,03	2.295,59	2.295,59 CI
1004-9	21010010080025	PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	2.446,30 CR	4.617,34	4.617,34	2.446,30 CI
1005-7	21010010080026	PLANO DE SAUDE UNIMED	-	30.295,24	30.295,24	
1156-8	21010010080046	PLANO ODONTOLOGICO - COE	38,23 CR	38,23	38,23	38,23 C
497-9	21010010080042	TELEFONE A PAGAR	3.598,99 CR	5.919,69	8.242,68	5.921,98 CI
1014-6	21010010080035	VALE TRANSPORTE	7.872,50 DB	-	7.872,50	
989-0	21010010080010	VALORES A PAGAR AFFURIS	66.321,33 CR	68.161,33	63.047,20	61.207,20 CI
344-1	2101001009	ADIANTAMENTO DE MENSALIDADES	232.860,26 CR	9.351.294,51	10.006.146,12	887.711,87 CF
347-6	21010010090003	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - ENS. MÉDIO	-	-	12.688,35	12.688,35 CI
346-8	21010010090002	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - FUNDAMENTAL	-	-	1.945,10	1.945,10 CI
348-4	21010010090004	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - GRADUAÇÃO	232.860,26 CR	9.351.294,51	9.991.268,63	872.834,38 CF
345-0	21010010090001	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - INFANTIL	-	-	244,04	244,04 C
355-7	2101001010	CREDITOS ENTRE UNIDADES DA FURI	18.525,00 CR	122.138,60	123.451,73	19.838,13 CI
358-1	21010010100003	FURI - ERECHIM	-	-	800,00	800,00 C
356-5	21010010100001	FURI - REITORIA	-	122.138,60	122.432,15	293,55 C
357-3	21010010100002	FURI - SANTO ANGELO	18.525,00 CR	-	219,58	18.744,58 CI
363-8	2101001011	SUBVENÇÕES, CONVENIOS E CONTR A APLICAR	516.608,30 CR	218.382,81	5.382,27	303.607,76 CF
364-6	21010010110001	SUBVENÇÕES, CONVÊNIO E CONTR A APLICAR	516.608,30 CR	218.382,81	5.382,27	303.607,76 CF
365-4	2101002	CONTRATOS EDUCACIONAIS A APROPRIAR	2.501.595,71 CR	7.752.600,18	5.414.142,20	163.137,73 CF
366-2	2101002001	CONTRATOS A APROPRIAR - POS E GRADUAÇÃO	2.251.592,53 CR	7.502.597,00	5.414.142,20	163.137,73 CF
371-9	21010020010005	CONTRATOS A APROPRIAR - ESPECIALIZAÇÃO	171.785,82 CR	21.716,09	13.068,00	163.137,73 CF
370-0	21010020010004	CONTRATOS A APROPRIAR - GRADUAÇÃO	2.079.806,71 CR	7.480.880,91	5.401.074,20	
1178-9	2101002002	CONTRATOS A APROPRIAR - ESCOLA	250.003,18 CR	250.003,18	-	
369-7	21010020020001	CONTRATOS A APROPRIAR - ENSINO MÉDIO	84.023,58 CR	84.023,58	-	
368-9	21010020020002	CONTRATOS A APROPRIAR - FUNDAMENTAL	133.408,19 CR	133.408,19	-	
367-0	21010020020003	CONTRATOS A APROPRIAR - INFANTIL	32.571,41 CR	32.571,41	-	
377-8	22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.445.849,98 CR	185.955,25	129.237,16	5.389.131,89 CF
378-6	2201	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.445.849,98 CR	185.955,25	129.237,16	5.389.131,89 CF
379-4	2201001	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO E FINANCIAMENTO	5.445.849,98 CR	185.955,25	129.237,16	5.389.131,89 CF
380-8	2201001001	OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS A LONGO PRAZO	2.039.286,62 CR	71.215,63	70.833,26	2.038.904,25 CF
1018-9	22010010010006	BANCO SANTANDER 30000015970	1.527.496,02 CR	42.559,34	-	1.484.936,68 CF
1025-1	22010010010013	SANTANDER MERIDIONAL - FINANC A LP	273.334,37 CR	9.715,26	-	263.619,11 CF
1026-0	22010010010014	SICREDI - CAPITAL DE GIRO A LP	238.456,23 CR	18.941,03	70.833,26	290.348,46 CF
382-4	2201001002	OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO	247.505,70 CR	3,56	-	247.502,14 CF
384-0	22010010020002	ACÓRDOS JUDICIAIS TRABALHISTAS A PAGAR L	111.520,35 CR	3,56	-	111.516,79 CF
1220-3	22010010020006	PROCESSOS JUDICIAIS - ALUNOS	135.985,35 CR	-	-	135.985,35 CF
386-7	2201001003	DEPOSITOS JUDICIAIS	581.407,80 CR	12.970,84	32.603,83	601.040,79 CF
388-3	22010010030002	(-) DEPÓSITOS JUDICIAIS - INSS	367.738,11 DB	12.970,84	-	380.708,95 DI
387-5	22010010030001	DEPÓSITOS JUDICIAIS - INSS	949.145,91 CR	-	32.603,83	981.749,74 CF
392-1	2201001004	RECEITAS ANTECIPADAS LP	2.577.649,86 CR	101.765,22	25.800,07	2.501.684,71 CF
1052-9	22010010040003	JUROS S/ RENEGOCIAÇÕES LP	693.854,48 CR	61.570,55	9.861,80	642.145,73 CF
1107-0	22010010040004	RECEITAS DE BENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	1.883.795,38 CR	40.194,67	15.938,27	1.859.538,98 CF
406-5	23	PATRIMONIO LIQUIDO	6.914.496,47 CR	76.634,95	76.634,95	6.914.496,47 CF
407-3	2301	PATRIMONIO LIQUIDO	6.914.496,47 CR	76.634,95	76.634,95	6.914.496,47 CF

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0007

408-1	2301001	PATRIMONIO LIQUIDO	6.914.496,47 CR	76.634,95	76.634,95	6.914.496,47 CF
409-0	2301001001	PATRIMONIO LIQUIDO	6.837.861,52 CR	-	76.634,95	6.914.496,47 CF
410-3	23010010010001	PATRIMONIO SOCIAL	6.837.861,52 CR	-	76.634,95	6.914.496,47 CF
411-1	2301001002	RESERVAS	76.634,95 CR	76.634,95	-	
412-0	23010010020001	ACRESCIMOS PATRIMONIAIS POR DOAÇÕES	76.634,95 CR	76.634,95	-	
416-2	24	C O M P E N S A D O	2.234,85 CR	-	-	2.234,85 CI
417-0	2401	PASSIVO COMPENSADO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85 CI
418-9	2401001	COMPENSADO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85 CI
419-7	2401001001	CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVAS	2.234,85 CR	-	-	2.234,85 CI
420-0	24010010010001	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85 CI
3-5	3	R E C E I T A S	5.341.406,57 CR	719.417,41	3.365.158,32	7.987.147,48 CR
427-8	31	RECEITAS OPERACIONAIS	5.341.406,57 CR	719.417,41	3.365.158,32	7.987.147,48 CR
428-6	3101	RECEITAS - SEM RESTRIÇÕES	4.426.650,15 CR	706.169,94	3.166.004,40	6.886.484,61 CR
429-4	3101001	RECEITAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES FIM	4.400.075,15 CR	706.169,94	3.160.239,40	6.854.144,61 CR
430-8	3101001001	RECEITAS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	6.189.533,53 CR	5.346,40	2.344.255,28	8.528.442,41 CR
440-5	31010010010010	INSCRIÇÃO EM VESTIBULARES	41.541,05 CR	-	-	41.541,05 CI
438-3	31010010010008	INSCRIÇÕES EM CURSOS	82.149,44 CR	-	-	82.149,44 CI
439-1	31010010010009	INSCRIÇÕES EM EVENTOS ACADÊMICOS	6.060,00 CR	-	-	6.060,00 CI
434-0	31010010010004	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - MÉDIO PROFIS	240.835,22 CR	-	21.919,57	262.754,79 CF
433-2	31010010010003	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - ENSINO MÉDIO	691.059,72 CR	-	62.104,01	753.163,73 CF
437-5	31010010010007	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - EXTENSÃO	91.200,00 CR	-	-	91.200,00 CI
432-4	31010010010002	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - FUNDAMENTAL	1.461.883,81 CR	-	133.408,19	1.595.292,00 CF
435-9	31010010010005	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - GRADUAÇÃO	3.009.055,54 CR	5.346,40	2.080.576,49	5.084.285,63 CF
431-6	31010010010001	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - INFANTIL	335.978,60 CR	-	32.571,41	368.550,01 CF
436-7	31010010010006	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - PÓS-GRADUAÇ.	229.770,15 CR	-	13.675,61	243.445,76 CF
441-3	3101001002	RECEITAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS	573.371,04 CR	1.000,00	92.021,12	664.392,16 CF
445-6	31010010020004	ANÁLISES LABORATORIAIS	1.155,00 CR	-	-	1.155,00 CI
444-8	31010010020003	ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	161.014,00 CR	1.000,00	24.160,00	184.174,00 CF
447-2	31010010020006	CONTRATOS SETOR PRIVADO	176.835,00 CR	-	39.160,80	215.995,80 CF
446-4	31010010020005	CONTRATOS SETOR PÚBLICO	233.418,04 CR	-	28.700,32	262.118,36 CF
443-0	31010010020002	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	899,00 CR	-	-	899,00 C
448-0	31010010020007	HORAS TÉCNICAS	50,00 CR	-	-	50,00 C
451-0	3101001003	RECEITAS COM SERVIÇOS INTERNOS	79.621,77 CR	-	4.301,97	83.923,74 CI
458-8	31010010030007	RECEITAS DE BIBLIOTECA	20.150,01 CR	-	970,00	21.120,01 CI
454-5	31010010030003	TAXA DE EXPEDIENTE	59.471,76 CR	-	3.331,97	62.803,73 CI
459-6	3101001004	(-) DEDUÇÕES - ASSISTENCIA EDUCACIONAL	4.989.047,81 DB	445.553,67	-	5.434.601,48 DE
468-5	31010010040009	(-) BOLSAS - PROGRAMAS PRÓPRIOS - GRADUA	814.446,61 DB	70.339,18	-	884.785,79 DE
463-4	31010010040004	(-) BOLSAS - PROUNI - FUNDAMENTAL	250.875,40 DB	22.806,86	-	273.682,26 DE
469-3	31010010040010	(-) BOLSAS - PROUNI - GRADUAÇÃO	3.671.941,28 DB	329.518,12	-	4.001.459,40 DE
461-8	31010010040002	(-) BOLSAS - PROUNI - INFANTIL	74.804,40 DB	6.800,40	-	81.604,80 DE
465-0	31010010040006	(-) BOLSAS - PROUNI - MÉDIO	123.439,14 DB	11.221,74	-	134.660,88 DE
467-7	31010010040008	(-) BOLSAS - PROUNI - PROFISSIONALIZANTE	53.540,98 DB	4.867,37	-	58.408,35 DE
471-5	3101001005	(-) DEDUÇÕES - OUTRAS	1.643.091,63 DB	153.165,98	-	1.796.257,61 DE
472-3	31010010050001	(-) AUXILIO TRANSPORTE A DISCENTES - GRADUAÇÃO	240.163,78 DB	20.779,39	-	260.943,17 DE
492-8	31010010050021	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - EXTENSÃO	1.050,00 DB	-	-	1.050,00 D
479-0	31010010050008	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - PÓS-GRAD	73.268,86 DB	1.312,05	-	74.580,91 DE
477-4	31010010050006	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - PROFISSIONAL	9.884,38 DB	898,58	-	10.782,96 DE

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0008

484-7	31010010050013	(-) CANCELAMENTOS CONTRATOS - GRADUAÇÃO	594,02 DB	-	-	594,02 D
483-9	31010010050012	(-) CANCELAMENTOS CONTRATOS - PROFISSION	4.790,54 DB	-	-	4.790,54 D
487-1	31010010050016	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - FUNDAMENT	141.819,51 DB	12.895,45	-	154.714,96 DI
490-1	31010010050019	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - GRADUAÇÃO	1.016.357,77 DB	102.786,99	-	1.119.144,76 DI
486-3	31010010050015	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - INFANTIL	76.622,41 DB	7.484,89	-	84.107,30 D
488-0	31010010050017	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - MÉDIO	78.540,36 DB	7.008,63	-	85.548,99 D
803-6	3101001006	RECEITAS FINANCEIRAS	364.182,46 CR	82.681,49	98.845,88	380.346,85 CI
499-5	31010010060001	ACRÉSCIMOS SOBRE MENSALIDADES	126.041,41 CR	-	9.110,72	135.152,13 CI
500-2	31010010060002	DESCONTOS OBTIDOS	3.808,00 CR	-	691,36	4.499,36 C
501-0	31010010060003	JUROS RECEBIDOS OU AUFERIDOS	269,93 CR	-	62,63	332,56 C
503-7	31010010060005	RENDIMENTOS APLICAÇÕES FINANCEIRAS R.VAR	8.449,62 CR	-	1.916,66	10.366,28 CI
504-5	31010010060006	VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA	225.613,50 CR	82.681,49	87.064,51	229.996,52 CI
804-4	3101001007	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES REC	2.837,19 CR	-	1.714,29	4.551,48 C
507-0	31010010070002	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS FISICAS	2.357,19 CR	-	214,29	2.571,48 C
506-1	31010010070001	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS JURÍDICAS	480,00 CR	-	1.500,00	1.980,00 C
805-2	3101001008	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	159.551,83 CR	-	11.328,70	170.880,53 CI
510-0	31010010080001	ALUGUÉIS RECEBIDOS	36.639,00 CR	-	2.100,00	38.739,00 CI
514-2	31010010080005	MENSALIDADES RECUPERADAS	85.087,28 CR	-	6.596,69	91.683,97 CI
120-1	31010010080008	OUTROS CRÉDITOS RECUPERADOS	37.825,55 CR	-	2.632,01	40.457,56 CI
808-7	3101001011	ISENÇÕES USUFRUIDAS	3.663.116,77 CR	18.422,40	607.772,16	4.252.466,53 CF
540-1	31010010110005	ISENÇÃO COFINS	772.645,82 CR	-	70.084,93	842.730,75 CF
537-1	31010010110002	ISENÇÃO COM RAT/SAT	111.367,87 CR	-	20.957,94	132.325,81 CF
536-3	31010010110001	ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS	2.241.754,74 CR	-	419.863,18	2.661.617,92 CF
539-8	31010010110004	ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS COOPERATIVAS	36.192,97 CR	18.422,40	2.555,36	20.325,93 CI
538-0	31010010110003	ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS TERCEIROS	501.155,37 CR	-	94.310,75	595.466,12 CF
814-1	3101002	RECEITAS ATIVIDADES MEIO	26.575,00 CR	-	5.765,00	32.340,00 CI
815-0	3101002001	RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE MEIO	26.575,00 CR	-	5.765,00	32.340,00 CI
1144-4	31010020010006	APOIO CULTURAL	26.575,00 CR	-	5.765,00	32.340,00 CI
817-6	3102	RECEITAS COM RESTRIÇÕES (CR)	914.756,42 CR	13.247,47	199.153,92	1.100.662,87 CF
818-4	3102001	RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADES FIM CR	914.756,42 CR	13.247,47	199.153,92	1.100.662,87 CF
819-2	3102001001	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇ. E SUBVENÇÕES REC-CR	148.056,15 CR	8.539,27	39.980,38	179.497,26 CI
820-6	31020010010001	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS JURÍDICAS -CR	148.056,15 CR	8.539,27	39.980,38	179.497,26 CI
823-0	3102001002	RECEITAS COM SUB.CONV E CONTR - CR	766.700,27 CR	4.708,20	159.173,54	921.165,61 CI
829-0	31020010020006	RECEITAS COM CONVÊNIO ESTADUAIS - CR	262.596,86 CR	-	41.543,49	304.140,35 CI
830-3	31020010020007	RECEITAS COM CONVÊNIO MUNICIPAIS - CR	504.103,41 CR	4.708,20	117.630,05	617.025,26 CI
4-3	4	D E S P E S A S	3.959.610,97 DB	8.897.133,60	6.177.528,86	6.679.215,71 DE
559-2	41	DESPESAS OPERACIONAIS ENSINO SUPERIOR	3.959.610,97 DB	8.897.133,60	6.177.528,86	6.679.215,71 DE
560-6	4101	DESPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE FIM	3.880.418,79 DB	8.877.159,69	6.165.267,29	6.592.311,19 DE
561-4	4101001	DESPESAS COM PESSOAL EFETIVO	6.636.350,36 DB	4.187.830,68	2.650.953,47	8.173.227,57 DE
562-2	4101001001	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - DOCENTES	9.239.132,55 DB	2.613.404,64	1.855.945,47	9.996.591,72 DI
1109-6	41010010010010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	83.469,61 CR	-	11.671,85	95.141,46 CI
566-5	41010010010004	13º SALÁRIO DOCENTES	725.793,09 DB	750.384,21	699.751,33	776.425,97 DI
569-0	41010010010007	AJUDA DE CUSTO A DOCENTES	13.313,98 DB	961,60	-	14.275,58 D
568-1	41010010010006	AVISO PRÉVIO A DOCENTES	31.419,02 DB	7.422,58	-	38.841,60 D
565-7	41010010010003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS DOCENTES	1.001.926,57 DB	1.239.659,23	1.144.522,29	1.097.063,51 DI
571-1	41010010010009	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS A DOCENTES	-	93.481,21	-	93.481,21 D

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0009

563-0	41010010010001	SALÁRIOS E ORDENADOS DOCENTES	7.550.149,50 DB	521.495,81	-	8.071.645,31 DI
572-0	4101001002	ENCARGOS SOCIAIS - DOCENTES	825.466,16 DB	180.377,73	118.689,85	887.154,04 DI
1110-0	41010010020003	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.183,38 CR	-	301,46	1.484,84 C
573-8	41010010020001	FGTS DOCENTES	826.649,54 DB	180.377,73	118.388,39	888.638,88 DI
575-4	4101001003	BENEFICIOS - DOCENTES	812.231,82 DB	69.750,86	-	881.982,68 DI
581-9	41010010030006	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DOCENTES	175.745,36 DB	9.933,12	-	185.678,48 DI
1175-4	41010010030011	BOLSAS DE ESTUDO DISSÍDIO DOCENTES - ESCOLA	262.899,22 DB	24.038,11	-	286.937,33 DI
579-7	41010010030004	BOLSAS DE ESTUDO DISSÍDIO DOCENTES - POS E GRADUAÇ	285.777,27 DB	27.007,09	-	312.784,36 DI
1238-6	41010010030012	PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADO - CEF	12.113,01 DB	1.845,39	-	13.958,40 D
577-0	41010010030002	PLANO DE SAÚDE DOCENTES	75.696,96 DB	6.927,15	-	82.624,11 D
586-0	4101001004	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - TECNICO ADM	1.762.066,44 DB	657.907,98	619.525,31	1.800.449,11 DI
1270-0	41010010040010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	166.208,28 CR	-	129.952,65	296.160,93 Cf
590-8	41010010040004	13º SALÁRIO TEC. ADM	163.465,65 DB	185.111,18	179.931,85	168.644,98 DI
592-4	41010010040006	AVISO PRÉVIO TEC. ADM	6.470,47 DB	-	-	6.470,47 D
589-4	41010010040003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS TEC. ADM	196.603,64 DB	331.769,53	309.640,81	218.732,36 DI
587-8	41010010040001	SALÁRIOS E ORDENADOS TEC. ADM	1.561.734,96 DB	141.027,27	-	1.702.762,23 DI
596-7	4101001005	ENCARGOS SOCIAIS - TECNICOS ADMINSTRAT	170.292,67 DB	46.066,26	35.777,52	180.581,41 DI
1271-8	41010010050003	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	10.670,50 CR	-	4.409,67	15.080,17 CI
597-5	41010010050001	FGTS TEC. ADM	180.963,17 DB	46.066,26	31.367,85	195.661,58 DI
599-1	4101001006	BENEFICIOS - TECNICOS ADMINISTRATIVOS	164.043,95 DB	12.551,05	2.592,92	174.002,08 DI
1114-2	41010010060008	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	11.996,92 CR	-	2.592,92	14.589,84 CI
605-0	41010010060006	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO TEC. ADM	22.772,15 DB	-	-	22.772,15 D
600-9	41010010060001	AUXILIO CRECHE TEC. ADM	1.079,95 DB	-	-	1.079,95 D
1237-8	41010010060012	PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADO - CEF	2.001,08 DB	325,65	-	2.326,73 D
601-7	41010010060002	PLANO DE SAÚDE TEC. ADM	38.611,51 DB	3.896,52	-	42.508,03 D
602-5	41010010060003	SEGUROS DE VIDA TEC. ADM	229,88 DB	-	-	229,88 C
768-4	41010010060010	SEGUROS DOCENTES TEC. ADM	22.100,46 DB	2.222,63	-	24.323,09 D
769-2	41010010060007	VALE TRANSPORTE TEC. ADM	89.245,84 DB	6.106,25	-	95.352,09 D
609-2	4101001007	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.663.116,77 DB	607.772,16	18.422,40	4.252.466,53 DI
610-6	41010010070001	COTA PATRONAL INSS	2.241.754,74 DB	419.863,18	-	2.661.617,92 DI
613-0	41010010070004	COTA PATRONAL INSS COOPERATIVAS	36.192,97 DB	2.555,36	18.422,40	20.325,93 D
612-2	41010010070003	COTA PATRONAL INSS TERCEIROS	501.155,37 DB	94.310,75	-	595.466,12 DI
614-9	41010010070005	DESPESAS COFINS	772.645,82 DB	70.084,93	-	842.730,75 DI
611-4	41010010070002	DESPESAS COM RAT/SAT	111.367,87 DB	20.957,94	-	132.325,81 DI
615-7	4101002	DESPESAS COM PESSOAL SEM VINCULO	524.284,73 DB	49.425,41	639,17	573.070,97 DI
616-5	4101002001	REMUNERAÇÃO PESSOAL SEM VINCULO	524.284,73 DB	49.425,41	639,17	573.070,97 DI
1140-1	41010020010004	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	4.239,94 CR	-	639,17	4.879,11 C
619-0	41010020010003	BOLSA ESTÁGIO	358.728,20 DB	40.200,00	-	398.928,20 DI
617-3	41010020010001	HONORÁRIOS PESSOAS FÍSICAS	70.962,89 DB	3.521,37	-	74.484,26 D
618-1	41010020010002	HONORÁRIOS PESSOAS JURÍDICA	98.833,58 DB	5.704,04	-	104.537,62 DI
624-6	4101003	DESPESAS COM SERVIÇOS E UTILIDADES	1.188.857,98 DB	105.133,30	1.103,76	1.292.887,52 DI
625-4	4101003001	DESPESAS COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	705.053,61 DB	55.680,30	-	760.733,91 DI
1113-4	41010030010009	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	200,00 CR	-	-	200,00 C
633-5	41010030010008	DESPESAS COM ANÁLISES LABORATORIAIS	-	544,93	-	544,93 D
627-0	41010030010002	DESPESAS COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	107.783,06 DB	3.035,63	-	110.818,69 DI
626-2	41010030010001	DESPESAS COM AUDITORIA	54.838,19 DB	4.985,29	-	59.823,48 D

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0010

630-0	41010030010005	DESPESAS COM LIMPEZA	199.586,63 DB	18.580,49	-	218.167,12 DI
631-9	41010030010006	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	69.857,41 DB	3.386,92	-	73.244,33 D
632-7	41010030010007	DESPESAS COM MEDICINA DO TRABALHO	50.436,33 DB	4.632,00	-	55.068,33 D
629-7	41010030010004	DESPESAS COM VIGILÂNCIA	222.751,99 DB	20.515,04	-	243.267,03 DI
634-3	4101003002	DESPESAS COM SERVIÇOS PUBLICOS E UTILID	483.804,37 DB	49.453,00	1.103,76	532.153,61 DI
1100-2	41010030020012	(-)RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	8.361,90 CR	-	1.103,76	9.465,66 C
635-1	41010030020001	DESPESAS COM ÁGUA	38.358,14 DB	2.473,42	-	40.831,56 D
643-2	41010030020009	DESPESAS COM CORREIOS	10.367,52 DB	1.334,34	-	11.701,86 D
636-0	41010030020002	DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA	184.688,38 DB	21.657,72	-	206.346,10 DI
638-6	41010030020004	DESPESAS COM INTERNET	143.882,69 DB	9.988,04	-	153.870,73 DI
640-8	41010030020006	DESPESAS COM SEGUROS DE BENS	28.956,17 DB	2.499,84	-	31.456,01 D
641-6	41010030020007	DESPESAS COM SERVIÇOS PROTEÇÃO AO CRÉD	5.204,80 DB	-	-	5.204,80 D
642-4	41010030020008	DESPESAS COM SERVIÇOS DE CARTÓRIOS	27.827,15 DB	1.928,80	-	29.755,95 D
637-8	41010030020003	DESPESAS COM TELEFONE	52.881,42 DB	9.570,84	-	62.452,26 D
645-9	4101004	DESPESAS COM MATERIAIS E MANUTENÇÕES	788.099,69 DB	66.583,21	25.172,33	829.510,57 DI
646-7	4101004001	DESPESAS COM MATERIAIS	550.240,61 DB	56.843,85	39,84	607.044,62 DI
1111-8	41010040010010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	5.337,06 CR	-	-	5.337,06 C
654-8	41010040010007	DESPESAS COM FOTOCOPIAS E ENCADERNAÇÕES	10.354,86 DB	2.518,20	-	12.873,06 D
653-0	41010040010006	DESPESAS COM GENEROS ALIMENTÍCIOS	49.660,32 DB	693,49	-	50.353,81 D
650-5	41010040010003	DESPESAS COM IMOBILIZADO PEQUENO VALOR	51.229,29 DB	2.592,06	-	53.821,35 D
1056-1	41010040010009	DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO	259.825,93 DB	40.992,07	39,84	300.778,16 DI
649-1	41010040010002	DESPESAS COM MATERIAL DE EXPEDIENTE	137.472,78 DB	8.722,48	-	146.195,26 DI
647-5	41010040010001	DESPESAS COM MATERIAL DE LABORATÓRIO	14.761,78 DB	238,30	-	15.000,08 D
652-1	41010040010005	DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA E CONS	701,60 DB	-	-	701,60 C
651-3	41010040010004	DESPESAS COM MATERIAL DECORATIVO	25.437,51 DB	806,75	-	26.244,26 D
681-5	41010040010008	DESPESAS CONFECÇÃO, EXP. REGIST.DIPLOMAS	6.133,60 DB	280,50	-	6.414,10 D
655-6	4101004002	DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	237.859,08 DB	9.739,36	25.132,49	222.465,95 DI
1132-0	41010040020005	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	5.391,90 CR	-	25.132,49	30.524,39 CI
775-7	41010040020004	DESPESA COM MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	63.929,26 DB	5.668,81	-	69.598,07 D
656-4	41010040020001	DESPESAS C/MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	53.441,12 DB	3.786,15	-	57.227,27 D
658-0	41010040020003	DESPESAS COM MANUTENÇÃO BENS TERCEIROS	6.317,00 DB	-	-	6.317,00 D
657-2	41010040020002	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	117.701,48 DB	284,40	-	117.985,88 DI
1201-7	41010040020006	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES	1.862,12 DB	-	-	1.862,12 D
659-9	4101005	DESPESAS GERAIS	4.742.826,03 DB	4.468.187,09	3.487.398,56	5.723.614,56 DI
660-2	4101005001	DESPESAS DE VIAGENS	407.069,79 DB	35.099,28	3.951,12	438.217,95 DI
1112-6	41010050010013	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	50.890,48 CR	-	3.951,12	54.841,60 CI
276-3	41010050010010	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	3.105,79 DB	1.216,67	-	4.322,46 D
661-0	41010050010001	DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS	173.803,81 DB	12.258,72	-	186.062,53 DI
405-7	41010050010012	DESPESAS COM DIÁRIAS DE VIAGENS	5.298,50 DB	-	-	5.298,50 D
665-3	41010050010005	DESPESAS COM HOSPEDAGENS	49.312,50 DB	4.415,50	-	53.728,00 D
662-9	41010050010002	DESPESAS COM MANUTENÇÕES DE VEÍCULOS	47.296,71 DB	6.800,79	-	54.097,50 D
666-1	41010050010006	DESPESAS COM RELATÓRIOS DE VIAGENS	115.849,80 DB	8.407,60	-	124.257,40 DI
663-7	41010050010003	DESPESAS COM TAXAS E EMPLACAMENTOS VEIC	3.078,32 DB	-	-	3.078,32 D
404-9	41010050010011	DESPESAS COM TRANSPORTE	60.214,84 DB	2.000,00	-	62.214,84 D
667-0	4101005002	DESPESAS COM PUBLICIDADES E EVENTOS	350.030,35 DB	23.270,47	-	373.300,82 DI
1158-4	41010050020006	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	397,23 CR	-	-	397,23 C
668-8	41010050020001	DESPESAS COM APOIO INSTITUCIONAL	4.801,71 DB	321,12	-	5.122,83 D
671-8	41010050020004	DESPESAS COM CONFRATERNIZAÇÕES E HOMENAG	7.764,46 DB	1.483,72	-	9.248,18 D
1094-4	41010050020005	DESPESAS COM EVENTOS ACADÊMICOS	10.607,26 DB	400,00	-	11.007,26 D

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0011

670-0	41010050020003	DESPESAS COM EVENTOS SOCIAIS	19.488,94 DB	1.961,88	-	21.450,82
669-6	41010050020002	DESPESAS COM PUBLICIDADES E PROPAGANDA	307.765,21 DB	19.103,75	-	326.868,96 I
672-6	4101005003	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	964.189,67 DB	117.211,92	2.223,46	1.079.178,13 I
696-3	41010050030016	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	35.948,67 CR	-	2.223,46	38.172,13 I
686-6	41010050030011	ACERTOS DE ESTOQUES	-	1,11	-	1,11
680-7	41010050030008	DESPESAS AVALIAÇÃO INSTITUC. E DE CURSOS	910,00 DB	-	-	910,00
677-7	41010050030005	DESPESAS COM ALUGUÉIS	29.574,00 DB	5.358,80	-	34.932,80
1099-5	41010050030025	DESPESAS COM COBRANÇA BANCARIAS	244.325,64 DB	25.250,58	-	269.576,22 I
690-4	41010050030015	DESPESAS COM CONVÊNIOS	5.446,61 DB	600,00	-	6.046,61
1106-1	41010050030026	DESPESAS COM DISCENTES	58.306,11 DB	1.406,71	-	59.712,82
1069-3	41010050030019	DESPESAS COM FRETES	1.040,97 DB	126,03	-	1.167,00
1043-0	41010050030017	DESPESAS COM LIVROS, REVISTAS E JORNAIS	18.431,22 DB	1.950,46	-	20.381,68
401-4	41010050030027	DESPESAS COM PATROCÍNIO	500,00 DB	400,00	-	900,00
679-3	41010050030007	DESPESAS COM TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	8.620,30 DB	341,92	-	8.962,22
1092-8	41010050030023	DESPESAS COM VESTIBULAR	27.405,49 DB	3.218,31	-	30.623,80
237-2	41010050030020	INDENIZAÇÕES JUDICIAIS - TERCEIROS	800,00 DB	-	-	800,00
1045-6	41010050030018	INDENIZAÇÕES JUDICIAIS / CONTRATUAIS	2.500,00 DB	-	-	2.500,00
673-4	41010050030001	MANUTENÇÃO DA REITORIA	602.278,00 DB	78.558,00	-	680.836,00 I
691-2	4101005004	DEPRECIações, AMORTIZAções, PERDAS E PROVISões	995.478,58 DB	3.997.274,94	3.481.218,77	1.511.534,75 I
693-9	41010050040002	DESPESAS COM AMORTIZAÇÕES	35.108,73 DB	3.401,17	-	38.509,90
692-0	41010050040001	DESPESAS COM DEPRECIações	801.417,99 DB	97.400,28	-	898.818,27 I
1169-0	41010050040006	DESPESAS COM PERDAS - ESCOLA	1.749,14 DB	-	-	1.749,14
1055-3	41010050040005	DESPESAS COM PERDAS - GRADUAÇÃO	157.202,72 DB	24.313,22	10,08	181.505,86 I
694-7	41010050040003	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUIDIVOSOS	-	3.458.403,42	3.481.208,69	22.805,27 I
695-5	41010050040004	PROVISÃO RISCO DE CRÉDITO/COM.GAR. FIES	-	413.756,85	-	413.756,85 I
698-0	4101005005	CUSTOS COM INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	17.536,40 DB	-	5,21	17.531,19
699-8	41010050050001	BAIXA DO IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	17.536,40 DB	-	5,21	17.531,19
702-1	4101005006	DESPESAS FINANCEIRAS	1.238.968,68 DB	140.344,80	-	1.379.313,48 I
1170-3	41010050060009	DESCONTOS CONCEDIDOS S/ MENSALIDADES - ESCOLA	60.955,22 DB	0,01	-	60.955,23
703-0	41010050060001	DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE MENSALIDADES -GRAD	114.197,06 DB	1.463,88	-	115.660,94 I
1044-8	41010050060007	DESPESAS BANCARIAS	109.205,86 DB	2.561,02	-	111.766,88 I
711-0	41010050060005	IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS VARIAV	3.384,85 DB	874,46	-	4.259,31
704-8	41010050060002	JUROS SOBRE FINANCIAMENTOS	812.430,01 DB	85.016,10	-	897.446,11 I
705-6	41010050060003	JUROS SOBRE OUTROS PASSIVOS	138.795,68 DB	17.170,10	-	155.965,78 I
706-4	41010050060004	VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	-	33.259,23	-	33.259,23
707-2	4101005007	IMPOSTOS E TAXAS	2.777,29 DB	595,34	-	3.372,63
709-9	41010050070002	IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS	71,40 DB	-	-	71,40
708-0	41010050070001	IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS	-	595,34	-	595,34
710-2	41010050070003	IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	2.705,89 DB	-	-	2.705,89
713-7	4101005008	DESPESAS SUBVENçoes, CONV E CONTRATOS	766.775,27 DB	154.390,34	-	921.165,61 I
719-6	41010050080006	DESPESAS COM CONVÊNIOS ESTADUAIS	262.596,86 DB	41.543,49	-	304.140,35 I
720-0	41010050080007	DESPESAS COM CONVÊNIOS MUNICIPAIS	504.178,41 DB	112.846,85	-	617.025,26 I
726-9	4102	DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADES MEIO	79.192,18 DB	19.973,91	12.261,57	86.904,52
742-0	4102002	DESPESAS COM PESSOAL EFETIVO ATIV. MEIO	77.005,00 DB	19.744,21	12.261,57	84.487,64
743-9	4102002001	REMUNERAÇÃO PESSOAL TECN ATIVIDADE MEIO	68.357,56 DB	18.403,15	11.474,78	75.285,93
747-1	41020020010004	13º SALÁRIO AM	5.241,88 DB	4.007,43	3.673,48	5.575,83
749-8	41020020010006	AVISO PRÉDIO AM	3.742,42 DB	-	-	3.742,42

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2014

Contábil

Hora: 13:36:00

Balancete Contábil

Pág.: 0012

746-3	41020020010003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS AM	8.676,87 DB	8.888,89	7.801,30	9.764,46
744-7	41020020010001	SALÁRIOS E ORDENADOS AM	50.696,39 DB	5.506,83	-	56.203,22
752-8	4102002002	ENCARGOS SOCIAIS - ATIVIDADE MEIO	8.647,44 DB	1.341,06	786,79	9.201,71
753-6	41020020020001	FGTS TECNICOS AM	8.647,44 DB	1.341,06	786,79	9.201,71
764-1	4102003	DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE MEIO	2.187,18 DB	229,70	-	2.416,88
765-0	4102003001	DESPESAS GERAIS ATIVIDADE MEIO	2.187,18 DB	229,70	-	2.416,88
782-0	41020030010008	DESPESAS COM MATERIAIS DE MANUTENÇÃO AM	302,94 DB	91,49	-	394,43
1101-0	41020030010009	DESPESAS COM TAXAS E CONTRIBUIÇÕES AM	1.741,72 DB	120,00	-	1.861,72
766-8	41020030010001	DESPESAS MATERIAL DE EXPEDIENTE AM	142,52 DB	18,21	-	160,73
TOTAIS ==>			-	54.741.045,61	54.741.045,61	

ANEXO B – Balancete Contábil 2015

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0001

1-9 1	ATIVO	29.923.063,87 DB	22.294.602,39	26.037.514,54	26.180.151,72
5-1 11	ATIVO CIRCULANTE	13.893.660,70 DB	20.710.551,76	25.089.774,38	9.514.438,08
6-0 1101	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.178.549,95 DB	14.106.998,97	14.550.646,55	1.734.902,37
7-8 1101001	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.958,46 DB	2.167.010,78	2.170.286,52	5.682,72
8-6 1101001001	CAIXA	8.958,46 DB	2.167.010,78	2.170.286,52	5.682,72
9-4 11010010010001	CAIXA	8.958,46 DB	1.936.718,38	1.939.994,12	5.682,72 I
1039-1 11010010010005	CAIXA 1 TESOURARIA	-	52.468,39	52.468,39	-
1040-5 11010010010006	CAIXA 2 TESOURARIA	-	74.035,49	74.035,49	-
1041-3 11010010010007	CAIXA 3 TESOURARIA	-	3.685,62	3.685,62	-
1249-1 11010010010009	CAIXA 4 TESOURARIA	-	100.102,90	100.102,90	-
13-2 1101002	BANCOS	2.169.591,49 DB	11.939.988,19	12.380.360,03	1.729.219,65 I
791-9 1101002013	BANCOS CONTA MOVIMENTO - SANTIAGO	52.230,71 DB	9.674.546,84	9.273.252,35	453.525,20
902-4 11010020130010	BANCO BRADESCO SA	1,00 DB	66,15	66,15	1,00 I
901-6 11010020130009	BANCO COOPERATIVO SICREDI 05188-9	12.958,61 DB	123.963,24	99.964,03	36.957,82 I
900-8 11010020130008	BANCO COOPERATIVO SICREDI 3242-8	0,80 DB	33.101,02	33.091,82	10,00 I
896-6 11010020130004	BANCO COOPERATIVO SICREDI SA	175,70 CR	2.377.865,18	2.032.619,37	345.070,11 I
893-1 11010020130001	BANCO DO BRASIL	16.952,68 DB	37.950,17	34.296,83	20.606,02 I
904-0 11010020130012	BANCO DO BRASIL 28.967-1	-	134.510,07	134.510,07	-
894-0 11010020130002	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	-	2.050.825,47	2.050.542,54	282,93 I
898-2 11010020130006	BANCO SANTANDER	10,00 DB	2.891.706,03	2.891.706,03	10,00 I
1197-5 11010020130018	BANCO SANTANDER - 1085	982,99 DB	9.570,00	9.524,49	1.028,50 I
907-5 11010020130015	BANCO SANTANDER 290000212	5.409,19 DB	141.348,02	121.611,00	25.146,21 I
899-0 11010020130007	BANRISUL CONTA 019580.1-0	118,93 DB	17.660,81	17.660,81	118,93 I
1049-9 11010020130016	BANRISUL CONTA 26.019580.1-5	-	515.636,19	513.894,79	1.741,40 I
1345-5 11010020130025	BANRISUL S.A. 06.019580.7-6	-	10.218,15	10.110,77	107,38 I
1316-1 11010020130023	BANRISUL S.A. 06019580.5-3	295,10 DB	33.115,66	33.410,76	-
1324-2 11010020130024	BANRISUL S.A. 26.019580.6-6	-	187.583,59	184.215,35	3.368,24 I
906-7 11010020130014	BANRISUL SA 06.019580.3-7	-	33.737,99	33.635,95	102,04 I
895-8 11010020130003	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10.848,71 DB	1.075.689,10	1.071.172,17	15.365,64 I
897-4 11010020130005	H. S. B. C.	4.828,40 DB	-	1.219,42	3.608,98 I
792-7 1101002014	BANCO CONTA CONVENIOS - SANTIAGO	387.114,04 DB	210.680,00	308.883,93	288.910,11
1268-8 11010020140013	BANCOS CONVENIOS - BLOQUEIO JUDICIAL	288.873,18 DB	-	-	288.873,18 I
909-1 11010020140002	BANRISUL CONVENIO 01/2009 SMC-BOLA PRO F	72.989,65 DB	107.000,00	179.998,82	9,17 I
908-3 11010020140001	BANRISUL CONVENIO 01/2009 SMS - PIM	22.618,57 DB	32.180,00	54.815,69	17,12 I
1335-8 11010020140014	BANRISUL S.A. - AGDI	12,78 DB	48.500,00	48.449,56	63,22 I
910-5 11010020140003	BANRISUL SA 06.0678117-0-4 FORMA E SAUDE	43,91 DB	22.950,00	22.993,91	-
911-3 11010020140004	BANRISUL SA 06.067816.0-7 CEPP	2.575,95 DB	50,00	2.625,95	-
793-5 1101002015	APLICAÇÕES FINANCEIRAS CP - SANTIAGO	1.066.977,96 DB	2.050.524,10	2.513.540,83	603.961,23
1261-0 11010020150006	BANCO BRADESCO S.A. - CONTA APLICAÇÃO	1.726,08 DB	0,97	66,37	1.660,68 I
915-6 11010020150003	BANCO COOPERATIVO SICREDI - CONTA APLICA	895.148,79 DB	18.158,72	907.258,97	6.048,54 I
913-0 11010020150001	BANCO DO BRASIL SA - CONTA APLICAÇÕES	73.229,22 DB	94.803,94	40.360,28	127.672,88 I
916-4 11010020150004	BANCO SANTANDER - CONTA APLICAÇÕES	96.679,47 DB	1.240.669,38	1.023.327,73	314.021,12 I
914-8 11010020150002	BANRISUL SA - CONTA APLICAÇÕES	-	696.888,88	542.527,48	154.361,40 I
1213-0 11010020150005	CAIXA FEDERAL - CONTA APLICAÇÕES	194,40 DB	2,21	-	196,61 I
794-3 1101002016	APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONVENIOS - SANT	663.268,78 DB	4.237,25	284.682,92	382.823,11
1336-6 11010020160009	BANRISUL S.A. - AGDI	103.266,37 DB	155,24	48.541,42	54.880,19 I
1227-0 11010020160006	BANRISUL S.A. SCIT 06.072069.0-8	895,41 DB	6,38	-	901,79 I
1122-3 11010020160004	BANRISUL SCT CONTA Nº 06.068569.0-9	18.806,25 DB	133,91	-	18.940,16 I
1308-0 11010020160008	BANRISUL SDECT CONTA Nº 41.074768.0-6	540.300,75 DB	3.941,72	236.141,50	308.100,97 I

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0002

73-6 1102	CLIENTES E OUTROS RECEBIVEIS	10.594.247,41 DB	5.971.690,07	9.044.289,28	7.521.648,20
74-4 1102001	CRÉDITOS A RECEBER - ALUNOS	12.901.302,81 DB	2.161.175,34	6.017.722,21	9.044.755,94
75-2 1102001001	MENSALIDADES DE ALUNOS - PÓS E GRADUAÇÃO	1.865.419,02 DB	33.421,69	636.681,54	1.262.159,17
85-0 11020010010010	CRÉDITOS A RECEBER - CURSOS DE EXTENSÃO	20.620,00 DB	-	7.112,50	13.507,50
79-5 11020010010004	CRÉDITOS A RECEBER - GRADUAÇÃO	1.417.680,55 DB	33.421,69	506.954,62	944.147,62
80-9 11020010010005	CRÉDITOS A RECEBER - PG - ESPECIALIZAÇÃO	427.118,47 DB	-	122.614,42	304.504,05
96-5 1102001002	OUTROS CREDITOS COM ALUNOS - PÓS E GRADUAÇÃO	3.713.133,74 DB	1.937.574,26	3.086.624,16	2.564.083,84
100-7 11020010020004	CHEQUES EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	275.932,18 DB	-	143.403,31	132.528,87
101-5 11020010020005	CHEQUES EM COBRANÇA JUDICIAL	43.680,25 DB	-	1.583,88	42.096,37
97-3 11020010020001	CHEQUES PARA DEPÓSITOS FUTUROS	101.218,04 DB	119.124,10	79.765,63	140.576,51
953-9 11020010020011	CHEQUES RENEGOCIADOS	67.693,67 DB	-	50.295,64	17.398,03
104-0 11020010020008	CONTRATOS FIES A ADITAR	27.553,43 CR	1.787.287,98	1.759.734,55	-
1077-4 11020010020014	CRÉDITOS A RECEBER GRADUAÇÃO-SEMESTRES	1.435.800,09 DB	4.595,76	589.511,87	850.883,96
1078-2 11020010020015	RENEGOCIAÇÕES A RECEBER GRADUAÇÃO	1.727.658,53 DB	22.960,42	460.921,25	1.289.697,70
1079-0 11020010020016	RENEGOCIAÇÕES A RECEBER PÓS-GRADUAÇÃO	88.704,41 DB	3.606,00	1.408,03	90.902,36
123-6 1102001003	CRÉDITO EDUCATIVO - PÓS E GRADUAÇÃO	6.803.261,22 DB	189.035,23	2.095.733,68	4.896.562,77
954-7 11020010030005	ALUNOS - PLANO 100	-	5.292,50	5.292,50	-
127-9 11020010030004	ALUNOS CREDI-URI	2.074.248,56 DB	48.184,41	498.905,52	1.623.527,45
126-0 11020010030003	CRÉDITO EDUCATIVO - FIES	4.729.012,66 DB	135.558,32	1.591.535,66	3.273.035,32
1172-0 1102001004	MENSALIDADES DE ALUNOS - ESCOLA	231.520,99 DB	1.144,16	113.011,26	119.653,89
1123-1 11020010040001	CRÉDITOS A RECEBER - CURSOS TÉCNICOS	31.755,61 DB	-	12.099,09	19.656,52
77-9 11020010040002	CRÉDITOS A RECEBER - FUNDAMENTAL	138.019,91 DB	1.144,16	59.179,31	79.984,76
76-0 11020010040003	CRÉDITOS A RECEBER - INFANTIL	17.987,38 DB	-	14.249,51	3.737,87
78-7 11020010040004	CRÉDITOS A RECEBER - ENSINO MÉDIO	43.758,09 DB	-	27.483,35	16.274,74
1173-8 1102001005	OUTROS CRÉDITOS COM ALUNOS - ESCOLA	287.967,84 DB	-	85.671,57	202.296,27
1075-8 11020010050001	CRÉDITOS A RECEBER ESCOLA - ANOS ANTERIOR	287.967,84 DB	-	85.671,57	202.296,27
105-8 1102002	ADIANTAMENTOS	684.705,74 DB	246.536,75	641.807,04	289.435,45
106-6 1102002001	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	523.844,99 DB	242.986,75	636.107,04	130.724,70
122-8 11020020010016	ADIANTAMENTO DE 13º SALARIO	513.379,93 DB	4.537,05	517.916,98	-
118-0 11020020010012	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.860,00 DB	234.349,01	111.805,00	127.404,01
108-2 11020020010002	ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS	5.605,06 DB	4.100,69	6.385,06	3.320,65
128-7 1102002002	ADIANTAMENTOS DE VIAGENS	1.700,00 DB	3.550,00	5.250,00	-
129-5 11020020020001	ADIANTAMENTOS DE VIAGENS	1.700,00 DB	3.550,00	5.250,00	-
130-9 1102002003	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	159.160,75 DB	-	450,00	158.710,75
1267-0 11020020030002	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES CONVENIOS - I	158.501,50 DB	-	-	158.501,50
131-7 11020020030001	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	659,25 DB	-	450,00	209,25
132-5 1102003	CRÉDITOS A RECEBER - TERCEIROS	113.626,35 DB	82.036,97	67.557,99	128.105,33
133-3 1102003001	DEBITOS ENTRE UNIDADES DA URI	-	4.313,97	-	4.313,97
134-1 11020030010001	FURI - CAMPOS DE SANTO ANGELO	-	4.313,97	-	4.313,97
1282-3 1102003002	OUTROS CREDITOS A RECEBER DE TERCEIROS	113.626,35 DB	77.723,00	67.557,99	123.791,36
959-8 11020030020001	AUGUEIS A RECEBER	4.680,00 DB	2.340,00	-	7.020,00
1073-1 11020030020012	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	108.946,35 DB	75.383,00	67.557,99	116.771,36
146-5 1102005	SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS A REC	440.786,00 DB	-	161.330,00	279.456,00
147-3 1102005001	VALORES A REC SUBV, CONTR E CONVENIOS	440.786,00 DB	-	161.330,00	279.456,00

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0003

148-1 11020050010001	SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS A REC	440.786,00 DB	-	161.330,00	279.456,00
149-0 1102006	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS	87.770,07 CR	23.537,59	41.613,75	105.846,23
150-3 1102006001	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS	87.770,07 CR	23.537,59	41.613,75	105.846,23
158-9 11020060010002	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - B. BRASIL	24.183,62 CR	64,50	26.410,30	50.529,42
151-1 11020060010001	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - BANRISUL	6.977,50 CR	-	1.954,57	8.932,07
160-0 11020060010004	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - CEF	999,34 CR	-	4.980,24	5.979,58
1104-5 11020060010006	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - ITAU	260,48 CR	-	-	260,48
1105-3 11020060010007	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - SANTANDER	12.520,50 CR	113,44	-	12.407,06
159-7 11020060010003	(-) CRÉDITOS NÃO IDENTIFICADOS - SICREDI	42.828,63 CR	23.359,65	8.268,64	27.737,62
152-0 1102007	(-) CONTAS REDUTORAS	3.458.403,42 CR	3.458.403,42	2.114.258,29	2.114.258,29
153-8 1102007001	(-) CONTAS REDUTORAS	3.458.403,42 CR	3.458.403,42	2.114.258,29	2.114.258,29
155-4 11020070010002	(-) PROVISÃO DE DEVEDORES DUVIDOSOS	3.458.403,42 CR	3.458.403,42	2.114.258,29	2.114.258,29
161-9 1103	E S T O Q U E S	42.845,19 DB	2.119,80	6.995,39	37.969,60
162-7 1103001	ESTOQUES	42.845,19 DB	2.119,80	6.995,39	37.969,60
163-5 1103001001	ESTOQUES MATERIAL DE CONSUMO	42.845,19 DB	2.119,80	6.995,39	37.969,60
164-3 11030010010001	ALMOXARIFADO CENTRAL	42.845,19 DB	2.119,80	6.995,39	37.969,60
185-6 1104	DESPESAS EXERCÍCIOS SEGUINTE	367.539,55 DB	101.192,73	305.078,69	163.653,59
186-4 1104001	DESPESAS ANTECIPADAS	367.539,55 DB	101.192,73	305.078,69	163.653,59
187-2 1104001001	DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR	367.539,55 DB	101.192,73	305.078,69	163.653,59
1057-0 11040010010004	DESCONTOS ANTECIPADOS	10.777,47 DB	16.351,89	-	27.129,36
1050-2 11040010010002	JORNAIS E REVISTAS A APROPRIAR	7.043,79 DB	661,60	1.194,41	6.510,98
1051-0 11040010010003	JUROS A APROPRIAR	337.213,49 DB	84.179,24	301.369,82	120.022,91
188-0 11040010010001	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	12.504,80 DB	-	2.514,46	9.990,34
189-9 1105	RENUNCIA DE RECEITAS	710.478,60 DB	528.550,19	1.182.764,47	56.264,32
190-2 1105001	RENUNCIA DE RECEITAS - GRATUIDADES	710.478,60 DB	528.550,19	1.182.764,47	56.264,32
191-0 1105001001	BOLSAS EDUCACIONAIS	457.977,64 DB	392.804,31	850.781,95	
193-7 11050010010002	GRATUIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	27.544,92 DB	-	27.544,92	
192-9 11050010010001	GRATUIDADES ENSINO INFANTIL	7.834,08 DB	-	7.834,08	
194-5 11050010010003	GRATUIDADES ENSINO MÉDIO	13.603,33 DB	-	13.603,33	
195-3 11050010010004	GRATUIDADES GRADUAÇÃO	408.995,31 DB	392.804,31	801.799,62	
196-1 1105001002	BOLSAS POR DISSÍDIO	53.357,70 DB	35.575,27	88.932,97	
1168-1 11050010020004	BOLSA DISSÍDIO - DEPENDENTES ESCOLA	25.998,91 DB	-	25.998,91	
199-6 11050010020003	BOLSAS DISSÍDIO - DEPENDENTES	27.358,79 DB	35.575,27	62.934,06	
200-3 1105001003	BOLSAS COMPLEMENTARES	68.243,31 DB	0,45	11.979,44	56.264,32
67-1 11050010030006	BOLSAS COMPLEMENTARES - ENSINO MÉDIO	404,31 DB	0,45	404,76	
203-8 11050010030003	BOLSAS COMPLEMENTARES - GRADUAÇÃO	8.400,46 DB	-	8.400,46	
87-6 11050010030007	BOLSAS COMPLEMENTARES - POS-GRADUAÇÃO	59.438,54 DB	-	3.174,22	56.264,32
206-2 1105001004	DESCONTOS INCONDICIONAIS	130.899,95 DB	100.170,16	231.070,11	
208-9 11050010040002	DESCONTOS INCONDICIONAIS - FUNDAMENTAL	13.330,30 DB	-	13.330,30	
210-0 11050010040004	DESCONTOS INCONDICIONAIS - GRADUAÇÃO	101.003,95 DB	100.170,16	201.174,11	
207-0 11050010040001	DESCONTOS INCONDICIONAIS - INFANTIL	7.991,23 DB	-	7.991,23	
209-7 11050010040003	DESCONTOS INCONDICIONAIS - MÉDIO	8.574,47 DB	-	8.574,47	
213-5 12	ATIVO NAO CIRCULANTE	16.027.168,32 DB	1.584.050,63	947.740,16	16.663.478,79
214-3 1201	ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.027.168,32 DB	1.584.050,63	947.740,16	16.663.478,79
215-1 1201001	ATIVO REALIZAVEL A L ONGO PRAZO	3.544.658,69 DB	847.460,87	416.129,65	3.975.989,91

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0004

216-0	1201001001	CRÉDITOS A LONGO PRAZO PESSOAS JURIDICAS	607.290,62 DB	292.478,74	3.506,83	896.262,53 I
218-6	12010010010002	DESPESAS A APROPRIAR A LONGO PRAZO	3.391,87 DB	250.029,59	-	253.421,46 I
220-8	12010010010004	FUNDO DE GARANTIA MÍNIMA FIES-FGEDUC	183.262,53 DB	-	3.506,83	179.755,70 I
219-4	12010010010003	TITULOS FIES BLOQUEADOS ART. 17 PORT 1	420.636,22 DB	42.449,15	-	463.085,37 I
221-6	1201001002	CRÉDITOS A LONGO PRAZO PESSOAS FÍSICAS	2.210.157,87 DB	537.018,46	22.788,39	2.724.387,94 I
222-4	12010010020001	ALUNOS CREDI-URI FASE 01	1.484.693,09 DB	41.158,36	-	1.525.851,45 I
1053-7	12010010020005	JUROS S/ RENEGOCIAÇÕES	680.470,01 DB	3.226,36	22.788,39	660.907,98 I
224-0	12010010020003	MENSALIDADES A RECEBER LONGO PRAZO	44.994,77 DB	492.633,74	-	537.628,51 I
225-9	1201001003	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A LONGO PRAZO	204.600,44 DB	17.963,67	-	222.564,11 I
226-7	12010010030001	BANRISUL - CAPITALIZAÇÃO	17.743,68 DB	443,38	-	18.187,06 I
227-5	12010010030002	HSBC - CAPITALIZAÇÃO	14.859,52 DB	295,28	-	15.154,80 I
228-3	12010010030003	SANTANDER - CAPITALIZAÇÃO	86.021,20 DB	2.384,10	-	88.405,30 I
229-1	12010010030004	SICREDI - CAPITALIZAÇÃO	85.976,04 DB	14.840,91	-	100.816,95 I
231-3	1201001004	DEPOSITOS JUDICIAIS	522.609,76 DB	-	389.834,43	132.775,33 I
233-0	12010010040002	DEPÓSITOS JUDICIAIS - ALUNOS	104.017,36 DB	-	104.017,36	-
232-1	12010010040001	DEPÓSITOS JUDICIAIS - TRABALHISTAS	418.592,40 DB	-	285.817,07	132.775,33 I
733-1	1201002	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2.482.509,63 DB	736.589,76	531.610,51	2.687.488,88 D
734-0	1201002001	INVESTIMENTOS	2.320,00 DB	-	-	2.320,00 I
240-2	12010020010001	AÇÕES EM OUTRAS EMPRESAS	2.320,00 DB	-	-	2.320,00 I
735-8	1201002002	I M O B I L I Z A D O	8.833.752,00 DB	718.804,99	423.433,02	9.129.123,97 D
249-6	12010020020007	ACERVOS	1.801.113,83 DB	418,90	-	1.801.532,73 I
245-3	12010020020003	BENFEITORIAS	1.079.629,96 DB	19.735,10	-	1.099.365,06 I
269-0	12010020020013	CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS	29.092,26 DB	661,99	-	29.754,25 I
252-6	12010020020010	IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	416.610,99 DB	54.665,16	423.433,02	47.843,13 I
250-0	12010020020008	INSTALAÇÕES	655.863,61 DB	-	-	655.863,61 I
247-0	12010020020005	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	213.813,68 DB	-	-	213.813,68 I
248-8	12010020020006	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL	5.741.890,75 DB	235.627,16	-	5.977.517,91 I
246-1	12010020020004	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	928.792,72 DB	-	-	928.792,72 I
244-5	12010020020002	PRÉDIOS	7.213.420,55 DB	407.696,68	-	7.621.117,23 I
243-7	12010020020001	TERRENOS	316.606,22 DB	-	-	316.606,22 I
251-8	12010020020009	VEÍCULOS	436.917,43 DB	-	-	436.917,43 I
736-6	1201002003	(-) DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	7.559.834,89 CR	-	104.081,12	7.663.916,01 C
257-7	12010020030002	(-) DEPREC ACUMULADAS - BENFEITORIAS	104.159,80 CR	-	2.380,22	106.540,02 C
261-5	12010020030006	(-) DEPREC. ACUMULADAS - ACERVOS	1.220.922,21 CR	-	12.826,12	1.233.748,33 C
262-3	12010020030007	(-) DEPREC. ACUMULADAS - INSTALAÇÕES	187.918,59 CR	-	1.988,91	189.907,50 C
259-3	12010020030004	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MAQ. EQUI INFORM	133.740,33 CR	-	2.657,37	136.397,70 C
260-7	12010020030005	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MAQ. EQUI.GERAL	3.029.236,15 CR	-	62.434,79	3.091.670,94 C
258-5	12010020030003	(-) DEPREC. ACUMULADAS - MÓVEIS E UTENSI	646.718,52 CR	-	5.113,59	651.832,11 C
256-9	12010020030001	(-) DEPREC. ACUMULADAS - PRÉDIOS	1.943.804,91 CR	-	9.002,42	1.952.807,33 C
263-1	12010020030008	(-) DEPREC. ACUMULADAS - VEÍCULOS	293.334,38 CR	-	7.677,70	301.012,08 C
740-4	1201002006	I N T A N G Í V E L	1.433.020,10 DB	17.784,77	-	1.450.804,87 I
273-9	12010020060002	SISTEMA ERP TOTVS	1.142.502,29 DB	17.784,77	-	1.160.287,06 I
271-2	12010020060001	SOFTWARES	290.517,81 DB	-	-	290.517,81 I
741-2	1201002007	(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS INTANGIVEL	226.747,58 CR	-	4.096,37	230.843,95 C
277-1	12010020070001	(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS - SOFTWARE	226.747,58 CR	-	4.096,37	230.843,95 C

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0005

279-8 14	C O M P E N S A D O	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
280-1 1401	ATIVO COMPENSADO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
281-0 1401001	COMPENSAÇÃO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
282-8 1401001001	CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVAS	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
283-6 14010010010001	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	2.234,85 DB	-	-	2.234,85
2-7 2	P A S S I V O + PATRIMONIO LÍQUIDO	29.629.564,06 CR	20.564.490,16	16.345.185,59	25.410.259,49
290-9 21	P A S S I V O C I R C U L A N T E	14.444.350,39 CR	20.224.252,64	14.751.732,27	8.971.830,02
291-7 2101	OBRIGAÇÕES CURTO PRAZO	14.444.350,39 CR	20.224.252,64	14.751.732,27	8.971.830,02
292-5 2101001	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO E FINANCIAMENTO	11.592.028,63 CR	14.468.052,05	11.468.039,95	8.592.016,53
293-3 2101001001	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.169.533,84 CR	1.396.928,33	1.166.125,00	3.938.730,51
972-5 21010010010010	BANCO COOP SICREDI SA CONTA EMPRESTIMOS	1.252.452,78 CR	292.299,36	39.624,56	999.777,98
1198-3 21010010010028	BANCO SANTANDER - FINAME	113.256,70 CR	9.524,49	9.282,44	113.014,68
978-4 21010010010016	BANCO SANTANDER MERIDIONAL SA	1.087.503,65 CR	883.514,11	1.069.241,98	1.273.231,52
1160-6 21010010010027	BANCOS CHEQUE ESPECIAL	13.379,42 CR	13.379,42	-	-
981-4 21010010010019	BANRISUL CONTA EMPRESTIMOS	1.702.941,29 CR	198.210,95	47.976,02	1.552.706,36
303-4 2101001002	CRÉDITOS ROTATIVOS	969.863,30 CR	970.078,86	3.770,09	3.554,53
1301-3 21010010020005	BANCO SANTANDER SA - CREDITO ROTATIVO	304.505,94 CR	304.721,50	3.770,09	3.554,53
1339-0 21010010020007	BANRISUL S.A.	665.357,36 CR	665.357,36	-	-
308-5 2101001004	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	294.597,96 CR	601.337,10	399.351,13	92.611,99
309-3 21010010040001	FORNECEDORES DIVERSOS	294.597,96 CR	601.337,10	399.351,13	92.611,99
310-7 2101001005	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	364.552,30 CR	1.040.880,99	1.160.917,12	484.588,43
320-4 21010010050010	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	2.934,76 CR	3.014,01	2.847,91	2.768,66
323-9 21010010050013	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A USUFRUIR	-	665.312,14	665.312,14	-
317-4 21010010050007	FGTS A PAGAR	87.633,81 CR	114.788,76	164.176,94	137.021,98
311-5 21010010050001	INSS A PAGAR	76.240,87 CR	157.682,12	176.188,08	94.746,83
313-1 21010010050003	INSS A PAGAR - RETENÇÃO S/NFS	2.273,20 CR	2.273,22	2.273,22	2.273,20
315-8 21010010050005	IRRF A PAGAR	194.745,28 CR	97.142,81	149.524,70	247.127,17
1095-2 21010010050016	IRRF A PAGAR - RETENÇÃO S/RECIBOS	156,44 CR	156,44	138,44	138,44
314-0 21010010050004	PIS/COFINS/CSL - RETENÇÃO S/ SERVIÇOS	567,94 CR	511,49	455,69	512,14
324-7 2101001006	SALARIOS E BOLSAS-ESTAGIO A PAGAR	756.806,71 CR	1.225.249,66	1.251.643,92	783.200,97
328-0 21010010060004	BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS A PAGAR	22.738,58 CR	22.738,58	51.365,11	51.365,11
326-3 21010010060002	FÉRIAS A PAGAR	-	-	280.402,87	280.402,87
327-1 21010010060003	RESCISÕES A PAGAR	1.805,03 CR	85.315,10	87.822,85	4.312,78
325-5 21010010060001	SALÁRIOS A PAGAR	732.263,10 CR	1.117.195,98	832.053,09	447.120,27
329-8 2101001007	PROVISÕES	2.749.299,04 CR	2.749.299,04	1.279.036,22	1.279.036,22
331-0 21010010070002	PROVISÃO PARA 13 SALÁRIO	1.001.217,34 CR	1.001.217,34	-	-
333-6 21010010070004	PROVISÃO PARA ENCARGOS SOBRE 13 SALÁRIOS	39.130,13 CR	39.130,13	-	-
332-8 21010010070003	PROVISÃO PARA ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	126.475,75 CR	126.475,75	94.686,14	94.686,14
330-1 21010010070001	PROVISÃO PARA FÉRIAS	1.582.475,82 CR	1.582.475,82	1.184.350,08	1.184.350,08
334-4 2101001008	CONSIGNAÇÕES	192.611,19 CR	260.962,11	243.164,73	174.813,81
496-0 21010010080041	AGUA A PAGAR	2.066,01 CR	2.202,43	2.114,79	1.978,37
991-1 21010010080012	CONSIGNAÇÕES EMPRESTIMOS SANTANDER	16.998,55 CR	16.998,55	19.219,01	19.219,01
992-0 21010010080013	CONSIGNAÇÕES EMPRESTIMOS SICREDI	4.592,88 CR	4.592,88	2.911,64	2.911,64
339-5 21010010080005	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DA CEF	21.882,72 CR	21.882,72	28.853,06	28.853,06
338-7 21010010080004	EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DO BANRISUL SA	21.244,51 CR	17.660,81	19.143,28	22.726,98
495-2 21010010080040	ENERGIA ELETRICA A PAGAR	23.383,18 CR	47.714,18	27.480,64	3.149,64
1003-0 21010010080024	MENSALIDADES ASSOCIADOS SINPRO	2.390,92 CR	2.279,68	2.449,83	2.561,07

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0006

1090-1	21010010080030	OUTROS VALORES A REPASSAR	16.090,38 CR	5.831,20	2.915,60	13.174,78
340-9	21010010080006	PENSÃO JUDICIAL	2.302,51 CR	2.302,51	3.853,22	3.853,22
1004-9	21010010080025	PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	1.649,70 DB	-	2.834,68	1.184,98
1005-7	21010010080026	PLANO DE SAUDE UNIMED	-	37.165,63	37.165,63	
497-9	21010010080042	TELEFONE A PAGAR	6.258,93 CR	6.376,22	6.525,39	6.408,10
1014-6	21010010080035	VALE TRANSPORTE	-	8.905,00	8.905,00	
989-0	21010010080010	VALORES A PAGAR AFFURIS	77.050,30 CR	87.050,30	78.792,96	68.792,96
344-1	2101001009	ADIANTAMENTO DE MENSALIDADES	428.096,47 CR	5.547.693,12	5.838.597,79	719.001,14
347-6	21010010090003	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - ENS. MÉDIO	7.094,16 CR	-	11.536,59	18.630,75
346-8	21010010090002	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - FUNDAMENTAL	8.785,87 CR	-	17.980,51	26.766,38
348-4	21010010090004	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - GRADUAÇÃO	410.158,59 CR	5.547.693,12	5.807.783,68	670.249,15
345-0	21010010090001	ADIANTAMENTO MENSALIDADES - INFANTIL	2.057,85 CR	-	1.297,01	3.354,86
355-7	2101001010	CREDITOS ENTRE UNIDADES DA FURI	16.997,50 CR	122.603,49	112.394,20	6.788,21
358-1	21010010100003	FURI - ERECHIM	16.997,50 CR	16.997,50	-	
356-5	21010010100001	FURI - REITORIA	-	105.605,99	112.394,20	6.788,21
363-8	2101001011	SUBVENÇÕES, CONVENIOS E CONTRA APLICAR	1.649.670,32 CR	553.019,35	13.039,75	1.109.690,72
364-6	21010010110001	SUBVENÇÕES, CONVÊNIO E CONTRA APLICAR	1.649.670,32 CR	553.019,35	13.039,75	1.109.690,72
365-4	2101002	CONTRATOS EDUCACIONAIS A APROPRIAR	2.852.321,76 CR	5.756.200,59	3.283.692,32	379.813,49
366-2	2101002001	CONTRATOS A APROPRIAR - POS E GRADUAÇÃO	2.577.076,70 CR	5.480.955,53	3.283.692,32	379.813,49
371-9	21010020010005	CONTRATOS A APROPRIAR - ESPECIALIZAÇÃO	402.630,80 CR	22.817,31	-	379.813,49
370-0	21010020010004	CONTRATOS A APROPRIAR - GRADUAÇÃO	2.174.445,90 CR	5.458.138,22	3.283.692,32	
1178-9	2101002002	CONTRATOS A APROPRIAR - ESCOLA	275.245,06 CR	275.245,06	-	-
369-7	21010020020001	CONTRATOS A APROPRIAR - ENSINO MÉDIO	83.453,41 CR	83.453,41	-	
368-9	21010020020002	CONTRATOS A APROPRIAR - FUNDAMENTAL	155.754,86 CR	155.754,86	-	
367-0	21010020020003	CONTRATOS A APROPRIAR - INFANTIL	36.036,79 CR	36.036,79	-	
377-8	22	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.960.550,58 CR	340.237,52	1.593.453,32	8.213.766,38
378-6	2201	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.960.550,58 CR	340.237,52	1.593.453,32	8.213.766,38
379-4	2201001	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO E FINANCIAMENTO	6.960.550,58 CR	340.237,52	1.593.453,32	8.213.766,38
380-8	2201001001	OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS A LONGO PRAZO	3.754.008,22 CR	14.451,57	802.133,45	4.541.690,10
1018-9	22010010010006	BANCO SANTANDER 30000015970	2.465.925,90 CR	-	795.177,37	3.261.103,27
1021-9	22010010010009	BANRISUL - FINANCIAMENTOS A LP	1.106.060,53 CR	-	6.956,08	1.113.016,61
1025-1	22010010010013	SANTANDER MERIDIONAL - FINANC A LP	159.886,41 CR	9.282,44	-	150.603,97
1026-0	22010010010014	SICREDI - CAPITAL DE GIRO A LP	22.135,38 CR	5.169,13	-	16.966,25
382-4	2201001002	OUTRAS OPERAÇÕES DE CREDITO	247.502,14 CR	252.229,77	514.708,80	509.981,17
384-0	22010010020002	ACORDOS JUDICIAIS TRABALHISTAS A PAGAR L	111.516,79 CR	111.516,79	411.590,40	411.590,40
1220-3	22010010020006	PROCESSOS JUDICIAIS - ALUNOS	135.985,35 CR	140.712,98	103.118,40	98.390,77
386-7	2201001003	DEPOSITOS JUDICIAIS	601.040,79 CR	13.577,36	37.250,21	624.713,64
388-3	22010010030002	(-) DEPÓSITOS JUDICIAIS - INSS	380.708,95 DB	13.577,36	-	394.286,31
387-5	22010010030001	DEPÓSITOS JUDICIAIS - INSS	981.749,74 CR	-	37.250,21	1.018.999,97
392-1	2201001004	RECEITAS ANTECIPADAS LP	2.357.999,43 CR	59.978,82	239.360,86	2.537.381,47
1052-9	22010010040003	JUROS S/ RENEGOCIAÇÕES LP	680.469,16 CR	22.788,39	3.226,36	660.907,13
1107-0	22010010040004	RECEITAS DE BENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	1.677.530,27 CR	37.190,43	236.134,50	1.876.474,34
406-5	23	PATRIMONIO LIQUIDO	8.222.428,24 CR	-	-	8.222.428,24
407-3	2301	PATRIMONIO LIQUIDO	8.222.428,24 CR	-	-	8.222.428,24

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0007

408-1 2301001	PATRIMONIO LIQUIDO	8.222.428,24 CR	-	-	8.222.428,24
409-0 2301001001	PATRIMONIO LIQUIDO	8.222.428,24 CR	-	-	8.222.428,24
410-3 23010010010001	PATRIMONIO SOCIAL	8.222.428,24 CR	-	-	8.222.428,24
416-2 24	COMPENSADO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85
417-0 2401	PASSIVO COMPENSADO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85
418-9 2401001	COMPENSADO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85
419-7 2401001001	CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVAS	2.234,85 CR	-	-	2.234,85
420-0 24010010010001	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	2.234,85 CR	-	-	2.234,85
3-5 3	RECEITAS	27.577.285,84 CR	631.978,69	4.523.920,41	31.469.227,54
427-8 31	RECEITAS OPERACIONAIS	27.577.285,84 CR	631.978,69	4.523.920,41	31.469.227,54
428-6 3101	RECEITAS - SEM RESTRIÇÕES	26.554.754,47 CR	631.978,69	4.197.132,55	30.119.908,33
429-4 3101001	RECEITAS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES FIM	26.506.884,47 CR	631.978,69	4.193.027,55	30.067.933,33
430-8 3101001001	RECEITAS DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	28.352.524,88 CR	12.823,63	2.504.812,58	30.844.513,85
440-5 31010010010010	INSCRIÇÃO EM VESTIBULARES	7.930,00 CR	-	-	7.930,00
438-3 31010010010008	INSCRIÇÕES EM CURSOS	6.393,72 CR	-	-	6.393,72
439-1 31010010010009	INSCRIÇÕES EM EVENTOS ACADÊMICOS	734,00 CR	-	-	734,00
434-0 31010010010004	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - MÉDIO PROFIS	215.428,11 CR	-	19.228,78	234.656,89
433-2 31010010010003	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - ENSINO MÉDIO	703.757,99 CR	3.366,50	64.224,63	764.616,12
437-5 31010010010007	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - EXTENSÃO	100.850,00 CR	-	-	100.850,00
432-4 31010010010002	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - FUNDAMENTAL	1.714.978,83 CR	1.589,13	155.754,86	1.869.144,56
435-9 31010010010005	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - GRADUAÇÃO	25.004.002,34 CR	7.868,00	2.206.750,21	27.202.884,55
431-6 31010010010001	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - INFANTIL	390.920,61 CR	-	36.036,79	426.957,40
436-7 31010010010006	MENSALIDADES EDUCACIONAIS - PÓS-GRADUAÇ.	207.529,28 CR	-	22.817,31	230.346,59
441-3 3101001002	RECEITAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS	535.431,10 CR	-	183.339,40	718.770,50
445-6 31010010020004	ANÁLISES LABORATORIAIS	5.265,00 CR	-	-	5.265,00
444-8 31010010020003	ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	101.740,00 CR	-	45.540,00	147.280,00
447-2 31010010020006	CONTRATOS SETOR PRIVADO	335.516,10 CR	-	137.799,40	473.315,50
446-4 31010010020005	CONTRATOS SETOR PÚBLICO	90.900,00 CR	-	-	90.900,00
448-0 31010010020007	HORAS TÉCNICAS	850,00 CR	-	-	850,00
450-2 31010010020009	RECEITAS COM CURSOS E TREINAMENTOS	1.160,00 CR	-	-	1.160,00
451-0 3101001003	RECEITAS COM SERVIÇOS INTERNOS	89.090,54 CR	49,20	4.854,47	93.895,81
458-8 31010010030007	RECEITAS DE BIBLIOTECA	17.327,41 CR	-	602,00	17.929,41
454-5 31010010030003	TAXA DE EXPEDIENTE	71.763,13 CR	49,20	4.252,47	75.966,40
459-6 3101001004	(-) DEDUÇÕES - ASSISTENCIA EDUCACIONAL	5.216.325,85 DB	466.661,90	1.589,13	5.681.398,62
468-5 31010010040009	(-) BOLSAS - PROGRAMAS PRÓPRIOS - GRADUAÇ	764.312,16 DB	66.838,34	-	831.150,50
463-4 31010010040004	(-) BOLSAS - PROUNI - FUNDAMENTAL	302.994,12 DB	27.544,92	1.589,13	328.949,91
469-3 31010010040010	(-) BOLSAS - PROUNI - GRADUAÇÃO	3.913.207,73 DB	350.841,68	-	4.264.049,41
461-8 31010010040002	(-) BOLSAS - PROUNI - INFANTIL	86.174,88 DB	7.834,08	-	94.008,96
465-0 31010010040006	(-) BOLSAS - PROUNI - MÉDIO	118.500,80 DB	10.772,80	-	129.273,60
467-7 31010010040008	(-) BOLSAS - PROUNI - PROFISSIONALIZANTE	31.136,16 DB	2.830,08	-	33.966,24
471-5 3101001005	(-) DEDUÇÕES - OUTRAS	1.569.061,84 DB	136.355,54	4.002,14	1.701.415,24
472-3 31010010050001	(-) AUXILIO TRANSPORTE A DISCENTES - GRADUAÇ	131.435,24 DB	11.017,95	-	142.453,19
492-8 31010010050021	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - EXTENSÃO	1.400,00 DB	-	-	1.400,00
479-0 31010010050008	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - PÓS-GRAD	23.944,56 DB	3.174,22	-	27.118,78
477-4 31010010050006	(-) BOLSAS COMPLEMENTARES - PROFISSIONAL	4.448,07 DB	404,76	-	4.852,83
484-7 31010010050013	(-) CANCELAMENTOS CONTRATOS - GRADUAÇÃO	2.918,16 DB	-	-	2.918,16
483-9 31010010050012	(-) CANCELAMENTOS CONTRATOS - PROFISSION	19.459,23 DB	-	-	19.459,23
487-1 31010010050016	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - FUNDAMENT	146.550,66 DB	13.330,30	635,64	159.245,32

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Contábil

Balancete Contábil

Hora: 13:34:41

Pág.: 0008

Data: 31/12/2015

490-1 31010010050019	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - GRADUAÇÃO	1.059.020,10 DB	91.862,61	-	1.150.882,71
486-3 31010010050015	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - INFANTIL	86.999,06 DB	7.991,23	-	94.990,29
488-0 31010010050017	(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS - MÉDIO	88.873,59 DB	8.574,47	3.366,50	94.081,56
493-6 31010010050022	(-) DEVOLUÇÃO MENSALIDADES - ESCOLA BÁSI	3.249,27 DB	-	-	3.249,27
494-4 31010010050023	(-) DEVOLUÇÃO MENSALIDADES - GRADUAÇÃO	763,90 DB	-	-	763,90
803-6 3101001006	RECEITAS FINANCEIRAS	260.231,02 CR	13.088,42	125.879,50	373.022,10
499-5 31010010060001	ACRÉSCIMOS SOBRE MENSALIDADES	141.582,57 CR	-	15.937,74	157.520,31
500-2 31010010060002	DESCONTOS OBTIDOS	6.555,98 CR	-	31.343,19	37.899,17
501-0 31010010060003	JUROS RECEBIDOS OU AUFERIDOS	794,16 CR	-	47,57	841,73
503-7 31010010060005	RENDIMENTOS APLICAÇÕES FINANCEIRAS R.VAR	23.946,95 CR	-	7.114,86	31.061,81
504-5 31010010060006	VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA	87.351,36 CR	13.088,42	71.436,14	145.699,08
804-4 3101001007	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES REC	4.885,62 CR	-	8.297,76	13.183,38
507-0 31010010070002	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS FISICAS	2.274,67 CR	-	198,30	2.472,97
506-1 31010010070001	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS JURÍDICAS	2.610,95 CR	-	8.099,46	10.710,41
805-2 3101001008	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	116.056,24 CR	3.000,00	694.940,43	807.996,67
510-0 31010010080001	ALUGUÉIS RECEBIDOS	37.860,00 CR	-	3.040,00	40.900,00
513-4 31010010080004	INDENIZAÇÕES DE SEGUROS	-	-	17.738,65	17.738,65
514-2 31010010080005	MENSALIDADES RECUPERADAS	58.974,78 CR	-	2.817,36	61.792,14
120-1 31010010080008	OUTROS CRÉDITOS RECUPERADOS	19.221,46 CR	3.000,00	671.344,42	687.565,88
808-7 3101001011	ISENÇÕES USUFRUIDAS	3.934.052,76 CR	-	665.312,14	4.599.364,90
540-1 31010010110005	ISENÇÃO COFINS	842.485,27 CR	-	80.729,55	923.214,82
537-1 31010010110002	ISENÇÃO COM RAT/SAT	120.676,16 CR	-	22.873,63	143.549,79
1129-0 31010010110006	ISENÇÃO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL AUTÔNOMOS	14.325,85 CR	-	1.304,99	15.630,84
536-3 31010010110001	ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS	2.413.522,83 CR	-	457.472,63	2.870.995,46
538-0 31010010110003	ISENÇÃO COTA PATRONAL INSS TERCEIROS	543.042,65 CR	-	102.931,34	645.973,99
814-1 3101002	RECEITAS ATIVIDADES MEIO	47.870,00 CR	-	4.105,00	51.975,00
815-0 3101002001	RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE MEIO	47.870,00 CR	-	4.105,00	51.975,00
1144-4 31010020010006	APOIO CULTURAL	47.870,00 CR	-	4.105,00	51.975,00
817-6 3102	RECEITAS COM RESTRIÇÕES (CR)	1.022.531,37 CR	-	326.787,86	1.349.319,23
818-4 3102001	RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADES FIM CR	1.022.531,37 CR	-	326.787,86	1.349.319,23
819-2 3102001001	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇ. E SUBVENÇÕES REC-CR	347.958,07 CR	-	36.743,22	384.701,29
820-6 31020010010001	DOAÇÕES RECEBIDAS PESSOAS JURÍDICAS -CR	347.958,07 CR	-	36.743,22	384.701,29
823-0 3102001002	RECEITAS COM SUB.CONV E CONTR - CR	674.573,30 CR	-	290.044,64	964.617,94
829-0 31020010020006	RECEITAS COM CONVÊNIOS ESTADUAIS - CR	244.826,88 CR	-	48.456,56	293.283,44
830-3 31020010020007	RECEITAS COM CONVÊNIOS MUNICIPAIS - CR	429.746,42 CR	-	233.635,58	663.382,00
832-0 31020010020009	RECEITAS COM SUBVENÇÕES FEDERAIS - CR	-	-	7.952,50	7.952,50
4-3 4	D E S P E S A S	27.283.786,03 DB	9.991.639,74	6.576.090,44	30.699.335,33
559-2 41	DESPESAS OPERACIONAIS ENSINO SUPERIOR	27.283.786,03 DB	9.991.639,74	6.576.090,44	30.699.335,33
560-6 4101	DESPESAS OPERACIONAIS DA ATIVIDADE FIM	27.214.199,34 DB	9.967.129,56	6.559.430,62	30.621.898,28
561-4 4101001	DESPESAS COM PESSOAL EFETIVO	18.541.622,05 DB	5.036.707,22	3.008.994,04	20.569.335,23
562-2 4101001001	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - DOCENTES	10.310.424,97 DB	3.319.435,42	2.056.881,06	11.572.979,33
1109-6 41010010010010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	27.650,37 CR	-	18.872,73	46.523,10
566-5 41010010010004	13º SALÁRIO DOCENTES	819.123,65 DB	827.870,38	795.909,44	851.084,59
569-0 41010010010007	AJUDA DE CUSTO A DOCENTES	10.725,44 DB	742,15	-	11.467,59
568-1 41010010010006	AVISO PRÉVIO A DOCENTES	23.348,64 DB	27.463,69	-	50.812,33
565-7 41010010010003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS DOCENTES	1.052.946,27 DB	1.321.681,02	1.233.470,95	1.141.156,34

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0009

571-1	41010010010009	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS A DOCENTES	17.517,05 DB	585.183,68	-	602.700,73 I
1343-9	41010010010011	REMUNERAÇÃO DE DOCENTES DE OUTRAS UNIDAI	2.041,10 CR	4.720,09	8.627,94	5.948,95 C
563-0	41010010010001	SALÁRIOS E ORDENADOS DOCENTES	8.416.455,39 DB	551.774,41	-	8.968.229,80 I
572-0	4101001002	ENCARGOS SOCIAIS - DOCENTES	892.478,09 DB	206.623,74	132.348,85	966.752,98 I
1110-0	41010010020003	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	4.374,98 CR	-	2.272,25	6.647,23 C
573-8	41010010020001	FGTS DOCENTES	896.853,07 DB	206.623,74	130.076,60	973.400,21 I
575-4	4101001003	BENEFÍCIOS - DOCENTES	969.644,39 DB	72.601,70	-	1.042.246,09 I
581-9	41010010030006	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DOCENTES	275.367,82 DB	10.018,51	-	285.386,33 I
1175-4	41010010030011	BOLSAS DE ESTUDO DISSÍDIO DOCENTES - ESCOL	271.542,13 DB	25.998,91	-	297.541,04 I
579-7	41010010030004	BOLSAS DE ESTUDO DISSÍDIO DOCENTES - POS E	321.401,81 DB	27.820,73	-	349.222,54 I
1238-6	41010010030012	PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADO - CEF	13.247,03 DB	-	-	13.247,03 I
577-0	41010010030002	PLANO DE SAÚDE DOCENTES	88.085,60 DB	8.763,55	-	96.849,15 I
586-0	4101001004	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL - TECNICO ADM	2.087.629,81 DB	708.044,08	754.142,14	2.041.531,75 I
1270-0	41010010040010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	452.858,39 CR	-	215.441,29	668.299,68 C
590-8	41010010040004	13º SALÁRIO TEC. ADM	209.596,76 DB	199.549,15	200.363,64	208.782,27 I
592-4	41010010040006	AVISO PRÉVIO TEC. ADM	4.091,27 DB	322,18	-	4.413,45 I
589-4	41010010040003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS TEC. ADM	280.059,63 DB	354.315,97	338.337,21	296.038,39 I
587-8	41010010040001	SALÁRIOS E ORDENADOS TEC. ADM	2.046.740,54 DB	153.856,78	-	2.200.597,32 I
596-7	4101001005	ENCARGOS SOCIAIS - TECNICOS ADMINSTRAT	172.273,70 DB	50.621,85	45.934,67	176.960,88 I
1271-8	41010010050003	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	63.369,28 CR	-	11.453,29	74.822,57 C
597-5	41010010050001	FGTS TEC. ADM	235.642,98 DB	50.621,85	34.481,38	251.783,45 I
599-1	4101001006	BENEFÍCIOS - TECNICOS ADMINISTRATIVOS	175.118,33 DB	14.068,29	19.687,32	169.499,30 I
1114-2	41010010060008	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	65.487,63 CR	-	19.667,32	85.154,95 C
605-0	41010010060006	APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO TEC. ADM	47.883,05 DB	474,52	-	48.357,57 I
1237-8	41010010060012	PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADO - CEF	2.042,47 DB	-	-	2.042,47 I
601-7	41010010060002	PLANO DE SAÚDE TEC. ADM	49.461,82 DB	4.929,50	-	54.391,32 I
608-4	41010010060009	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO TEC. ADM	1.485,00 DB	315,00	20,00	1.780,00 I
768-4	41010010060010	SEGUROS DOCENTES TEC. ADM	24.040,65 DB	1.660,07	-	25.700,72 I
769-2	41010010060007	VALE TRANSPORTE TEC. ADM	115.692,97 DB	6.689,20	-	122.382,17 I
609-2	4101001007	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.934.052,76 DB	665.312,14	-	4.599.364,90 I
1130-4	41010010070006	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL AUTONOMOS	14.325,85 DB	1.304,99	-	15.630,84 I
610-6	41010010070001	COTA PATRONAL INSS	2.413.522,83 DB	457.472,63	-	2.870.995,46 I
612-2	41010010070003	COTA PATRONAL INSS TERCEIROS	543.042,65 DB	102.931,34	-	645.973,99 I
614-9	41010010070005	DESPESAS COFINS	842.485,27 DB	80.729,55	-	923.214,82 I
611-4	41010010070002	DESPESAS COM RAT/SAT	120.676,16 DB	22.873,63	-	143.549,79 I
615-7	4101002	DESPESAS COM PESSOAL SEM VINCULO	688.567,33 DB	179.206,10	-	867.773,43 I
616-5	4101002001	REMUNERAÇÃO PESSOAL SEM VINCULO	688.567,33 DB	179.206,10	-	867.773,43 I
1140-1	41010020010004	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.574,00 CR	-	-	2.574,00 C
619-0	41010020010003	BOLSA ESTÁGIO	547.806,94 DB	88.907,11	-	636.714,05 I
617-3	41010020010001	HONORÁRIOS PESSOAS FÍSICAS	68.566,76 DB	6.524,97	-	75.091,73 I
618-1	41010020010002	HONORÁRIOS PESSOAS JURÍDICA	74.767,63 DB	83.774,02	-	158.541,65 I
624-6	4101003	DESPESAS COM SERVIÇOS E UTILIDADES	1.287.992,05 DB	108.980,62	-	1.396.972,67 I
625-4	4101003001	DESPESAS COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	652.604,89 DB	56.207,90	-	708.812,79 I
1113-4	41010030010009	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.225,00 CR	-	-	1.225,00 C
627-0	41010030010002	DESPESAS COM ASSESSORIAS E CONSULTORIAS	6.485,90 DB	2.156,45	-	8.642,35 I
626-2	41010030010001	DESPESAS COM AUDITORIA	58.253,69 DB	5.295,79	-	63.549,48 I

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:41

Balancete Contábil

Pág.: 0010

630-0 41010030010005	DESPESAS COM LIMPEZA	226.992,48 DB	19.100,53	-	246.093,01
631-9 41010030010006	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	68.023,30 DB	2.895,00	-	70.918,30
632-7 41010030010007	DESPESAS COM MEDICINA DO TRABALHO	52.006,18 DB	4.604,80	-	56.610,98
629-7 41010030010004	DESPESAS COM VIGILÂNCIA	242.068,34 DB	22.155,33	-	264.223,67
634-3 4101003002	DESPESAS COM SERVIÇOS PUBLICOS E UTILID	635.387,16 DB	52.772,72	-	688.159,88
1100-2 41010030020012	(-)RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	10.079,59 CR	-	-	10.079,59
635-1 41010030020001	DESPESAS COM ÁGUA	44.254,47 DB	2.114,79	-	46.369,26
643-2 41010030020009	DESPESAS COM CORREIOS	8.678,93 DB	721,27	-	9.400,20
636-0 41010030020002	DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA	343.544,07 DB	27.480,64	-	371.024,71
644-0 41010030020010	DESPESAS COM ESTACIONAMENTO ROTATIVO	-	13,50	-	13,50
638-6 41010030020004	DESPESAS COM INTERNET	135.310,14 DB	13.109,81	-	148.419,95
640-8 41010030020006	DESPESAS COM SEGUROS DE BENS	27.267,29 DB	2.514,46	-	29.781,75
641-6 41010030020007	DESPESAS COM SERVIÇOS PROTEÇÃO AO CRÉD	9.335,40 DB	715,50	-	10.050,90
642-4 41010030020008	DESPESAS COM SERVIÇOS DE CARTÓRIOS	34.610,19 DB	1.772,18	-	36.382,37
637-8 41010030020003	DESPESAS COM TELEFONE	42.466,26 DB	4.330,57	-	46.796,83
645-9 4101004	DESPESAS COM MATERIAIS E MANUTENÇÕES	688.391,43 DB	45.981,79	-	734.373,22
646-7 4101004001	DESPESAS COM MATERIAIS	542.021,34 DB	36.571,96	-	578.593,30
1111-8 41010040010010	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.841,10 CR	-	-	1.841,10
654-8 41010040010007	DESPESAS COM FOTOCOPIAS E ENCADERNAÇÕES	15.233,59 DB	20.862,17	-	36.095,76
653-0 41010040010006	DESPESAS COM GENEROS ALIMENTÍCIOS	9.206,59 DB	1.293,05	-	10.499,64
650-5 41010040010003	DESPESAS COM IMOBILIZADO PEQUENO VALOR	23.221,13 DB	40,00	-	23.261,13
1056-1 41010040010009	DESPESAS COM MATERIAL DE CONSUMO	337.017,47 DB	9.618,25	-	346.635,72
649-1 41010040010002	DESPESAS COM MATERIAL DE EXPEDIENTE	137.905,94 DB	4.739,79	-	142.645,73
647-5 41010040010001	DESPESAS COM MATERIAL DE LABORATÓRIO	12.982,51 DB	-	-	12.982,51
652-1 41010040010005	DESPESAS COM MATERIAL DE LIMPEZA E CONS	6,36 DB	-	-	6,36
651-3 41010040010004	DESPESAS COM MATERIAL DECORATIVO	2.622,75 DB	-	-	2.622,75
681-5 41010040010008	DESPESAS CONFECÇÃO, EXP. REGIST.DIPLOMAS	5.666,10 DB	18,70	-	5.684,80
655-6 4101004002	DESPESAS COM MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	146.370,09 DB	9.409,83	-	155.779,92
1132-0 41010040020005	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	9.682,40 CR	-	-	9.682,40
775-7 41010040020004	DESPESA COM MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	51.234,68 DB	110,95	-	51.345,63
656-4 41010040020001	DESPESAS C/MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	67.744,73 DB	4.383,58	-	72.128,31
658-0 41010040020003	DESPESAS COM MANUTENÇÃO BENS TERCEIROS	7.135,00 DB	-	-	7.135,00
657-2 41010040020002	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	26.456,43 DB	4.915,30	-	31.371,73
1201-7 41010040020006	DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES	3.481,65 DB	-	-	3.481,65
659-9 4101005	DESPESAS GERAIS	6.007.626,48 DB	4.596.253,83	3.550.436,58	7.053.443,73
660-2 4101005001	DESPESAS DE VIAGENS	395.493,00 DB	39.630,17	4.255,00	430.868,17
1112-6 41010050010013	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	38.063,17 CR	-	4.255,00	42.318,17
276-3 41010050010010	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	6.216,62 DB	1.811,05	-	8.027,67
661-0 41010050010001	DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS	151.822,69 DB	14.152,96	-	165.975,65
405-7 41010050010012	DESPESAS COM DIÁRIAS DE VIAGENS	140,00 DB	-	-	140,00
665-3 41010050010005	DESPESAS COM HOSPEDAGENS	48.525,39 DB	7.075,00	-	55.600,39
662-9 41010050010002	DESPESAS COM MANUTENÇÕES DE VEÍCULOS	48.747,37 DB	4.294,74	-	53.042,11
664-5 41010050010004	DESPESAS COM PASSAGENS	268,80 DB	37,55	-	306,35
666-1 41010050010006	DESPESAS COM RELATÓRIOS DE VIAGENS	113.869,05 DB	9.999,99	-	123.869,04
663-7 41010050010003	DESPESAS COM TAXAS E EMPLACAMENTOS VEIC	3.843,83 DB	-	-	3.843,83
404-9 41010050010011	DESPESAS COM TRANSPORTE	60.122,42 DB	2.258,88	-	62.381,30
667-0 4101005002	DESPESAS COM PUBLICIDADES E EVENTOS	228.366,26 DB	15.557,69	-	243.923,95
668-8 41010050020001	DESPESAS COM APOIO INSTITUCIONAL	7.700,00 DB	1.500,00	-	9.200,00
671-8 41010050020004	DESPESAS COM CONFRATERNIZAÇÕES E HOMENAJ	296,88 DB	732,86	-	1.029,74

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:42

Balancete Contábil

Pág.: 0011

1094-4 41010050020005	DESPESAS COM EVENTOS ACADÊMICOS	1.667,53 DB	-	-	1.667,53
670-0 41010050020003	DESPESAS COM EVENTOS SOCIAIS	1.623,75 DB	-	-	1.623,75
669-6 41010050020002	DESPESAS COM PUBLICIDADES E PROPAGANDA	217.078,10 DB	13.324,83	-	230.402,93
672-6 4101005003	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.093.556,22 DB	262.997,32	65.802,64	1.290.750,90
696-3 41010050030016	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	40.780,22 CR	-	1.862,72	42.642,94
686-6 41010050030011	ACERTOS DE ESTOQUES	-	4,46	-	4,46
680-7 41010050030008	DESPESAS AVALIAÇÃO INSTITUC. E DE CURSOS	1.786,50 DB	-	-	1.786,50
677-7 41010050030005	DESPESAS COM ALUGUÉIS	46.570,30 DB	5.615,60	-	52.185,90
1313-7 41010050030031	DESPESAS COM BIBLIOTECA DIGITAL	10.445,09 DB	3.432,38	-	13.877,47
1099-5 41010050030025	DESPESAS COM COBRANÇA BANCARIAS	277.381,47 DB	29.045,43	-	306.426,90
690-4 41010050030015	DESPESAS COM CONVÊNIOS	8.077,13 DB	850,00	-	8.927,13
688-2 41010050030013	DESPESAS COM CUSTAS PROC. JUDICIAIS	9.918,79 DB	700,00	-	10.618,79
1106-1 41010050030026	DESPESAS COM DISCENTES	56.638,73 DB	4.384,49	-	61.023,22
1069-3 41010050030019	DESPESAS COM FRETES	318,58 DB	-	-	318,58
1043-0 41010050030017	DESPESAS COM LIVROS, REVISTAS E JORNAIS	18.783,91 DB	1.729,81	-	20.513,72
401-4 41010050030027	DESPESAS COM PATROCINIO	880,00 DB	-	-	880,00
679-3 41010050030007	DESPESAS COM TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	6.663,74 DB	1.107,42	-	7.771,16
1092-8 41010050030023	DESPESAS COM VESTIBULAR	23.209,60 DB	922,03	-	24.131,63
237-2 41010050030020	INDENIZAÇÕES JUDICIAIS - TERCEIROS	-	130.362,70	63.939,92	66.422,78
673-4 41010050030001	MANUTENÇÃO DA REITORIA	673.662,60 DB	84.843,00	-	758.505,60
691-2 4101005004	DEPRECIações, AMORTIZAÇÕES, PERDAS E PROV	1.450.844,24 DB	3.763.982,26	3.459.889,53	1.754.936,97
693-9 41010050040002	DESPESAS COM AMORTIZAÇÕES	37.674,53 DB	5.087,11	-	42.761,64
692-0 41010050040001	DESPESAS COM DEPRECIações	1.089.135,64 DB	107.451,89	1.486,11	1.195.101,42
1169-0 41010050040006	DESPESAS COM PERDAS - ESCOLA	5.520,23 DB	82.196,29	-	87.716,52
1055-3 41010050040005	DESPESAS COM PERDAS - GRADUAÇÃO	58.109,52 DB	1.187.363,56	-	1.245.473,08
694-7 41010050040003	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUIDIVOSOS	-	2.114.258,29	3.458.403,42	1.344.145,11
695-5 41010050040004	PROVISÃO RISCO DE CRÉDITO/COM.GAR. FIES	260.404,32 DB	267.625,12	-	528.029,44
698-0 4101005005	CUSTOS COM INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	4.140,73 CR	12.231,49	2.875,40	5.215,36
699-8 41010050050001	BAIXA DO IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	4.140,73 CR	12.231,49	2.875,40	5.215,36
702-1 4101005006	DESPESAS FINANCEIRAS	2.163.989,02 DB	211.852,25	17.614,01	2.358.227,26
1170-3 41010050060009	DESCONTOS CONCEDIDOS S/ MENSALIDADES - ES	118.032,43 DB	0,11	508,52	117.524,02
703-0 41010050060001	DESCONTOS CONCEDIDOS SOBRE MENSALIDADES	153.143,90 DB	16.449,48	17.105,49	152.487,85
1044-8 41010050060007	DESPESAS BANCARIAS	87.689,71 DB	1.888,53	-	89.578,24
1278-5 41010050060010	DESPESAS BANCARIAS - CARTÃO DE CRÉDITO	120,00 DB	-	-	120,00
711-0 41010050060005	IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS VARIAV	8.127,50 DB	1.314,48	-	9.441,98
704-8 41010050060002	JUROS SOBRE FINANCIAMENTOS	1.786.787,33 DB	154.884,55	-	1.941.671,88
705-6 41010050060003	JUROS SOBRE OUTROS PASSIVOS	809,55 DB	64,89	-	874,44
706-4 41010050060004	VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	9.278,60 DB	37.250,21	-	46.528,81
707-2 4101005007	IMPOSTOS E TAXAS	4.870,17 DB	33,01	-	4.903,18
709-9 41010050070002	IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS	126,79 DB	-	-	126,79
708-0 41010050070001	IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS	2.043,98 DB	-	-	2.043,98
710-2 41010050070003	IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS	2.699,40 DB	33,01	-	2.732,41
713-7 4101005008	DESPESAS SUBVENÇÕES, CONV E CONTRATOS	674.648,30 DB	289.969,64	-	964.617,94
719-6 41010050080006	DESPESAS COM CONVÊNIOS ESTADUAIS	244.826,88 DB	48.456,56	-	293.283,44
720-0 41010050080007	DESPESAS COM CONVÊNIOS MUNICIPAIS	429.821,42 DB	233.560,58	-	663.382,00
718-8 41010050080005	DESPESAS COM CONVÊNIO FEDERAIS	-	7.952,50	-	7.952,50
726-9 4102	DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADES MEIO	69.586,69 DB	24.510,18	16.659,82	77.437,05

006-FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA-URI CAMPUS SANTIAGO

Data: 31/12/2015

Contábil

Hora: 13:34:42

Balancete Contábil

Pág.: 0012

742-0	4102002	DESPESAS COM PESSOAL EFETIVO ATIV. MEIO	67.412,25 DB	24.349,24	16.659,82	75.101,67 I
743-9	4102002001	REMUNERAÇÃO PESSOAL TECN ATIVIDADE MEIO	62.418,87 DB	22.731,75	15.611,92	69.538,70 I
747-1	41020020010004	13º SALÁRIO AM	4.944,26 DB	5.422,58	4.944,26	5.422,58 I
746-3	41020020010003	FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS AM	6.998,64 DB	11.291,30	10.667,66	7.622,28 I
744-7	41020020010001	SALÁRIOS E ORDENADOS AM	50.475,97 DB	6.017,87	-	56.493,84 I
752-8	4102002002	ENCARGOS SOCIAIS - ATIVIDADE MEIO	4.993,38 DB	1.617,49	1.047,90	5.562,97 I
753-6	41020020020001	FGTS TECNICOS AM	4.993,38 DB	1.617,49	1.047,90	5.562,97 I
764-1	4102003	DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE MEIO	2.174,44 DB	160,94	-	2.335,38 I
765-0	4102003001	DESPESAS GERAIS ATIVIDADE MEIO	2.174,44 DB	160,94	-	2.335,38 I
782-0	41020030010008	DESPESAS COM MATERIAIS DE MANUTENÇÃO AM	246,26 DB	10,94	-	257,20 I
1101-0	41020030010009	DESPESAS COM TAXAS E CONTRIBUIÇÕES AM	1.777,68 DB	150,00	-	1.927,68 I
766-8	41020030010001	DESPESAS MATERIAL DE EXPEDIENTE AM	150,50 DB	-	-	150,50 I
T O T A I S ==>			-	53.482.710,98	53.482.710,98	

ANEXO D – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA			
URI - UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES			
CNPJ- 96.216.841/0008-86 - SANTIAGO RS			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
	NOTA	2.015	2014
PASSIVO	EXPLICATIVA	R\$	R\$
PASSIVO CIRCULANTE	4g, 9	8.971.830,02	9.149.413,87
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS		2.549.386,69	2.465.345,10
Ordenados e Salários a pagar		783.200,97	730.603,96
Impostos e Contribuições Sociais		487.149,50	438.056,28
Impostos Retidos a Recolher		0,00	0,00
Acordos Judiciais a pagar		0,00	74.784,97
Provisão para Férias	4h,j	1.279.036,22	1.221.899,89
FORNECEDORES		92.611,99	133.314,45
Fornecedores	9	92.611,99	133.314,45
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		3.942.285,04	5.011.638,71
Empréstimos e Financiamentos	10	3.942.285,04	5.011.638,71
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
Financiamento Imobiliários		0,00	0,00
CONTRATOS A APROPRIAR		379.813,49	163.137,73
Contratos Educacionais a Apropriar	13e	379.813,49	163.137,73
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.007.732,81	1.375.977,88
Recursos de Projetos a Aplicar (com restrição)			
Subvenções, Contratos e Convênios a aplicar (com restrição)	19	1.109.690,72	303.607,76
Outros Débitos		0,00	0,00
Adiantamento de Mensalidades		719.001,14	887.711,87
Crédito Conta Corrente entre Unidades		6.788,21	19.838,13
Credores Diversos		172.252,74	164.820,12
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4g, 13	8.213.766,38	5.389.131,89
OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS		4.541.690,10	2.038.904,25
Instituições Financeiras	10	4.541.690,10	2.038.904,25
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
Financiamento Imobiliário	13b	0,00	0,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS		624.713,64	601.040,79
Contribuições Sociais "sub judice"	13c	1.018.999,95	981.749,74
(-) Depósitos Judiciais	13c	-394.286,31	-380.708,95
PROVISÕES		509.981,17	247.502,14
Provisões para Contingências	13d	509.981,17	247.502,14
CONTRATOS A APROPRIAR LP		0,00	0,00
Contratos Educacionais a Apropriar			
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		0,00	0,00
Acordos Judiciais Trabalhistas			
RECEITAS DIFERIDAS		2.537.381,47	2.501.684,71
Receita de Bens em Doação	13g	1.876.474,34	1.859.538,98
Outras receitas diferidas		660.907,13	642.145,73
PATRIMONIO LÍQUIDO		8.992.320,47	8.222.428,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.992.320,47	8.222.428,24
Patrimônio Social	14	8.222.428,24	6.914.496,47
Superávit do período	4m, 24	769.892,23	1.307.931,77
TOTAL DO PASSIVO		26.177.916,87	22.760.974,00

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Santiago, 31 de dezembro de 2015

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA			
URI - UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES			
CNPJ- 96.216.841/0008-86 - SANTIAGO RS			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO			
	NOTA	2.015	2014
	EXPLICATIVA	R\$	R\$
RECEITA BRUTA		37.732.814,79	34.634.439,19
SEM RESTRIÇÃO		36.768.196,85	33.713.273,58
Receitas com Mensalidades de Ensino	4l,18	30.728.606,11	28.307.491,92
Receitas com Pesquisa	4l,18	-	1.319,00
Receitas com Extensão	4l,18	162.675,02	348.587,14
Receitas com Serviços	4l,18	663.073,20	487.685,46
Receitas com Doações	4l,18	397.884,67	184.048,74
Receitas com Vendas		-	-
Receitas com Outras Receitas	4l,18	216.592,95	131.674,79
Isenções Contribuições Sociais	35	4.599.364,90	4.252.466,53
COM RESTRIÇÃO		964.617,94	921.165,61
Receitas com Entidades Públicas	4l, 19	964.617,94	921.165,61
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA (SEM RESTRIÇÃO)		(7.382.813,86)	(7.230.859,09)
Assistência Educacional	36, 37	(5.681.398,62)	(5.434.601,48)
Descontos Incondicionais		(1.499.199,88)	(1.443.516,01)
Bolsas Complementares		(33.371,61)	
Outras Deduções		(168.843,75)	(352.741,60)
RECEITA LÍQUIDA		30.350.000,93	27.403.580,10
CUSTOS DIRETOS		(14.065.731,00)	(12.838.970,81)
SEM RESTRIÇÃO		(13.101.113,06)	(11.917.805,20)
Com Ensino		(10.825.379,77)	(9.870.572,63)
Com Pesquisa	22	(832.780,60)	(704.987,38)
Com Extensão	23	(750.036,59)	(848.307,13)
Com Serviços		(597.232,76)	(396.531,25)
Com Vendas		-	-
Outros Custos e Despesas Diretas		(95.683,34)	(97.406,81)
COM RESTRIÇÃO		(964.617,94)	(921.165,61)
Despesas com Convênios com Entidades Públicas	4l, 19	(964.617,94)	(921.165,61)
SUPERÁVIT BRUTO		16.284.269,93	14.564.609,29
DESPESAS OPERACIONAIS (SEM RESTRIÇÃO)	4l	(16.051.436,19)	(13.347.870,00)
Despesas Administrativas		(8.889.338,84)	(6.545.691,14)
Atividades Sociais		-	-
Despesas com Manutenção e Conservação		(155.779,92)	(222.465,95)
Despesas com Provisão para Devedores Duvidosos	4d	1.344.145,13	22.805,27
Despesas com Risco Fies		(528.029,44)	(413.756,85)
Depreciação e Amortização	4f,8	(1.237.863,06)	(937.328,17)
Despesas Financeiras		(2.358.227,26)	(1.379.313,48)
Receitas Financeiras	4l,19	373.022,10	380.346,85
Isenção Contribuição Social	35	(4.599.364,90)	(4.252.466,53)
(+)- OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (SEM RESTRIÇÃO)		537.058,49	91.192,48
(-) Outras Despesas	4l	(209.146,04)	(112.028,05)
(+) Outras Receitas	4l, 18	746.204,53	203.220,53
SUPERÁVIT DO PERÍODO	4m, 24	769.892,23	1.307.931,77